

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XV — Janeiro/Março de 1954 — N.º 57

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
e da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretor responsável: MAURÍCIO FILCHTINER

Secretario: VALDEMAR CAVALCANTI

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação - 22-3657
Assinaturas - 42-7142

Assinatura anual: Cr\$ 80,00

S U M Á R I O

GIORGIO MORTARA	
OBSERVAÇÕES SOBRE O CÁLCULO DO COEFICIENTE DE REPRODUÇÃO DE UMA POPULAÇÃO	1
TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO	
PROBLEMAS DE PESSOAL NUM SERVIÇO ESTATÍSTICO	9
LUCIO MENDIETA Y NÚÑEZ	
ORIENTAÇÃO SOCIOLÓGICA DA ESTATÍSTICA	13
<i>A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA</i>	
CENTRO INTERAMERICANO DE ENSINO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA	17
<i>INFORMAÇÕES GERAIS</i>	
A COMPOSIÇÃO, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, DA POPULAÇÃO DO BRASIL (Elígio ALVES)	23
DESENVOLVIMENTO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS	31
<i>ESTUDOS E SUGESTÕES</i>	
A SERRA DOS AIMORÉS (José GUIMARÃES LOBO)	35
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	48
<i>LEGISLAÇÃO</i>	53
<i>RESENHA</i>	56

Amostragem na revisão de safras, em São Paulo — Levantamento fitossanitário em Pernambuco — Atividades da Junta Executiva Central — A Estatística em face do Judiciário — Conferência sobre população mundial — Pequenas notícias.

GIORGIO MORTARA

Assessor Técnico do CNE

OBSERVAÇÕES SÔBRE O CÁLCULO DO COEFICIENTE DE REPRODUÇÃO DE UMA POPULAÇÃO

I *Sôbre o cálculo indireto do coeficiente de reprodução pelas taxas de fecundidade*

A CAPACIDADE atual de reprodução de uma população é medida pelo coeficiente de reprodução, ou coeficiente de Boeckh,¹ para o cálculo do qual é necessário possuir uma tábua de sobrevivência, por sexo, e uma tábua de fecundidade feminina, referentes ao mesmo período de observação

Pela tábua de sobrevivência fica determinado o número médio L_x'' das mulheres vivas no curso do $(x + 1)^{mo}$ ano de idade, de uma geração composta inicialmente de l_0 indivíduos, dos quais $l_0'' = k l_0$ do sexo feminino

Pela tábua de fecundidade, fica determinada a taxa de fecundidade feminina φ_x no $(x + 1)^{mo}$ ano de idade

O produto $\varphi_x L_x''$ dá o número dos filhos tidos no $(x + 1)^{mo}$ ano de idade pelas mulheres da geração descrita pela tábua de sobrevivência (geração reprodutora)

A soma dos produtos deste tipo calculados para todos os anos de idade fecunda das mulheres dá o número total dos componentes da geração reproduzida

A razão entre este número e o número inicial l_0 dos componentes da geração reprodutora dá, como quociente, o coeficiente de reprodução R . Adotando-se como limite inicial do período fecundo da existência feminina o 15º aniversário e como limite final o 50º, fica, portanto

$$R = \frac{\sum_{15}^{50} \varphi_x L_x''}{l_0} \quad (1)$$

A significação do coeficiente de reprodução R é clara: êle mede a razão entre o número dos componentes da geração reproduzida e o número dos componentes da geração reprodutora, que se verificaria se esta estivesse sujeita em cada ano de idade à mortalidade e à fecundidade observadas na população e no período a que se referem as tábuas de mortalidade e de fecundidade aproveitadas

* * *

¹ Impropiamente denominado "net reproduction rate", em contraste com a "gross reproduction rate". Esses termos, introduzidos por Kuczynski, dão a impressão errada de que uma parte da reprodução efetiva seja destruída por algum fator. Pelo contrário, a chamada "net reproduction rate" é simplesmente a "reproduction rate" efetiva, enquanto a "gross reproduction rate" é uma taxa hipotética, que se verificaria na hipótese impossível de que todas as l_0'' mulheres componentes iniciais da geração sobrevivessem até o fim do período fecundo da existência

Não se trata, logo, de uma taxa líquida e de uma bruta, e sim de uma taxa atual e de uma virtual

Esta observação crítica, relativa a uma simples questão de nomenclatura, não diminui a gratidão devida à memória do ilustre demógrafo pelas suas contribuições aos estudos sobre a natalidade

A fim de que, ao contrário do que acontece em geral, o número total dos componentes da geração reproduzida fôsse igual ao dos componentes da geração reprodutora, esta deveria ter taxas de fecundidade feminina por anos de idade l'_x que satisfizessem à condição

$$\sum_{15}^{49} l'_x l''_x = l_0 \quad (2)$$

A taxa média de fecundidade das mulheres em idade fecunda da geração reprodutora fica representada por

$$\varphi_L = \frac{\sum_{15}^{49} \varphi_x l''_x}{\sum_{15}^{49} l''_x} \quad (3)$$

se fôr feita referência às taxas q_x efetivamente observadas, ou por

$$i = \frac{\sum_{15}^{49} i_x l'_x}{\sum_{15}^{49} l''_x} \quad (4)$$

se fôr feita referência às taxas f_x correspondentes à hipótese de igualdade numérica entre a geração reprodutora e a reproduzida.

Levando em conta as definições (1), (3) e (4) e a condição (2), pode-se calcular indistintamente R pela fórmula

$$R = \frac{\varphi_L}{i} \quad (5)$$

A taxa média de fecundidade das mulheres de 15 a 49 anos da população observada é diferente da (3). Com efeito, representando-se por V''_x o número médio das mulheres vivas no $(x + 1)^{mo}$ ano de idade, esta taxa é dada pela fórmula

$$\varphi_V = \frac{\sum_{15}^{49} \varphi_x V''_x}{\sum_{15}^{49} V''_x} \quad (6)$$

Tanto φ_L como φ_V são médias ponderadas das mesmas taxas φ_x , mas com ponderações diferentes, sendo tomados como pesos os l''_x na primeira e os V''_x na segunda. As distribuições dessas duas séries de pesos diferem, às vezes fortemente, entre si.

Por isso, em muitos casos, o valor da razão (φ_V/i) difere em medida não desprezível daquele da razão (φ_L/i) e não fornece um valor suficientemente aproximado de R .

* * *

Para o Estado de São Paulo, no período 1939-41, são as seguintes as distribuições dos pesos relativos, agrupados por quinquênios de idade

$x, x + 4$	$\sum_x^{x+4} l''_x$ $\sum_{15}^{49} l''_x$	$\sum_x^{x+4} V''_x$ $\sum_{15}^{49} V''_x$
15 a 19	0, 1589	0, 2231
20 a 24	0, 1547	0, 1935
25 a 29	0, 1496	0, 1684
30 a 34	0, 1440	0, 1316
35 a 39	0, 1378	0, 1189
40 a 44	0, 1311	0, 0945
45 a 49	0, 1239	0, 0700
<i>Total</i>	1, 0000	1, 0000

Diferem fortemente as duas distribuições, sendo maiores na população real, rapidamente progressiva, do que na geração suposta da tábua de sobrevivência (ou na correspondente população estacionária) as proporções das idades moças, e menores as das idades maduras

Entretanto, em virtude da reciproca compensação parcial entre fatores de divergência em sentidos opostos, as taxas médias de fecundidade das mulheres de 15 a 49 anos calculadas de acôrdo com as duas ponderações diferem pouco Tem-se, com efeito:

$$\varphi_L = 0,152\ 213 \quad \text{e} \quad \varphi_V = 0,151\ 282$$

Sendo, de outro lado,

$$f = 0,088\ 835,$$

pode-se calcular, segundo a fórmula (5), o valor do coeficiente de reprodução,

$$R = \frac{0,152\ 213}{0,088\ 835} = 1,713\ 43,$$

que coincide com o valor calculado diretamente, segundo a fórmula (1)·

$$R = \frac{171\ 343}{100\ 000} = 1,713\ 43$$

O cálculo aproximativo feito pela razão φ_V/f dá:

$$R = \frac{0,157\ 282}{0,088\ 835} = 1,770\ 50,$$

isto é, um valor errado por excesso

Neste caso particular o êrro não é grande, mas em outros casos pode tornar-se muito maior

II *Sôbre o cálculo indireto do coeficiente de reprodução pelas proporções entre crianças e mulheres em idade fecunda*

Como índice da capacidade de reprodução de uma população foi adotada² a razão entre a proporção das crianças de 0 a 4 anos para as mulheres de 15 a 49 anos na população em estudo e a correspondente proporção calculada segundo a tábua de sobrevivência da mesma população

Destina-se a presente nota a verificar se, e com quais reservas, fôr admissível o uso dessa razão como sucedâneo do coeficiente de reprodução ou coeficiente de Boeckh

Uma premissa indispensável para a aceitabilidade da referida razão é a de que as crianças de 0 a 4 anos possam ser consideradas representantes da geração reproduzida, e as mulheres de 15 a 49 anos representantes da geração reprodutora. Como a diferença entre a mediana das idades do segundo grupo, 32,5 anos, e a do primeiro, 2,5, corresponde aproximadamente à idade média da mulher no nascimento dos filhos, pode-se, pelo menos provisoriamente, aceitar essa convenção

Para medir a capacidade de reprodução da população considerada convirá, então, comparar o número médio anual N_2 de nascidos vivos do qual procedem as crianças de 0 a 4 anos com o número médio anual N_1 de nascidos vivos do qual procedem as mulheres de 15 a 49 anos (sendo, entre êstes nascidos, $N_1'' = k N_1$ do sexo feminino)

Supondo-se não ter havido emigrações nem imigrações na população observada, as taxas médias de sobrevivência das crianças de 0 a 4 anos e das mulheres de 15 a 49 anos serão dadas pelas expressões

$$\pi_{0,5} = \frac{\sum_0^4 V_x}{5 N_2} \quad \text{e} \quad \pi_{15,50}'' = \frac{\sum_{15}^{49} V_x''}{35 k N_1}, \quad (1)$$

onde os V_x representam números de vivos de ambos os sexos e os V_x'' números de vivos do sexo feminino.

² Veja-se A J Lotka, *The place of the intrinsic rate of natural increase in population analysis* (in "Proceedings of the Eighth American Scientific Congress", Washington, Department of State, 1943), pág 300.

A razão ρ entre o número das crianças de 0 a 4 anos e o das mulheres de 15 a 49 anos poderá, portanto, ser escrita na forma:

$$\rho = \frac{\sum_0^4 V_x}{\sum_{15}^{49} V''_x} = \frac{\pi_{0,5} 5 N_2}{\pi''_{15,50} 35 k N_1} \quad (2)$$

Cálculos paralelos podem ser feitos segundo a tábua de sobrevivência representando-se por L_x e L''_x os números médios dos vivos no $(x + 1)^{mo}$ ano de idade, respectivamente de ambos os sexos e do sexo feminino, por l_0 o número inicial dos componentes tanto da geração reprodutora como da reproduzida, por $p_{0,5}$ e $p''_{15,50}$ as taxas médias de sobrevivência, a razão r entre o número das crianças de 0 a 4 anos e o das mulheres de 15 a 49 anos pode ser escrita na forma:

$$r = \frac{\sum_0^4 L_x}{\sum_{15}^{49} L''_x} = \frac{p_{0,5} 5 l_0}{p''_{15,50} 35 k l_0} \quad (3)$$

Em virtude das relações (2) e (3), a razão entre ρ e r , que foi adotada como índice da capacidade de reprodução da população observada, pode ser escrita na forma:

$$\frac{\rho}{r} = \frac{\pi_{0,5}}{p_{0,5}} \cdot \frac{p''_{15,50}}{\pi''_{15,50}} \cdot \frac{N_2}{N_1} \quad (4)$$

Vê-se, pela expressão (4), que a razão entre ρ e r não varia somente em função da razão entre o número dos componentes da geração reproduzida e o dos componentes da geração reprodutora, mas também em função das razões entre as taxas de sobrevivência na população real e as na população estacionária da tábua de sobrevivência 1) das crianças de 0 a 4 anos, e 2) das mulheres de 15 a 49 anos, variando em razão direta da primeira e em razão inversa da segunda

Em geral não haverá grande diferença entre $\pi_{0,5}$ e $p_{0,5}$, se — como, aliás, se pressupõe — a tábua de sobrevivência foi construída conforme a mortalidade dos anos próximos da data do censo. Mas, numa população onde a mortalidade diminuiu nos últimos cinqüenta anos, será $\pi''_{15,50} < p''_{15,50}$ e o valor da razão entre ρ e r ficará superior ao da razão entre N_2 e N_1 .

Não parece, portanto, aconselhável o uso da razão ρ/r como índice da capacidade de reprodução. Note-se que acima foi suposto não haver movimentos migratórios; a existência destes introduz mais um elemento perturbador no cálculo.

Em todo caso, mesmo chegando-se à determinação de um valor suficientemente aproximado da razão N_2/N_1 , ter-se-á, sim, um dado útil para os estudos demográficos, mas não rigorosamente comparável com o coeficiente de Boeckh. Com efeito, este mede a razão entre a suposta geração reproduzida e a suposta geração reprodutora, sujeita no curso da sua existência às taxas de mortalidade e de fecundidade verificadas em dado período em determinada população, enquanto aquele mede a razão correspondente entre uma geração reproduzida real e uma geração reprodutora real, idealmente reconstituídas com base em observações parciais das mesmas

* * *

Para a população do Estado de São Paulo, segundo o censo de 1940, tem-se

$$\rho = \frac{1\ 042\ 033}{1\ 757\ 617} = 0,5929,$$

e, segundo a tábua de sobrevivência de 1939-41,

$$r = \frac{398\ 058}{1\ 125\ 682} = 0,3536$$

Obtém-se, portanto, como valor aproximativo de R , segundo a fórmula (4):

$$\frac{\rho}{r} = \frac{0,5929}{0,3536} = 1,677.$$

O valor de R calculado diretamente é de 1,713.

Neste caso o erro que se encontra pela aplicação da fórmula (4) ao cálculo aproximado de R não é grave, mas em outros casos pode tornar-se bem maior.

Cumpra lembrar que nesta aplicação ao Estado de São Paulo é forte a influência perturbadora dos movimentos migratórios.

III. Cálculo do coeficiente de reprodução para o Estado de São Paulo

O CÁLCULO do coeficiente de reprodução para o Estado de São Paulo é especialmente importante, porque é esse o único Estado para o qual se tornou possível o cálculo da tábua de mortalidade e sobrevivência pela comparação entre os números dos óbitos (médias anuais do triênio 1939-41) e os números dos vivos (segundo o censo de 1940). Elementos fornecidos pelo mesmo censo de 1940 foram aproveitados para a determinação das taxas de fecundidade feminina, como se esclarece em apêndice, e a coordenação dessas taxas com a tábua de sobrevivência deu a tábua de fecundidade.

Esta tábua, resumida abaixo, apresenta os seguintes elementos, por grupos quinquêniais de idade:

a) Anos vividos em cada intervalo quinquenal de idade pela parte feminina da geração de 100 000 nascidos vivos correspondente à tábua de sobrevivência do Estado de São Paulo:³ dado que representa, ao mesmo tempo, o número médio das mulheres vivas em cada grupo quinquenal de idade na população estacionária correspondente à referida tábua de sobrevivência;

b) Taxas médias de fecundidade feminina por grupos quinquêniais de idade ("taxas retificadas" do apêndice);

c) Número anual dos nascidos vivos por grupos quinquêniais de idade das mães (sendo $c = a \cdot b$).

IDADE (Anos completos)	Mulheres (a)	Taxa de fecundidade (b)	Nascidos vivos (c)
15 a 19	178 894	0,0770	13 775
20 a 24	174 178	0,2167	37 744
25 a 29	168 358	0,2243	37 763
30 a 34	162 108	0,2055	33 313
35 a 39	155 144	0,1587	24 621
40 a 44	147 556	0,1155	17 043
45 a 49	139 444	0,0508	7 084
15 a 49	1 125 682	—	171 343

Uma geração inicialmente composta de 100 000 nascidos vivos de ambos os sexos, que em cada ano da sua existência estivesse sujeita às taxas de mortalidade e de fecundidade feminina observadas no Estado de São Paulo no período 1939-41, reproduzir-se-ia numa geração de 171 343 nascidos vivos

A geração reproduzida excederia em proporção superior a dois terços a geração reprodutora. Esta é a significação do coeficiente de reprodução de 1,71 que se deduz do cálculo acima.

Esse coeficiente é muito elevado, embora inferior à média nacional,⁴ que na mesma época atingia valores de 1,80 a 1,90

APÊNDICE

Nota sobre o cálculo das taxas de fecundidade feminina para o Estado de São Paulo

Os resultados definitivos do censo demográfico de 1940⁵ tornam possível o cálculo do número médio dos filhos tidos pelas mulheres de cada idade, cujos elementos e resultados estão reunidos na tabela I

³ Composição inicial suposta da geração, correspondente a 105 nascidos vivos do sexo masculino para 100 do sexo feminino: 51 220 homens a 48 780 mulheres

⁴ Veja-se *Estudos sobre a fecundidade e a prolicidade da mulher no Brasil* (Rio, I B G E, 1949), págs. 32 e 33

⁵ Publicados no tomo 1 da parte XVII da Série Regional do *Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940* (Rio, I B G E, 1950), pág. 37.

Constam dessa tabela os seguintes dados.

a) Número das mulheres presentes no Estado de São Paulo, por anos de idade, de 15 a 49 anos, e por grandes grupos, desde 50 anos;

b) Número dos filhos tidos nascidos vivos,^o segundo o mesmo agrupamento por idade das mães;

c) Número médio dos filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres (sendo $c = 100 b/a$)

O exame da tabela mostra que o número médio dos filhos tidos tende a crescer com o subir da idade no curso do período fecundo da vida da mulher, tornando-se aproximadamente estacionário a partir da idade de 50 anos

TABELA I
ESTADO DE SÃO PAULO

Cálculo do número médio dos filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres, segundo a idade *

IDADE (Anos completos)	Mulheres	Filhos tidos nascidos vivos	Filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres
15	83 197	451	0,54
16	84 087	1 615	1,92
17	77 289	5 152	6,67
18	78 956	12 237	15,50
19	68 541	20 147	29,39
20	77 388	40 757	52,67
21	60 629	43 505	71,76
22	72 320	69 932	96,70
23	64 748	79 318	122,50
24	65 010	95 933	147,57
25	68 511	122 961	179,48
26	62 404	127 111	203,69
27	56 684	130 292	229,86
28	60 754	160 598	264,34
29	47 693	135 346	283,79
30	65 767	211 637	321,80
31	38 209	126 506	331,09
32	46 916	174 593	372,14
33	40 592	159 599	393,18
34	39 804	164 696	413,77
35	48 967	217 148	443,46
36	42 293	199 589	471,92
37	36 975	181 516	490,92
38	45 038	236 565	525,26
39	35 731	189 685	530,87
40	58 030	322 592	555,91
41	24 014	134 878	561,66
42	31 561	188 409	596,97
43	26 177	160 858	614,50
44	26 223	164 667	627,95
45	34 248	215 942	630,52
46	24 400	158 848	651,02
47	20 606	135 473	657,44
48	26 055	174 766	670,76
49	17 800	119 837	673,24
50 a 59	166 598	1 122 768	673,94
60 e mais	147 017	1 002 592	681,96
15 e mais	2 071 232	6 808 519	328,72

^o Tendo sido em muitos casos declarados como nascidos mortos os filhos tidos que faleceram pouco depois do nascimento, retificou-se a discriminação constante das declarações censitárias, de acôrdo com a hipótese de que 5% do total dos filhos tidos declarados fôssem nascidos mortos e 95% nascidos vivos. Os dados da tabela são os assim retificados.

* Ficam excluídas as poucas mulheres de idade inferior a 15 anos que declararam ter tido filhos nascidos vivos e as mulheres de idade não declarada.

A tabela I dá o número dos filhos tidos até a data do censo pelas mulheres incluídas num intervalo anual de idade; por exemplo, mulheres de 20 anos completos, isto é, no vigésimo-primeiro ano de idade. Mas seus elementos podem servir para o cálculo aproximativo do número médio dos filhos tidos pelas mulheres até determinada idade; por exemplo, até o vigésimo aniversário.

Para esse cálculo aproximativo podem ser aplicados processos diversos. No caso atual agruparam-se os quatro intervalos anuais no ponto mediano dos quais se acha o aniversário considerado; por exemplo, os correspondentes às idades de 18 a 21 anos completos, para determinar o número médio dos filhos tidos até o 20.º aniversário.

Foram assim obtidos os valores correspondentes aos aniversários múltiplos de 5, desde 20 e até 45 anos. Para o 50.º aniversário foi adotado o valor obtido na tabela I para o 50.º ano de idade.

Os resultados do cálculo constam da coluna *a* da tabela II.

TABELA II

IDADE <i>x</i>	NÚMERO MÉDIO DOS FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS POR 100 MULHERES	
	Até o x^{mo} aniversário (a)	Entre o x^{mo} e o $(x + 5)^{\text{mo}}$ aniversário (b)
15	—	40,85
20	40,85	122,31
25	163,16	135,34
30	298,50	133,20
35	431,70	111,08
40	542,78	87,86
45	630,64	42,36
50	673,00	

Parece claro, à primeira vista, que a diferença entre o número médio dos filhos tidos pelas mulheres até o $(x + 5)^{\text{mo}}$ aniversário e o dos tidos até o x^{mo} aniversário dá o número médio dos filhos tidos no intervalo entre esses dois aniversários, constante da coluna *b* da mesma tabela.

Entretanto, essa afirmação estaria certa se os dados se referissem a um só grupo ("geração") de mulheres sobreviventes no fim do período fecundo da sua existência, que tivessem sido acompanhadas pelo registro estatístico através de todo esse período, ou se as gerações que se sucedem no tempo tivessem tódas a mesma fecundidade em cada determinada idade.

Mas, de fato, trata-se de gerações sucessivas de mulheres, e de gerações caracterizadas por diferentes níveis de fecundidade. Ora, numa população onde a frequência dos nascimentos tende a aumentar, poderia mesmo acontecer que o número médio dos filhos tidos pelas mulheres de $(x + 5)$ anos fôsse menor do que o dos tidos pelas mulheres de x anos, assim como, numa população onde a instrução progride rapidamente, a proporção das mulheres de $(x + 5)$ anos que sabem ler e escrever pode ser menor do que a correspondente proporção das mulheres de x anos. E, vice-versa, numa população onde a frequência dos nascimentos tende a diminuir, o número médio dos filhos tidos pelas mulheres de x anos é, em geral, menor do que o número médio dos filhos tidos até essa mesma idade pelas mulheres da atual geração de $(x + 5)$ anos.

A diferença entre o número médio dos filhos tidos pelas mulheres de $(x + 5)$ anos e o dos tidos pelas mulheres de x anos tende, portanto, a tornar-se errada por excesso, em confronto com a realidade atual, numa população onde a frequência dos nascimentos vai declinando.

Este é o caso da população de São Paulo. Para demonstrá-lo, aproveitaremos os dados da coluna *b* da tabela II. Divididos⁷ por 500, esses dados dão as

⁷ Divididos por 100 para se passar das proporções por 100 às taxas unitárias e por 5 para se passar das taxas que abrangem um quinquênio às taxas por ano solar.

taxas médias de fecundidade por grupos quinquenais de idade constantes da coluna *b* da tabela III. Aplicando-se essas taxas aos números de mulheres presentes no Estado de São Paulo em 1940 (coluna *a*), obtêm-se os números de nascidos vivos constantes da coluna *c*. A soma desses números atinge 343 009, enquanto segundo a taxa de natalidade de 38,5 por 1 000 habitantes calculada para a população desse Estado⁸ o número dos nascidos vivos é apenas de 276 442.

É preciso, portanto, reduzir as taxas da coluna *b*, de maneira que a soma dos produtos das taxas retificadas pelos números das mulheres dê o total de 276 442 nascidos vivos, em vez de 343 009.

TABELA III

IDADE (Anos completos)	Mulheres (a)	Taxa de fecundidade calculada (b)	Nascidos vivos calculados (c)	Taxa de fecundidade retificada (d)	Nascidos vivos retificados (f)
15 a 19	392 070	0,0817	32 032	0,0770	30 202
20 a 24	340 095	0,2446	83 187	0,2167	73 685
25 a 29	296 046	0,2707	80 140	0,2243	66 408
30 a 34	231 288	0,2664	61 615	0,2055	47 538
35 a 39	209 004	0,2222	46 441	0,1587	33 179
40 a 44	166 005	0,1757	29 167	0,1155	19 172
45 a 49	123 109	0,0847	10 427	0,0508	6 258
15 a 49	1 757 617	—	343 009	—	276 442

Em consideração à marcha decrescente da natalidade através do tempo, pareceu conveniente aplicar às taxas em questão uma redução proporcional crescente com o subir da idade. Pôs-se, portanto, a condição de que, sendo igual a *h* o coeficiente de redução aplicado no intervalo entre o 15^o e o 20^o aniversários, ficasse igual a *2h* o do intervalo quinquenal imediato, a *3h* o do seguinte, etc. Ficou, de acordo com essa condição, determinado em 0,057115 o valor inicial do coeficiente de redução (isto significa que a taxa calculada para o intervalo entre o 15^o e o 20^o aniversários deve ser reduzida na proporção de 5,7115%, a para o intervalo imediato, de 11,4230%, etc.)

Constam da coluna *d* da tabela III as taxas assim reduzidas ("taxas retificadas") e da coluna *e* os números de nascidos vivos calculados de acordo com elas, cuja soma é justamente igual a 276 442, como se desejava.

Comparações nacionais e internacionais mostram que a marcha das taxas retificadas em função da idade é verossímil. Talvez fiquem ainda demasiado elevadas as taxas para os dois últimos grupos de idade, apesar da drástica redução aplicada.

⁸ A taxa de natalidade para o período 1939-41 foi estimada indiretamente, a fim de se eliminar a influência das lacunas no registro dos nascimentos.

A estimativa foi baseada no número dos naturais do Estado de São Paulo em idades de 0 a 4 anos, presente no Brasil segundo o censo de 1940, cerca de 1 020 000. Considerando que, de acordo com os estudos feitos sobre a mortalidade no Estado, estes sobreviventes deviam constituir cerca de 78% dos nascidos vivos no período quinquenal anterior à data do censo, calculou-se em cerca de 1 308 000 o número total e em 261 600 o número médio anual dos nascidos vivos no Estado de São Paulo nesse período quinquenal. Em relação à população média de 6 750 000 habitantes, esse número corresponde à taxa média anual de 38,76 por 1 000 habitantes, que foi reduzida para 38,5 na aplicação ao período 1939-41.

TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO

*Diretor do Centro Interamericano de Ensino de
Estatística Econômica e Financeira, em Santiago (Chile)*

PROBLEMAS DE PESSOAL NUM SERVIÇO ESTATÍSTICO

OS PROBLEMAS de pessoal em um serviço estatístico, em regra, não diferem dos que se apresentam em outros serviços técnicos e administrativos. Mais ainda, não diferem essencialmente entre instituições públicas ou privadas. A unidade de trabalho (repartição, serviço, departamento, secretaria ou que nome tenha) pode ser mais ou menos importante, gozar ou não de autonomia, possuir maior ou menor número de servidores, dedicar-se à coleta ou à análise de dados, pagar salários bons ou maus, ser centralizada ou descentralizada, remunerar em bases mensais ou por peça terminada, e, excluídos uns tantos aspectos específicos, os demais se reduzem a problemas de relações humanas. Se se asseguram condições adequadas às pessoas que colaboram, se se lhes concede o mínimo de consideração a que fazem jus, a maioria das dificuldades se resolvem.

Assegurar a uma unidade de trabalho rendimento satisfatório dentro das limitações habituais e com o máximo de cooperação geral constitui o objetivo último de centenas de livros dedicados a assuntos administrativos. Entretanto, o sóro ideal, de emprêgo rápido e ação imediata, ainda não foi inventado. Pelo menos o desconhece o autor destas notas. As observações que seguem, esquematicamente resumidas, resultam de experiência pessoal, e inclusive, poderão ser modificadas amanhã, diante do surgimento de condições novas.

Muitas das dificuldades com que se depara no trato diário com grupos de funcionários, não são criadas por estes. Constituem, antes, consequência natural ou reflexo das eficiências da própria unidade de trabalho. Não se pode esperar eficiência de repartições ou serviços desorganizados. Haverá que dar-lhes atenção, trate-se de um setor de cinco pessoas ou de um departamento de dois mil. A solução, no primeiro caso, será mais fácil, mais rápida, mais barata. A exigida pelo segundo demandará mais tempo, colaboração de maior número de pessoas, envolverá problemas de coordenação interna e externa, custo mais alto. Ambas, porém, são viáveis. O que é difícil é ministrar remédio sem conhecer-se o mal; fixar diretrizes sem saber o que se pretende realizar. Assim, como primeira etapa, seja em repartições tradicionais ou em organismos novos, é indispensável: 1) conhecimento amplo dos antecedentes, num período tão dilatado quanto seja possível, pois muitas vezes as falhas aparentes ou as dificuldades resultam da pouca informação existente sobre a estrutura básica da unidade de trabalho, objetivos principais e secundários, interrelações administrativas, alterações introduzidas sem maior cuidado no esquema inicial prefixado, medidas de emergência adotadas para resolver problemas permanentes, 2) seleção do núcleo central de pessoal, da equipe impulsionadora, que deve ser de "full time", tanto quanto possível livre de injunções políticas ou de simpatias pessoais, estritamente dentro de um critério de aproveitamento do pessoal disponível mais bem dotado, 3) verificação das condições de trabalho quanto a instalações, conforto, economia de esforço, higiene, horário, salário; 4) estudo dos recursos financeiros disponíveis para a tarefa pretendida; 5) estabelecimento de um programa geral de atividade para a unidade de trabalho em conjunto, e de programas complementares, em pormenor, para as sub-unidades (secções, setores, indivíduos) que a integram, levando em conta prioridade, tempo e orçamento existentes; 6) seleção escrupulosa do pessoal executivo e seu cuidadoso treinamento de acordo com as necessidades específicas, 7) revisão periódica dos programas, para análise de conjunto do trabalho executado e por executar, resultados obti-

dos, impecilhos existentes e fixação de diretrizes gerais. Se se consegue isto, como ponto de partida, torna-se menos árduo prosseguir com segurança, reduzindo ao mínimo a contribuição de fatores inesperados ou imprevisíveis.

Outras condições, se estabelecidas simultaneamente, contribuirão para reduzir ou anular certos problemas de pessoal e aumentar a produtividade. Entre elas: 1) unidade de comando, ainda que, como é desejável, a execução se faça através de muitos condutos; em outras palavras, que as sub-unidades trabalhem intimamente articuladas à direção e com observância da orientação geral fixada, como peças ajustadas de um mecanismo, ficando à direção central a responsabilidade da fixação de diretrizes; é possível obter isso de maneira muito mais eficiente quando o programa resulta da colaboração das sub-unidades, através do exame conjunto dos seus múltiplos aspectos, do que quando resulta exclusivamente do ponto de vista de um chefe que se considera, com maior ou menor convicção, o mais experiente, o que mais sabe, o mais capaz; 2) descentralização de execução, por meio da divisão de responsabilidades e da delegação de autoridade, delimitadas *a priori*, para resolver assuntos de interesse imediato ou que concernem a cada setor; 3) coordenação de trabalho, de forma a evitar atritos, invasão de campos, duplicação de energias em igual sentido com o encarecimento e a inevitável diferenciação de resultados; à medida que uma unidade de trabalho aumenta de tamanho, a coordenação interna se torna, a um tempo, mais difícil e mais necessária, pois as sub-unidades tendem a se transformar em compartimentos estanques, à direção cumpre velar permanentemente por que tratamento equivalente seja assegurado a todas, evitando a criação, infelizmente tão freqüente, de sub-unidades privilegiadas; uma boa coordenação interna é responsável pelo êxito de muitos empreendimentos e pode ser posta a perder em um mínimo de tempo; 4) criação de uma consciência da utilidade do trabalho a realizar, se possível associada a entusiasmo, para eliminar a impressão corrente de que o emprêgo é apenas um mal a que se deve sujeitar quem necessita de um salário para viver; se o funcionário se convence de que sua colaboração é apreciada, se se coloca conscientemente em posição de peça indispensável da engrenagem administrativa ou técnica a que pertence, contribui de modo mais efetivo para o resultado final; 5) instituição do princípio de crítica, rigorosa e constante, do trabalho concluído; sem ela, acaba-se por aceitar como bom e definitivo o que está feito, é necessário dar incentivo às idéias novas, estimular cada qual a que se sinta obrigado a executar melhor sua tarefa, a pensar em que o esforço desenvolvido pode representar um benefício para maior número, a melhoria das condições gerais ou o aumento da produtividade da unidade de trabalho; 6) formação de uma consciência profissional que se revele não apenas através da elevação ininterrupta e progressiva do nível técnico da repartição e da melhor preparação de cada um dos colaboradores, mas que se faça sentir em maior rigor na aceitação dos resultados obtidos, na elaboração de material que seja útil no futuro, no registro e aperfeiçoamento dos processos adotados, na utilização da experiência proporcionada pelos erros cometidos; 7) treinamento do pessoal que poderá vir a exercer funções diretivas, de forma a evitar solução de continuidade ou modificação de planos em casos de substituição ou ausência eventuais dos responsáveis; 8) instituição de um corpo de instruções escritas, claras e pormenorizadas, das operações em andamento, com explicação das razões que as motivam; 9) informação periódica aos funcionários sobre o que está realizando e o que pretende realizar a unidade de trabalho.

Paralelamente, a ação pessoal dos chefes pode se fazer sentir sobre o funcionário através de: 1) exemplo dado por aqueles que exerçam postos diretivos, de estrito cumprimento de obrigações funcionais, de compreensão dos objetivos a alcançar, preparação, capacidade de trabalho, espírito de sacrifício, disciplina, assiduidade e pontualidade, a fim de anular a idéia freqüente, e até certo ponto justificada, de que o dirigente se diferencia do dirigido apenas porque ganha mais, trabalha menos e não tem horário; o exemplo que procede de cima, no abuso das regalias, se faz sentir nas chefias menores e acaba ocasionando relaxamento de disciplina e diminuição do rendimento do trabalho; 2) relações de serviço em base de confiança entre direção e subordinados, com o indispensável de "mando" e o máximo de persuasão; 3) constante controle de atividades, com o mínimo de burocracia, quanto à qualidade, tempo de execução de tarefas e outros aspectos, para correção imediata das deficiências encontradas; 4) valorização das qualidades funcionais por meio de um adequado sistema de promoções e de ascenso na carreira técnica ou administrativa graças à apreciação justa, liberta de influências estranhas, do mérito, dos conhecimentos adquiridos, da capacidade de produção, do interesse dado às tarefas, da iniciativa; 5) igualdade de tratamento funcional, dispensado do mais graduado ao de menor hierarquia, confiança na honestidade e na palavra de cada um até que se mostre não merecedor dessa confiança; 6) lealdade para com os funcionários mediante a fixação e a divulgação ampla dos seus direitos e deveres e da observância rigorosa das normas estabelecidas, eliminação total de concessões individuais

não previstas expressamente e que não possam beneficiar a outros em situações idênticas; reconhecimento do bom trabalho executado, pela concessão do "crédito a quem merece o crédito"; aplicação rigorosa de penalidades quando se façam necessárias, depois de exaustivamente examinadas as condições que determinaram a falta e de ouvido o funcionário, a fim de que não restem dúvidas sobre sua responsabilidade e que, quando dúvida exista, seja tomada em seu benefício; 7) defesa permanente do funcionário quanto a salários, melhores condições de vida e de trabalho e vantagens que lhes garantam mais tranqüilidade na sua vida privada e, em consequência, possam indiretamente contribuir para um melhor rendimento funcional; 8) eliminação do elemento prejudicial à unidade de trabalho ou, pelo menos, redução ao mínimo do efeito pernicioso que possa causar sua atuação, não apenas como resultante do que realiza ou deixa de realizar, como pelo exemplo dado aos demais.

Qualquer unidade de trabalho que observe êsses princípios de senso comum assegura apreciáveis possibilidades de êxito. No mais, que cada dirigente tenha em mente que o funcionário é um ser humano, com qualidades e defeitos que podem ser respectivamente melhorados e corrigidos, e que, segundo o conceito de Mencius, "Quando alguém subjuga os homens pela fôrça, êles não se submetem de coração, mas sim porque não são suficientemente fortes para resistir"

LUCIO MENDIETA Y NÚÑEZ

*Diretor do Instituto de Investigações Sociais
da Universidade Nacional Autônoma do México*

ORIENTAÇÃO SOCIOLÓGICA DA ESTATÍSTICA

A ESTATÍSTICA é precioso auxiliar de tôdas as ciências, especialmente das ciências sociais, às quais assegura a precisão matemática de que necessitam para, sob alguns aspectos, alcançar resultados definitivos. Estas apreciações são particularmente aplicáveis à sociologia, com a qual a Estatística tem tão estreitas conexões que determinados autores, como Filippo Virgili, por exemplo, afirmam só se distinguirem uma da outra “pelo método de análise”¹

O certo é que a Estatística se projeta sobre a maior parte dos fatos sociais e os registra com suficiente aproximação, com exatidão às vezes, proporcionando, assim, material de incalculável riqueza para a especulação e construção sociológicas.

Um método matemático que, a partir dos estudos de Pareto, se veio aperfeiçoando até alcançar extraordinária importância na moderna Sociologia Norte-americana, fez da Estatística fator imprescindível em toda investigação, em todo estudo sério sobre os fenômenos sociais que podem ser quantitativamente apreciados.

Poder-se-ia supor que nos países cultos onde existem serviços administrativos de estatística o sociólogo teria apenas de dedicar-se à análise dos dados que tais serviços apresentam em volumosas e, em geral, elegantes e custosas publicações.

A verdade, porém, é que a Estatística oficial carece de orientação sociológica. Isso dificulta e até impossibi-

O presente estudo, de autoria do eminente sociólogo mexicano, foi publicado na “Revista Mexicana de Sociologia”, editada pelo Instituto de Investigações Sociais da Universidade Nacional Autônoma, do México, sob a direção do próprio Prof. LUCIO MENDIETA Y NÚÑEZ. Divulgando, data venia, este trabalho, a redação da RBE reconhece o mérito e a razão da advertência que nele se contém, no que toca à necessidade de uma estreita interrelação da estatística e da sociologia, embora isso não implique concordância integral com alguns conceitos e expressões usados pelo autor.

bilita o aproveitamento, pelo sociólogo, dos materiais que ela habitualmente divulga. Em certas ocasiões o que se apresenta, segundo a frase cáustica de Rumelin, é “uma indigesta mistura de dados dispersos”². Parece que a Estatística se

detém nos grandes números, que muitas vezes não apenas são os que menos revelam sobre um aspecto ou forma social determinados, como desorientam completamente quanto ao seu verdadeiro alcance e real significado.

Se considerarmos, por exemplo, o número global que nos dá a estatística sobre os automóveis particulares registrados na Cidade do México, chegaremos facilmente à conclusão de que seus habitantes gozam de invejável prosperidade econômica. Se exigirmos, entretanto, que os dados sejam coletados sob certa orientação sociológica e que o resultado global se decomponha em relação direta com a qualidade dos proprietários, então haveria necessidade de discriminar o número de capitalistas, de pessoas da classe média, de profissionais e de empregados públicos cujo salário mensal é inferior a 300 pesos, de empregados e funcionários com salários superiores e que possuem automóvel, bem como a marca e o modelo do mesmo.

Assim fazendo, talvez se verificasse que, longe de ser indicio de prosperidade, o grande número de automóveis registrados na Cidade do México é sinal de vaidade, de imprevisão, de imoralidade administrativa; verificar-se-ia

¹ Filippo Virgili, *Manual de Estadística*, trad de Buylla y Alegre, “La España Moderna”, Madrid, pág. 19.

² Rumelin, *Problemas de Economía Política y de Estadística*, Paris, 1896, pág. 146.

talvez que muitos indivíduos possuem automóvel apesar de carecerem de outras coisas indispensáveis, enquanto outros não poderiam justificar, à vista de suas receitas confessáveis, os carros de alto preço que possuem.

Dessa forma, o dado estatístico alcançaria valor sociológico, porque contribuiria para fixar, com nitidez matemática, os perfis de uma sociedade

Mas nos cálculos estatísticos, segundo adverte Georges Gurvitch, "cogitase de quadros abstratos e construídos, de quantidades e medidas calculadas, e não de uma realidade social viva"³ Esse mesmo autor acentua que os grandes sociólogos Simiand e M Halbwachs "insistiram com ênfase sobre o fato de que o problema da aplicação proveitosa da estatística à sociologia consiste na adaptação dos quadros estatísticos aos conjuntos sociais efetivos, quer dizer, na adequação, quanto possível precisa, dos cálculos dos grandes números e dos médios aos quadros coletivos reais e vivos, pelos quais é preciso começar"⁴

Todavia, se tal necessidade se observa nos países europeus cujas instituições alcançaram certa estabilidade, no México e, em geral, na América Latina se apresenta com verdadeira urgência, porque aqui, além do interesse científico, existe outro, de caráter pragmático, pois os respectivos governos enfrentam constantemente graves problemas de integração e de transformação social que requerem uma boa estatística para ser resolvidos oportuna e acertadamente

Com referência ao nosso país, é preciso dizer que, a partir da Revolução de 1910, os diversos governos revolucionários que até agora se sucederam vêm procurando realizar determinadas reformas sociais, nas quais a Estatística poderia ser valioso auxiliar se a houvessem orientado em sentido sociológico

O exemplo que citamos, referente ao número de automóveis na Cidade do México, é apenas imaginário Mas temos outro, real, concreto, como apoio incontestável de nossa tese

Na terceira edição de nosso livro *El Problema Agrario de México*, publicado em 1935, escrevemos à página 243: "Ação agrária no México faltou um organismo administrativo que se dedicasse à apreciação real, desinteressada, desapaixonada de seus efeitos, para orientá-la Faltam-nos até os mais indispensáveis dados estatísticos, e em

tais condições torna-se difícil e, de qualquer forma, arriscado fixar um critério definitivo sobre seu real alcance e seu verdadeiro valor "

O Sr Diretor de Estatística tomou a iniciativa de dirigir-nos uma carta, aludindo à passagem transcrita, para afirmar-nos que os dados da estatística agrícola eram abundantes e que nos poderia fornecer os de que necessitássemos. Aproveitando o amável oferecimento, declaramos que em nosso livro nos referíamos à falta de dados diretamente relacionados com os diferentes aspectos da Reforma Agrária, congratulamo-nos por verificar a existência de um equívoco e, por fim, solicitamos dados relativos à extensão das parcelas "ejidales", à qualidade das terras em cada "ejido", etc * Imediatamente o Sr Diretor de Estatística nos respondeu, declarando que êsses pormenores, embora existam na copiosa documentação de suas repartições, deveriam ser elaborados por quantos se interessassem por conhecê-los, visto como não era possível que se fizessem estatísticas especiais para responder às múltiplas e variadas solicitações que se apresentam sobre essa e outras matérias

O caso, porém, é que o escritor, o sociólogo, o estadista, raras vezes têm aptidões estatísticas, ou não dispõem do tempo e do treino necessários para rever os milhares e milhares de boletins e de quadros nos arquivos das repartições especializadas, a fim de obter e preparar os dados de que precisam A verdade é que só o pessoal dessas repartições, demoradamente preparado, dispondo de modernas máquinas de precisão e rapidez assombrosas, pode fazer as totalizações e os cálculos necessários com inteira responsabilidade Por outras palavras: só com base em estatísticas oficiais pode trabalhar o sociólogo, porque são elas as que parecem oferecer maiores garantias de exatidão e imparcialidade, as únicas que têm valor científico

Nossas observações sobre a falta de dados estatísticos referentes aos aspectos sociais e econômicos da Reforma Agrária foram justas O próprio Governo chegou a compreender a necessidade de adaptar seus serviços de estatística às exigências dessa Reforma Tanto assim que em 1937 o Departamento Autônomo de Publicidade e Propaganda publicou um Atlas interessantíssimo, denominado *A Reforma Agrária no México*, em cujos quadros estatísticos se encontram dados exatos sobre aspectos fundamentais do "eji-

³ Georges Gurvitch, *Essais de Sociologie*, Sirey, Paris, pág 38

⁴ Idem, pág 38 e 39

* Expressão para a qual não existe correspondência em português "Ejido" é a área sem proprietário, inabitada, à entrada de uma aldeia ou povoado, na qual todos podem fazer plantio

do": "ejidos" segundo a extensão das terras lavradas por "ejidario"; "ejidos" segundo a qualidade das terras; produção "ejidal", etc.⁵

Graças a essa brilhante adaptação da estatística a um dos mais graves problemas do país, o agrário, verificou-se que por trás dos dados globais, referentes ao número de "ejidarios", que passa de um milhão, e do número de hectares repartidos, que parece fabuloso, se esconde uma realidade muito pobre

Assim, a Administração Pública já está em condições de orientar sua política agrária, embora a colaboração da estatística haja chegado demasiado tarde

O exemplo que acabamos de expor refere-se a um aspecto principalmente econômico da vida social do México. Dá, no entanto, uma idéia bastante aproximada do que entendemos por orientação sociológica da estatística. Está claro que da mesma maneira como se chegou a determinar analiticamente os aspectos fundamentais do "ejido", se pode obter a expressão numérica de muitos outros aspectos da vida nacional puramente sociológicos

Não basta dizer que no ano tal morreram na República Mexicana tantas pessoas, vítimas de moléstias do aparelho respiratório, nem é suficiente pintar uma série macabra de sarcófagos para ilustrar números que por si sós já são sobremodo significativos. O sociólogo gostaria que a estatística indicasse em que lugares é maior a mortalidade por tuberculose, em que bairros das grandes cidades, o número de mortes relacionado com a classe social das vítimas, com o padrão de vida, com a profissão, etc

A nosso ver, a estatística abusa das abstrações, das classificações globais, que, em certos casos, são inúteis e às vezes ridículas

Por indicação do Departamento de Assuntos Indígenas, fizemos uma investigação e um estudo sobre a indústria da palma na região das Mixtecas, Estado de Oaxaca. E quando quisemos apoiar nossas observações em dados estatísticos, verificamos que os dados censitários divulgados, na parte da classificação da população da entidade citada, por profissões, não apresentam

⁵ Na época dessa publicação era Diretor Geral de Estatística o Eng. Fernando Foglio M., que assina com o Secretário da Economia Nacional a "Introdução", na qual dizem eles: "É evidente que a difusão dos serviços estatísticos deve aperfeiçoar-se dando sempre os dados mais recentes e de utilidade geral. Além disso, impõe-se a persistência na divulgação estatística, se se deseja desenvolver e conservar a educação do público, tanto para que este proporcione corretamente as informações originais como para a utilização eficiente dos serviços estatísticos que o Estado oferece."

o número dos tecedores de palma da região, visto como estão eles considerados na categoria geral de Fios, tecidos e torcidos de fibras duras (cordoalha em geral, cânhamos, juta, palma, pita, etc.).

No entanto, o problema da indústria da palma é um dos mais importantes, pelo volume e valor da produção, em contraste com a situação econômica dos produtores. Mas não se pode abordar o estudo desse problema partindo do número de trabalhadores, ponto inicial indicado pela mais elementar exigência científica, porque as elegantes publicações da Estatística Nacional escondem cuidadosamente sob não menos elegantes classificações a realidade de um problema social vivo

É lamentável que bem cuidados trabalhos de escritores e investigadores particulares, levados a cabo sobre o material coletado pelos órgãos da Direção Geral de Estatística, tenham maior interesse que as publicações oficiais da repartição. Assim, podemos citar, entre outros, os estudos do Engenheiro Agrônomo Marco Antonio Durán, que precederam o citado Atlas sobre a Reforma Agrária, os do Prof. Miguel O. de Mendicábal sobre a distribuição dos profissionais na República Mexicana, os trabalhos de estatística médico-social do Doutor Bustamante, os do Doutor José Gómez Robleda sobre a delinqüência.

Esses trabalhos, todavia, por serem de particulares, que não dispõem dos recursos necessários (pessoal, tempo e máquinas) para empreendê-los, são na maior parte, incompletos ou sem atualidade. Ora, precisamente o maior valor da estatística, do ponto de vista da sociologia aplicada, sobretudo, está em seu caráter exaustivo e em sua oportunidade.

Parece-nos que se a estatística quer atender aos interesses vitais de um país, qualquer que ele seja, e se deseja atender aos interesses da ciência, deve orientar-se no sentido sociológico. Por isso se deve compreender, em primeiro lugar, a adequação oportuna do dado estatístico aos problemas atuais, e em segundo, a relação imediata do número com os aspectos fundamentais da vida de um povo, descendo ao detalhe (sem descer à puerilidade) suficiente para exprimir matematicamente as grandes e as humildes realidades sociais

Isto implica, como conclusão, uma transformação radical dos serviços de estatística, que terão de dirigir-se em três sentidos perfeitamente claros:

1º — Apreciação numérica, atualizada, daqueles fatos ou acontecimentos que são como que o pulso vital de um país, a fim de oferecê-los imedia-

tamente aos órgãos administrativos que possam, com base nêles, articular uma ação pronta em defesa dos interesses sociais (acidentes de trânsito lugares em que ocorrem com maior freqüência, suas causas; doenças, delinqüência, óbitos, etc);

2º — determinação de problemas fundamentais na vida do país, especialmente problemas e atividades administrativas que visam a resolvê-los, para encaminhar, em relação a êles, a coleta de dados estatísticos e sua apresentação analítica

3º — organização da estatística de tal forma que possam ser entregues ao público interessado, com rapidez e exatidão, os dados parciais que compõem os grandes números das estatísticas publicadas, a fim de proporcionar o material necessário às especulações científicas privadas; e

4º — por último, ponto não menos essencial, seria o estabelecer como norma de todo govêrno a preocupação de assentar a ação administrativa, ou pelo menos orientá-la, nos dados e estudos estatísticos

CENTRO INTERAMERICANO DE ENSINO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA

ORIGEM

O CONSELHO INTERAMERICANO Econômico e Social da Organização das Nações Americanas, vem patrocinando, desde abril de 1950, o Programa de Cooperação Técnica da Organização, cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento econômico das nações que dela fazem parte

O Programa, que abrange os mais diversos campos, é constituído de uma série de projetos, entre os quais figura o de número 10, relativo ao Centro Interamericano de Ensino de Estatística Econômica e Financeira (CIEF)

O Centro foi criado mediante acôrdo multilateral, assinado entre o Instituto Interamericano de Estatística e a União Pan-americana, como organismos internacionais patrocinadores, e o Governo do Chile, por intermédio da Universidade do Chile, como país escolhido para sede e patrocinador do mesmo

O Centro dispõe de local próprio, devidamente dotado de instalações e serviços, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Chile. As suas atividades foram oficialmente iniciadas no dia 17 de janeiro de 1953, com o primeiro ano letivo

Cooperam na obra do Centro a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e as seguintes entidades chilenas: Faculdade de Ciências Econômicas, Instituto de Economia da Universidade do Chile, Banco Central, Sociedade para o Fomento da Produção e Diretoria Geral de Estatística

OBJETIVOS E DIRETRIZES

O CENTRO dedica-se ao ensino da estatística econômica e financeira para melhorar e complementar o preparo, nesses ramos de especialização, de economistas e pessoas com bastante experiência em estudos econômicos

Seus programas são orientados no sentido da formação de técnicos em estatísticas derivadas e de analistas de informações de estatística econômica, particularmente nos campos mais relacionados com os estudos de planificação e desenvolvimento econômicos. O Centro deseja formar o tipo de estatístico cuja par-

ticipação seja necessária na organização e execução de planos de desenvolvimento econômico

Dentro destes propósitos gerais, o Centro oferece um nível médio de especialização em grupos de estatísticas econômicas e financeiras. Em cada matéria, o Centro ministra o ensino de partes, escolhidas de acôrdo com a grande necessidade atual e com maior aplicação aos estudos de desenvolvimento de economias nacionais, desde que a sua exposição possa ser feita dentro de um ano escolar. O ensino deixa o aluno em condições de aprofundar a sua especialização em determinados setores da pesquisa econômica quantitativa. O Centro, pela sua orientação e finalidades, como integrante do Programa de Cooperação Técnica da Organização das Nações Americanas, foi fundado em benefício de todos os países americanos. Seus programas de estudo atendem às condições e necessidades comuns a estes países. O ensino, essencialmente objetivo e realista, é ministrado através de problemas práticos, concernentes às economias americanas. Na medida do possível, o estudante é orientado no sentido dos conhecimentos exigidos pelas respectivas funções em seu país de origem e relacionadas com a estatística econômica. Com este fim, o aluno pode escolher o estudo de um número limitado de matérias de estatística aplicada e utilizar as diversas atividades docentes, para consulta e planejamento dos problemas que tenha no exercício de sua profissão.

O Centro desenvolve um trabalho educativo e de equipe entre professores e alunos. O laboratório, as pesquisas no local e os seminários são instrumentos docentes do trabalho em grupo, para a solução de um problema ou execução de um estudo real.

As atividades práticas se desenvolvem em cooperação com instituições de pesquisa econômica existentes em Santiago, mediante o treinamento em seus escritórios, a utilização do seu material e a realização de trabalhos em conjunto.

O Centro foi proposto para ter a duração de cinco anos, durante os quais dará cinco cursos anuais, sob a responsabilidade do Instituto Interamericano de Estatística e da União Pan-americana.

ORGANIZAÇÃO

O CENTRO dispõe dos seguintes órgãos de direção e consulta: a Diretoria do Programa, a Diretoria do Centro, a Junta Diretora e o Comitê de Coordenação Nacional

As funções de coordenação com os organismos internacionais patrocinadores e de orientação Geral do Centro cabem ao Instituto Interamericano de Estatística, em Washington, D C, Estados Unidos, cujo Secretário-Geral é o Diretor do Programa

A direção geral do Centro está a cargo de um Diretor nomeado pelas instituições internacionais patrocinadoras. Está exercendo esta função o sr Tulo Hostillo Montenegro

A direção docente superior compete à Junta Diretora, composta de representantes da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Chile, pelas entidades nacionais cooperantes, pela Comissão Econômica para a América Latina e pelo Diretor e professores do Centro. Atualmente, a Junta está assim constituída: Presidente — Rafael Correa Fuenzalida, decano da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Chile; Vice-Presidente — Tulo H Montenegro, diretor do CIEF; Membros — Flavian Levine, representante do Instituto de Economia da Universidade do Chile; Francisco Steeger, representante da Sociedade para o Fomento da Produção; Hermann Max Coers, representante do Banco Central do Chile; Luis Cárcamo Cantin, representante da Diretoria Geral de Estatística; Jorge Ahumada, representante da Comissão Econômica para a América Latina; Professores do CIEF

As funções de consulta e coordenação com o Governo do Chile e seus órgãos são da competência do Comitê de Coordenação Nacional, constituído de representantes do Ministério das Relações Exteriores do Chile, pelas entidades nacionais cooperadoras e pela diretoria do Centro. Atualmente a composição do Comitê é a seguinte: Presidente — Luis David Cruz Ocampo, Ministro das Relações Exteriores; Membros — Rafael Correa Fuenzalida, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Chile; Flavian Levine, do Instituto de Economia da Universidade do Chile; Francisco Steeger, da Sociedade para o Fomento da Produção; Hermann Max Coers, do Banco Central do Chile; Luis Cárcamo Cantin, da Diretoria Geral de Estatística; Tulo H Montenegro, Diretor do CIEF

O corpo docente é nomeado pelo Instituto Interamericano de Estatística e pela União Panamericana, com exceção do professor de matemática, o qual é pôsto à disposição pelo Governo do Chile. Os organismos internacionais obtêm, além disso, a participação de professores visitantes, para ministrarem cursos intensivos e séries curtas de conferência. Os professores e suas respectivas cátedras, são os seguintes: Domingos Almendras — Professor de Matemática Básica para Estatística; Manuel Balboa — Professor de Estatística da Produção (Manufatureira); Rodrigo Bolaños — Professor de Estatística do Trabalho; Allen Buchanan — Professor de Estatística de Comércio Interno, Transportes e Serviços Públicos e Estatística de Consumo; Henrique Cansado — Professor de Es-

tatística Geral; Pedro Irañeta — Professor de Análise Econômica dos Problemas de Desenvolvimento de Economias Nacionais; Walter Koller — Professor de Estatística de Comércio Exterior e Renda Nacional; Jorge Marshall — Professor de Estatística Monetária e Bancária e Estatística de Finanças Públicas; Antônio Posada — Professor de Estatística da Produção (Agricultura); Leonel Torres — Professor de Estatística de Balança de Pagamentos; Eduardo Valenzuela — Professor de Matemática Básica para Estatística

Idiomas — A maior parte das matérias é ensinada em língua espanhola, sem prejuízo do emprêgo, em casos especiais, de outros idiomas do Continente

Biblioteca — O Centro tem biblioteca própria especializada em desenvolvimento econômico e estatística econômica e pode utilizar-se das bibliotecas das instituições chilenas cooperantes e da CEPAL, especializadas em economia e estatística. Nos seus trabalhos o Centro aproveita os estudos, pesquisas, projetos e materiais dos organismos econômicos americanos. O tratamento e análise de casos reais é fundamentado no emprêgo desse material

Publicações — O Centro pretende produzir material didático para conferências e exercícios e difundir pelo Hemisfério, através de publicações, o seu trabalho técnico e educacional. Há o plano de aumento, por intermédio do Centro, a Biblioteca Interamericana de Estatística Teórica e Aplicada do IASI, com traduções para o espanhol e obras originais de estatística econômica

Laboratório e Tabulação — Funciona no Centro um laboratório de estatística devidamente aparelhado com equipamento de cálculo e desenho, para os exercícios, aulas práticas e preparo das pesquisas no próprio local. As instituições chilenas cooperantes proporcionam os serviços de tabulação mecânica

Estudantes — O Centro admite, com isenção de taxas de matrículas, estudantes de curso completo e estudantes de matérias determinadas, procedentes das Nações-Membros da OEA. Os estudantes de curso completo não excederão de 40 anualmente. Os estudantes de matérias determinadas não excederão de 10, para cada uma das matérias gerais do curso completo e de 15 para cada uma das seletivas

Quanto ao financiamento dos estudos, os estudantes se dividem em dois grupos:

Grupo A: Bolsistas do Fundo Especial de Cooperação Técnica da OEA. Pelo menos 21 estudantes, por ano, gozam desse tipo de bolsa, cabendo uma ao país-sede e as restantes aos outros países americanos

Grupo B: Pagos pelos Governos de seus países ou outras fontes. A este grupo poderão pertencer 8 estudantes do curso completo, 6 estudantes por matéria, entre as gerais, e 9 estudantes por matéria, entre as seletivas, procedentes de países americanos que não o país-sede. Os restantes, até os limites estabelecidos, correspondem ao país-sede

PEDIDOS DE ADMISSÃO

PARA efeito da concessão de bolsas e admissão de estudantes no Centro, o Instituto Interamericano de Estatística, pelos meios estabelecidos, faz pedido de candidatos às entidades estatísticas e econômicas dos países americanos, mediante a remessa dos respectivos formulários

Todo formulário de pedido de admissão deve ser remetido pela entidade nacional que apresentar o candidato. Deverá ser acompanhado de uma nota da instituição patrocinadora, sobre o caráter, capacidade e preparo profissional do candidato e das razões pelas quais se aponta a candidatura. Também deverá ser indicado se a entidade onde trabalha o candidato está disposta a manter seu cargo e salário ou a conceder-lhe alguma ajuda de custo, durante o período de estudo, para que possa atender às suas despesas forçadas no país de origem.

Deverá ser anexado ao formulário de pedido de inscrição um certificado de estudos universitários com indicação das matérias em que foi aprovado e, se possível, os programas dos cursos de matemática, estatística e economia.

A entidade patrocinadora do candidato, remeterá, por via aérea, nunca após a data indicada na folha anexa ao pedido de inscrição, toda a documentação especificada, em duplicata, ao seguinte endereço: Instituto Interamericano de Estatística, União Panamericana, Washington 6, D C, U S A

Requisitos para admissão — Para a admissão de um estudante ao Centro é preciso:

1 Ter sido indicado por uma entidade de pesquisa econômica ou estatística das Nações-Membros da OEA

2 Ser profissional, estatístico ou economista, de nível universitário em ciências econômicas ou comerciais; ser aprovado em cursos de estatística; ou ter experiência mínima de quatro anos em trabalhos de pesquisa econômica que, a critério dos organismos dirigentes, capacitem o aspirante a participar, com proveito, dos trabalhos do Centro

3 Tem interesse especial na aplicação dos métodos estatísticos na economia e oferecer garantias de dedicar-se, após o curso, a trabalhos relacionados com o ensino dado pelo Centro

Seleção dos estudantes — Entre os pedidos de inscrição recebidos, um Comitê de Seleção do Instituto, com a cooperação do Diretor e professores do CIEF, procederá à qualificação dos estudantes que podem matricular-se no curso de 1954, e, dentre eles o que receberá a bolsa do IASI correspondente a seu país. Para a seleção, serão levados em conta, além dos requisitos mínimos, as melhores condições quanto a preparo, antecedentes profissionais e perspectivas de utilização do ensino ministrado pelo Centro

O Instituto comunicará os resultados da seleção às autoridades patrocinadoras, aos organismos que concedem bolsas e aos candidatos. Os eleitos para o curso completo ou matérias isoladas, receberão dos organismos internacio-

nais patrocinadores, as instruções necessárias para o gozo da matrícula ou bolsa.

Bolsas — As 21 bolsas anuais oferecidas pelo Instituto Interamericano de Estatística e pela União Pan-americana, para o curso completo do Centro, compreendem:

- 1 Matrícula no Centro;
- 2 As passagens de ida e volta, só para o estudante, entre a cidade onde reside e Santiago do Chile;
- 3 Ajuda de custo dessas viagens;
- 4 Alojamento, subsistência e despesas eventuais, mensalidades do estudante, não acompanhado, em moeda chilena, enquanto permaneça na qualidade de bolsista, na sede do Centro;
- 5 Assistência médica em caso de enfermidade ou acidente durante o curso e seguro de viagem

Certificados — O Centro concederá aos alunos que completarem o curso um certificado comprobatório da frequência e aprovação no curso de estatística econômica e financeira com a discriminação das matérias cursadas de estatística aplicada. Concederá também certificados das matérias em que foram aprovados, não só aos alunos do curso completo como também aos de matérias especiais. Esses certificados serão emitidos e referendados pela Universidade do Chile

Ensino complementar — A Universidade do Chile admite, na qualidade de ouvinte, os estudantes do curso completo do Centro, nas aulas das Faculdades relacionadas com o ensino do Centro, mediante prévia aprovação do seu Diretor

PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA 1954

O curso de 1954 terá a duração de 11 meses, divididos em dois períodos ou semestres escolares. Algumas matérias serão ministradas nos dois semestres e outras, em um semestre

Atividades do Curso Completo — As atividades do curso completo se dividem em *gerais* (aulas e outras atividades) para todos os estudantes que desejem completar os estudos no Centro, e *seletivas*, em número de duas aulas entre quatro grupos de matérias de estatística aplicada:

A *Atividades gerais*

- a) Classes regulares:
 - Matemática básica para estatística
 - Estatística Geral
 - Análise Econômica dos Problemas de Desenvolvimento de Economias Nacionais
 - Renda Nacional
- b) Laboratório de estatística
- c) Seminários de discussão e intercâmbio
- d) Séries de conferências especiais
- e) Pesquisa de campo
- f) Visitas de estudo

B Atividades seletivas

Aulas regulares em um grupo que consta de duas matérias de estatística econômica aplicada, dentre as quatro seguintes:

Primeiro Grupo — Estatística de Produção e Preços — Estatística do Trabalho

Segundo Grupo — Estatística do Comércio Interno, Transportes e Serviços Públicos — Estatística de Consumo

Terceiro Grupo — Estatística de Comércio Exterior — Estatística da Balança de Pagamentos

Quarto Grupo — Estatística Monetária e Bancária — Estatística das Finanças Públicas

Orientação geral sobre o programa escolar e outras atividades — Os programas de cada matéria estão divididos em unidades semestrais bem definidas. O Centro oferece o ensino de uma ou várias matérias a alunos que não sigam o curso completo.

Segue-se uma descrição breve, à guisa de orientação, do programa das aulas e natureza das outras atividades do Centro.

1 *Matemática básica para estatística* — Duração: um semestre. Em caráter optativo, poder-se-á estudar esta matéria, durante um semestre adicional. Recapitulação geral de álgebra, geometria analítica, cálculo diferencial e integral. Essas aulas proporcionarão os conhecimentos essenciais para o curso de estatística geral. Permitirão melhor compreensão dos conceitos matemáticos empregados nos outros cursos. Assim, os tópicos a serem tratados são: significado dos símbolos mais usados; ajustamento de curvas; determinantes, raízes; elementos de geometria analítica; análise combinatória; progressões e logaritmos; diferenças finitas, operadores fatoriais; binômio de Newton e Vandermonde; série hipergeométrica; funções, limites; elementos de cálculo diferencial e integral.

2 *Estatística geral* — Duração: dois semestres. Estudo dos métodos estatísticos aplicáveis à pesquisa econômica, ministrada como recapitulação de um curso médio e de introdução a um curso superior. Exemplos de tópicos: distribuições unidimensionais de frequência; stadígrafos de posições (médias), de dispersão e de assimetria; momentos; distribuições bidimensionais de frequência; distribuições marginais e condicionais; regressão e correlação; momentos; distribuições pluridimensionais de frequência; distribuições marginais e condicionais; regressão e correlação parcial; correlação múltipla; séries cronológicas: tendências, variação estacional e movimentos cíclicos, números-índices, cálculo de probabilidades: experiências aleatórias, probabilidade total, conjunta e condicional; distribuições unidimensionais de probabilidade; esperança matemática e variação; distribuições bidimensionais e pluridimensionais de probabilidade; processos estocásticos; distribuições na amostragem; estimativas por ponto e por intervalo; docimásta da hipótese; análise da variação. Elementos de estatística demográfica: volume e características da população; sua distribuição e evolução; métodos de estimativa da população. Introdução

à amostragem: o método representativo da amostragem; método de amostragem ao acaso, estratificado, e outros métodos aplicáveis às pesquisas econômicas.

3. *Análise econômica dos problemas de desenvolvimento das economias nacionais* — Duração: dois semestres. Análise dos problemas básicos de desenvolvimento econômico com referência às características das economias latino-americanas, realçando-se o aspecto formal e metodológico da análise. O curso tem uma parte introdutória, de princípios econômicos necessários, ao início da exposição de análise propriamente dita. Exemplos de tópicos: planejamento e natureza do problema de desenvolvimento; a mecânica do crescimento econômico e seus fatores básicos; a natureza e técnicas de programas de desenvolvimento; os cálculos de recursos disponíveis e a determinação de objetivos; o critério de inversão; a participação do Estado e seus meios de ação; o financiamento dos programas de desenvolvimento; modelos de um plano de desenvolvimento.

4 *Renda Nacional*. Duração: um semestre. Estudo dos métodos de coleta, elaboração, apresentação e análise das estatísticas da renda nacional e das contas nacionais e seus princípios econômicos. Exemplos de tópicos: Conceitos e componentes da renda nacional, da despesa nacional bruta e líquida, da renda individual disponível; estimativa pelos pagamentos; por categoria de despesas; por origem de atividades econômicas; renda nacional em bases inalteráveis; estatísticas de formação de capital: conceito, definição e métodos de pesquisa, fontes de estimativa da renda nacional; unidades informativas, censos, amostragens, fatores que afetam a exatidão das estimativas; fontes de estimativa para cada título específico; contas nacionais: conceitos; relação com o cálculo da renda nacional; setores principais; análise das diversas contas; recomendações e comparabilidade internacionais da renda e contas nacionais; uniformidade de conceitos; renda *per capita*; riqueza nacional: evolução, conceitos e estudos mais recentes da estimativa da riqueza; emprego das estatísticas da renda para formular a política econômica, planejar o desenvolvimento econômico, analisar tendências a curto prazo e fazer prognósticos; orçamentos nacionais; quadros de gastos.

5 *Estatística de produção e preços* — Duração: um semestre. Estudo dos métodos de coleta, elaboração, apresentação e análise das estatísticas de produção e preços e seus princípios econômicos. Exemplos de tópicos: elementos gerais da teoria econômica da produção; setores principais — agricultura, mineração, manufatura e construção; localização dos setores no sistema econômico geral; análises estruturais de consumo e produção; os preços e a sua determinação estatística; capacidade de produção; estatística censitária; índices do volume físico da produção; questões relacionadas com a comparabilidade e as unidades internacionais; recomendação dos organismos e conferências internacionais sobre a classificação das atividades econômicas, conceitos, definições e campos das estatísticas de produção; exposição com base em casos concretos; utilida-

de e aplicação desses estudos para a análise e para os problemas práticos do desenvolvimento das economias nacionais

6 *Estatísticas do Trabalho* — Duração: um semestre Estudo dos métodos de coleta, elaboração, apresentação e análise das estatísticas do trabalho e seus princípios econômicos Exemplos de tópicos: campos de aplicação das estatísticas do trabalho e suas relações com outras estatísticas; necessidade nacional e internacional das estatísticas do trabalho e requisitos de comparabilidade correspondentes; fontes de produção das estatísticas do trabalho; população economicamente ativa; classificação ocupacional; emprego e desemprego; salários e horas de trabalho; condições de vida familiar; índices de preços para consumidores; índices de preços por atacado; utilidade e aplicação desses estudos nas análises e nos problemas práticos do desenvolvimento das economias nacionais

7 *Estatísticas de comércio interno, transportes e serviços públicos* Duração: um semestre Estudos dos métodos de coleta, elaboração, apresentação e análise das estatísticas de comércio interno, transportes, serviços públicos e seus princípios econômicos Exemplos de tópicos: meios, facilidades, operações e atividades necessárias para se efetuar a distribuição e comercialização de produtos e suas estatísticas; meios, facilidades, operações e atividades necessárias para proporcionar transportes e outros serviços públicos, e suas estatísticas; emprego destas estatísticas na análise de problemas concretos, relacionados com a melhoria da estrutura e funcionamento dos sistemas de distribuição e de transporte; processos analíticos e meios de análise utilizados na aplicação destas estatísticas; maneiras de obter as estatísticas necessárias à realização das análises; processos e técnicas empregados na compilação e apresentação das estatísticas, censos de distribuição e transporte; investigações e outros sistemas de informação estatística

8 *Estatísticas de consumo* Duração: um semestre Estudo dos métodos de coleta, elaboração, apresentação e análise das estatísticas de consumo e seus princípios econômicos Exemplos de tópicos: maneiras segundo as quais os consumidores gastam seus rendimentos, seus padrões de consumo e nível de vida, e estatísticas que descrevam esses fenômenos; emprego dessas estatísticas na análise de problemas concretos que afetem diretamente o nível de vida, e que se relacionem com os programas de salubridade, de bem-estar social e de habitação; reajustamentos de vencimentos e salários; orçamentos de ajuda familiar; problemas do estudo de mercados; estimativa da futura necessidade do mercado; formulação de objetivos de produção ou de programas de comercialização de bens de consumo; problemas de compilação de estatísticas de consumo; processos e técnicas empregados na planificação e organização do trabalho; formulação de questionários de informações; treinamento de pesquisadores e inspetores; cooperação dos consumidores informantes

9 *Estatísticas do comércio exterior* Duração: um semestre Estudo dos métodos de coleta, elaboração, apresentação e análise das

estatísticas de comércio exterior, câmbios e seus princípios econômicos. Exemplos de tópicos: teoria do comércio internacional, inclusive custos comparativos, comércio interestadual, determinação dos tipos de câmbio, teoria da balança de pagamentos, efeitos dos lucros e preços sobre o comércio entre as nações; restrições ao comércio internacional; política comercial Produção, apresentação e comparabilidade internacional das estatísticas do comércio exterior; processos de obtenção das estatísticas; cobertura; problemas de avaliação; comércio especial e geral; o comércio por países; determinação do país de origem e de destino; conversão de moedas nacionais e estrangeiras; determinação de quantidades; classificação de mercadorias, construção de índices do *quantum* e do valor unitário; apresentação, publicação e periodicidade das estatísticas de comércio exterior; análise estatística aplicada ao comércio exterior; análise e classificação de mercadorias; tendências, correlação de índices de *quantum* e de valor; estimativa estatística das elasticidades de importações e exportações; estimativa estatística do multiplicador do comércio exterior

10 *Estatística da balança de pagamentos* Duração: um semestre Estudos dos métodos de coleta, elaboração, apresentação e análise das estatísticas da balança de pagamentos e seus princípios econômicos Exemplos de tópicos: conceitos e ubicação da balança de pagamentos em um sistema de contas sociais; diferenciação em relação ao registro de câmbios; estrutura da balança e equação de saldos no registro do valor das transações internacionais e a variação líquida de saldos nas contas de capitais; definições das partidas que compõem ambos os aspectos; definições de país informante e residentes; classificação de capitais por prazo e por setores; ouro monetário e não monetário; problemas de conversão; balança comercial, sua classificação, ajustes de conteúdo e avaliação, critério de fronteira e de residência; invisíveis, seus agrupamentos, problemas técnicos no tratamento dos dados que os compõem, fontes utilizáveis e investigações diretas; inversões estrangeiras e valores em carteira; o contrólê da empresa; determinação do movimento de capital; financiamento oficial compensatório; utilização e ajuste dos registros de contrólê de câmbio; comparabilidade e recomendações internacionais; esquema padrão e Manual da Balança de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional; emprego da estatística da balança de pagamentos na análise econômica dos problemas práticos do desenvolvimento das economias nacionais

11 *Estatísticas monetárias e bancárias* Duração: um semestre Estudo dos métodos de coleta, elaboração, apresentação e análise das estatísticas monetárias e bancárias e seus princípios econômicos Exemplos de tópicos: princípios da teoria e política monetária e bancária; o papel do sistema bancário na criação do dinheiro; teoria quantitativa do valor da moeda e teoria de Keynes sobre a determinação da renda nacional; teorias dos juros; objetivos da política monetária e sua contribuição para o desenvolvimento econômico; produção e apresentação de estatísticas monetá-

rias e bancárias; definição da oferta monetária; classificação da oferta monetária de acordo com os setores que originam a criação do dinheiro (setor público, setor privado, setor externo); problemas que surgem por informação inadequada; relação entre a renda monetária nacional e a oferta monetária; relação entre a circulação monetária criadora de rendas e circulação financeira; outras estatísticas monetárias e bancárias e sua utilidade; encaixes legais ou habituais, excesso de reservas, tipos de juros, índices de preços e rendimentos de ações e obrigações fixas, índices de preços, cheques compensados, novas emissões de capital, etc; estatísticas não monetárias de interesse para a análise da política monetária; o Manual de Moeda e Banco do Fundo Monetário Internacional e sua contribuição para a unificação e comparabilidade internacional das estatísticas monetárias e bancárias; relação entre pesquisa teórica e empírica, e análise estatística aplicada a problemas monetários e bancários; fatos e construções empíricas; teorias formuladas dedutivamente e sua docimásia; estimativa de parâmetros; previsão e política econômica

12 *Estatísticas das finanças públicas* — Duração: um semestre — Estudo dos métodos de coleta, elaboração, apresentação e análise das estatísticas das finanças públicas e seus princípios econômicos. Exemplos de tópicos: princípios da teoria econômica das finanças públicas; tendências dos gastos do Estado; despesas públicas e nível da atividade econômica e de trabalho; natureza, manejo da dívida pública e sua relação com a oferta monetária; rendas públicas e sua classificação; os impostos, suas classes e análise de seus efeitos; contas e estatísticas fiscais; o orçamento e amplitude da sua concepção; transações comuns e de capital; classificação das rendas públicas; outros aspectos das contas fiscais; análise das contas fiscais de certos países latino-americanos. Análise de estatísticas fiscais; as contas do setor público em relação com as contas nacionais; análise estatística dos efeitos econômicos da tributação; efeitos do sistema fiscal sobre o desenvolvimento econômico

13 *Laboratório estatístico* — A parte de laboratório de cada uma das aulas é dirigida pelo professor da matéria. Compreende: 1) Estudo e solução de "casos" reais econômico-estatísticos; 2) Cálculos, emprêgo de máquinas, régua de cálculo, tábuas matemáticas e feitura de gráficos; 3) Redação de informações econômico-estatísticas; 4) Planificação e elaboração de investigações no local

14 *Seminários de discussão e intercâmbio* — Discussão e intercâmbio de informações, dirigidos pelo professorado e baseados em informações de cada sessão, sobre o desenvolvimento do curso, as atividades dos diferentes grupos de laboratório, os processos estatísticos nacionais, as recomendações internacionais e os problemas práticos

15 *Séries de conferências especiais* — Séries de conferências sobre temas específicos, complementares das aulas regulares, ministradas por professores visitantes

16 *Investigação no próprio local* — Duração: aproximadamente um mês — Coleta de dados com a participação das entidades cooperadoras do Centro sobre investigações reais, previamente planejadas e posteriormente preparadas no laboratório

INÍCIO DO CURSO

O CENTRO iniciará o seu segundo ano de atividade no dia 11 de janeiro de 1954, por um período de onze meses, de janeiro a dezembro do mesmo ano, na própria Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Chile

ENDEREÇOS

A CORRESPONDÊNCIA dirigida ao Centro pode ser encaminhada ao Instituto Interamericano de Estatística, União Pan-americana, Washington 6, D C — U S A ; ou ao seu próprio endereço: Centro Americano de Ensino de Estatística Econômica e Financeira, Avenida República, 517, Santiago, Chile. Endereço telegráfico: Centrocief

ELÍGIO ALVES

(Do Laboratório de Estatística)

A COMPOSIÇÃO, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, DA POPULAÇÃO DO BRASIL

1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO DO BRASIL COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

As principais características da composição por idade da população do Brasil consistem nas proporções muito elevadas das idades infantis e adolescentes e nas proporções muito baixas das idades maduras e senis

Essas características tornam-se evidentes pelas sumárias comparações internacionais efetuadas na tabela I

No Brasil, o grupo de idade de 0 a 19 anos constitui mais da metade (52,48%) da população total, enquanto nos Estados Unidos a proporção correspondente (34,28%) apenas excede um terço. Proporções ainda mais baixas encontram-se na Europa Ocidental, não somente em países que tendo participado das duas guerras mundiais sofreram fortes alterações na sua estrutura demográfica, mas também em países que ficaram neutrais (Suíça 30,31%, Suécia 29,10%)

A proporção do grupo de 20 a 39 anos no Brasil (29,73%) não difere muito das que se verificam em países de estrutura demográfica muito diferente (Estados Unidos 30,67%, Suécia 30,32%, Suíça 29,32%)

Mas já a proporção do grupo de 40 a 59 anos (13,54%) revela-se muito baixa. Nos Estados Unidos a proporção correspondente atinge 22,93% e na Europa Ocidental se encontram proporções ainda maiores, mesmo nos países neutrais (Suécia 25,83%, Suíça 26,46%)

Ainda maior é a inferioridade relativa da proporção do grupo de 60 anos e mais no Brasil (4,25%), em comparação com as observadas nos Estados Unidos (12,12%) e na Europa Ocidental (Suíça 13,91%, Suécia 14,75%)

Esses traços típicos da composição por idade da população do Brasil são determinados pela concomitância: de uma taxa de natalidade muito elevada (43 a 44 por 1 000 habitantes, nos anos próximos de 1950), de uma taxa de mortalidade ainda elevada mas muito inferior à de natalidade (19 a 20 por 1 000 habitantes), de um conseqüente rápido crescimento natu-

ral da população, e de um crescimento migratório não desprezível mas muito secundário em relação ao crescimento natural, especialmente nos últimos lustros¹

Essas circunstâncias não são peculiares do Brasil, antes se verificam em outros países da América Latina, como atestam os dados da tabela I. A proporção brasileira de 52,48% habitantes em idades de 0 a 19 anos, que parece excepcionalmente elevada em comparação com as da América Anglo-Saxônica e da Europa Ocidental, é quase igual às da Colômbia, (52,27%), do Peru, da Venezuela e do México. Na própria Europa Oriental, quando — há meio século — a natalidade era ainda muito elevada e a mortalidade era também elevada mas bem menor, encontravam-se composições por idade não muito diferentes da composição atual da população brasileira. E composições análogas encontram-se ainda hoje em países asiáticos e africanos nos quais subsistem condições semelhantes, como a Índia e o Egito

2 A COMPOSIÇÃO POR SEXO E IDADE, SEGUNDO O CENSO DE 1950 COMPARAÇÕES RETROSPECTIVAS

A composição por idade da população do Brasil, com discriminação do sexo e segundo grupos de idade menos amplos do que os considerados no parágrafo anterior, consta das tabelas II (dados absolutos) e III (proporções por 100 000 habitantes), nas quais estão discriminados grupos quinquenais de 0 a 29 anos e decenais de 40 a 79, ficando reunidas em um só grupo as idades de 80 anos e mais, em consideração à grande freqüência dos exageros nas declarações de idades senis, que afetam os resultados do censo²

¹ Sobre esses assuntos, vejam-se: *Pesquisas sobre o desenvolvimento da população do Brasil* (Nº 13 da série demográfica dos "Estudos de estatística teórica e aplicada", Rio, I. B. G. E., 1951) e *Caratteristiche demografiche del Brasile* (Comunicação de G. Mortara à 28.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, Rio, I. B. G. E., 1953)

² As influências dos erros nas declarações de idade sobre os resultados censitários foram investigadas em numerosas pesquisas do

Em ambas essas tabelas comparam-se os resultados do censo de 1950 com os do censo de 1940³

Em 1940, a proporção do sexo masculino, 49,99%, era apenas levemente inferior à metade. Diminuiu levemente essa proporção, para 49,84%, em 1950, em virtude da exiguidade da imigração do exterior no período intercensitário. Cumpre lembrar que no período culminante da imigração, em 1900, a proporção masculina chegara a exceder 51%.

A composição da população por grandes grupos de idade difere pouco nos dois censos. A proporção do grupo de 0 a 19 anos passa de 53,32% em 1940 para 52,48% em 1950; a do grupo de 20 a 39 anos, de 29,30% para 29,73% a do grupo de 40 a 59 anos, de 13,32% para 13,54%; a do grupo de 60 anos e mais, de 4,06% para 4,25%. Variações tão pequenas atestam a relativa estabilidade dos elementos do movimento natural da população. Talvez a leve diminuição da proporção do grupo infantil e adolescente reflita um moderado declínio da natalidade (cujos efeitos em parte são compensados pelos da melhoria da mortalidade na infância) e o leve aumento da proporção do grupo senil reflita uma sensível diminuição da mortalidade dos adultos.

Nas comparações retrospectivas da composição por idade podem ser aproveitados, também, os dados dos censos anteriores ao de 1940. É preciso, todavia, usar muita prudência nesse aproveitamento. Com efeito, os dados do censo de 1872 não merecem a menor confiança, no que diz respeito ao levantamento da idade; basta dizer que o número dos habitantes de 0 a 9 anos seria inferior tanto ao dos de 10 a 19 como ao dos de 20 a 29 anos e que o número dos habitantes de mais de 90 anos excederia 70 000. Os dados do censo de 1890 parecem representar uma apuração, não alterada, das declarações dos informantes, já menos afetadas por erros. Os dados publicados do censo de 1900 não somente foram em parte estimados, mas também foram fortemente corrigidos, ficando — ao contrário do que se verificara em 1872 — exagerada a proporção das idades de 0 a 9 anos. Os dados de 1920 foram também corrigidos, mas parecem manter a proporcionalidade com os dados apurados.

Constam da tabela XI, em apêndice, as proporções comparativas por grupos decenais de idade verificada nos seis censos brasileiros. Aqui serão apenas lembradas as proporções por

grandes grupos de idade constantes dos censos de 1890 e de 1920.

A proporção do grupo de 0 a 19 anos foi menos elevada no primeiro desses censos (51,14%) do que no segundo (54,28%); as dos demais grupos, foram mais elevadas no primeiro (30,37% de 20 a 39 anos, 13,77% de 40 a 59 anos e 4,72% de 60 anos e mais) do que no segundo (respectivamente, 29,08%, 12,60% e 4,04%). Se essas diferenças forem reais, é possível que em parte tenham sido determinadas pela grande diminuição da imigração exterior no período da primeira guerra mundial. Em todo caso, elas não são de relevo suficiente para alterar os traços característicos, já salientados, da composição por idade da população do Brasil.

3 ADVERTÊNCIAS SOBRE A INFLUÊNCIA DOS ERROS NAS DECLARAÇÕES DE IDADE DOS RECENSEADOS

MESMO a classificação por grupos de idade de cinco ou dez anos, como a das tabelas II e III, não escapa à influência dos erros nas declarações de idade, que afetam muito fortemente a classificação por grupos anuais.

Sem entrar em pormenores sobre esse assunto, que foi discutido amplamente em estudos anteriores,⁴ expõe-se em seguida algumas observações que parecem indispensáveis.

a) São, provavelmente, pelo menos em parte, efeitos de menor imprecisão das declarações de idade em 1950 o aumento aparente da proporção do primeiro quinquênio de idade e a diminuição aparente da proporção do segundo quinquênio, como também a diminuição aparente da proporção do grupo de 60 anos e mais (que, todavia, ainda fica muito superior à verdade, em virtude dos frequentes "erros de envelhecimento" nas declarações de idade).

b) O aumento aparente da proporção do grupo de 20 a 24 anos e as diminuições aparentes dos dois grupos quinquenais adjacentes também podem ser atribuídos em parte a diferenças de precisão das declarações de idade nos dois censos;

c) Está fortemente afetada pelos "erros de rejuvenescimento" nas declarações de idade a classificação relativa ao sexo feminino. Os grupos de 15 a 29 anos ficam aparentemente reforçados e os de 30 a 69 anos aparentemente desfalcados, em ambos os censos, em consequência desses erros.⁵

Gabinete Técnico do Serviço de Recenseamento de 1940 e do Laboratório de Estatística do IBGE. Uma bibliografia completa desses estudos acha-se na resposta de G. Mortara a um questionário do Instituto Internacional de Estatística sobre a precisão das estatísticas demográficas (resposta que será próximamente publicada). Veja-se, também, a comunicação do mesmo autor à 28.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, *Les erreurs dans les déclarations de l'âge dans les recensements brésiliens de 1940 et 1950* (Rio, IBGE, 1953).

³ A composição segundo o sexo e a idade da população do Brasil em 1940 foi estudada no N.º 267 A da série "Análises de resultados do censo demográfico", divulgado em 1946 pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940.

⁴ Veja-se especialmente o estudo de G. Mortara citado no fim da nota 3.

⁵ No estudo citado, G. Mortara calcula que, em 1950, mais de 510 000 mulheres, cuja idade efetiva as colocaria nos grupos de 30 a 69 anos, tenham declarado idades inferiores a 30 anos. Adotando-se as correções propostas por esse autor, as proporções constantes da tabela I para o Brasil ficariam assim retificadas: de 0 a 19 anos 5 205, de 20 a 39 anos 2 928, de 40 a 59 anos 1 424 e de 60 anos e mais 443 por 10 000 habitantes. Cumpre advertir que a proporção masculina no grupo de 40 a 59 anos é sensivelmente aumentada pela presença de um maior número de imigrantes deste sexo, como consta das tabelas V e VI.

4 DISCRIMINAÇÃO DOS GRUPOS DE IDADE ECONOMICAMENTE ATIVOS E ECONOMICAMENTE PASSIVOS

PARA reduzir ao mínimo possível a influência tanto dos erros de rejuvenescimento e de envelhecimento como dos erros de concentração,⁶ torna-se conveniente adotar uma classificação por grandes grupos de idade diferente daquela usada nas comparações internacionais anteriores, discriminando-se o grupo de 15 a 59 anos, que inclui a maior parte da população economicamente ativa, e os de 0 a 14 e de 60 anos e mais, onde predominam os indivíduos economicamente passivos

Os resultados deste agrupamento constam da tabela IV

O grupo de 15 a 59 anos constitui 53,40% da população total em 1940 e 53,89% em 1950

O de 0 a 14 anos, que em 1940 constituía 42,53% do total, constitui 41,86% em 1950

O grupo de 60 anos e mais passa de 4,07% para 4,25% do total

As variações são pequenas e já acima foram especificadas hipóteses acerca dos fatores que as determinaram

Persiste a situação, característica das populações muito fecundas, da elevada proporção dos elementos economicamente passivos em relação aos ativos

Cumpr, todavia, advertir que nem sempre a discriminação convencional, entre as idades em que o indivíduo produz mais do que consome e as em que consome mais do que produz, corresponde à realidade

No Brasil, em 1950, foram declarados ocupados em atividades extra-domésticas cerca de um quinto (1 249 392) das crianças de 10 a 14 anos e quase dois quintos (861 330) dos velhos de 60 anos e mais; e provavelmente muitos deles devem ser considerados economicamente ativos no sentido esclarecido acima, embora não figurando como tais na discriminação convencional por idade

5 COMPOSIÇÃO POR SEXO E IDADE DOS NATURAIS DO BRASIL E DOS NATURAIS DO EXTERIOR

PARA discernir as influências diretas da imigração sobre a composição por idade da população do Brasil, podem-se discriminar os habitantes em brasileiros natos e em estrangeiros e brasileiros naturalizados. Salvo raríssimas exceções, os primeiros são naturais do Brasil e os segundos são naturais do exterior aqui imigrados. Esta discriminação foi feita nas tabelas V (dados absolutos) e VI (proporções por 100 000 habitantes)

Entre os brasileiros natos, o sexo masculino fica em leve minoria (49,69%); entre os estrangeiros e brasileiros naturalizados, prevalece nitidamente (56,03%) A composição

por idade difere profundamente nas duas categorias de nacionalidade. Entre os brasileiros natos, que constituem uma fração preponderante da população (97,66%), encontram-se, levemente acentuados, os traços característicos já salientados: 53,62% deles estão em idades de 0 a 19 anos, 29,84% em idades de 20 a 39 anos; 12,83% em idades de 40 a 59 anos e 3,71% em idades de 60 anos e mais. Dos estrangeiros e brasileiros naturalizados, apenas 4,59%, isto é uma fração muito pequena, se acham em idades de 0 a 19 anos, enquanto 25,30% estão em idades de 20 a 39 anos, 43,23% em idades de 40 a 59 anos e 26,88% em idades de 60 anos e mais

Cumpr lembrar que, em virtude da legislação nacional, a qual atribui a cidadania brasileira aos filhos dos estrangeiros que nascem no Brasil,⁷ a contribuição dos imigrados para a reprodução aumenta os contingentes dos brasileiros natos nas idades mais moças.

As elevadas proporções de estrangeiros e brasileiros naturalizados nas idades maduras e senis em parte representam uma consequência puramente aritmética da escassa representação das idades infantis e adolescentes, mas em parte dependem da circunstância de que a maior afluência de imigrantes para o Brasil se verificou em épocas já distantes

6 COMPOSIÇÃO POR SEXO E IDADE DAS POPULAÇÕES DOS QUADROS ADMINISTRATIVOS URBANOS, SUBURBANOS E RURAIS

NO censo de 1950, a composição por idade foi apurada separadamente para os quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais

Nem sempre a divisão administrativa coincide com a discriminação que poderia ser feita com critérios demográficos-sociológicos entre as áreas urbanas e as rurais. Todavia, pela maior parte, as populações dos quadros urbanos podem ser consideradas efetivamente urbanas, e as dos quadros rurais efetivamente não urbanas, também de acordo com esses critérios

Das populações qualificadas suburbanas, uma parte é efetivamente tal, outra parte pode ser considerada urbana e outra parte deve ser considerada rural

Apesar da imperfeita correspondência dos critérios administrativos com os científicos, o exame da apuração referida acima é resumida nas tabelas VII (dados absolutos) e VIII (proporções por 100 000 habitantes) torna-se muito interessante

A composição por sexo das populações dos quadros urbanos difere nitidamente daquela dos quadros rurais; nos primeiros o sexo masculino fica em minoria (47,32%), nos segundos prevalece (51,01%). Os fatores principais desta diferença consistem: na maior migração interior de mulheres para as cidades, que aumenta a proporção feminina nos quadros urbanos e a diminui nos quadros rurais; na maior mortalidade masculina nas cidades; na menor diferença entre a mortalidade dos dois sexos

⁶ Acerca desses erros vejam-se as publicações citadas na nota 3

⁷ Eles dependem da preferência dada nas declarações às idades múltiplas de 10, de 5 ou de 2

⁷ Há algumas exceções, mas elas são, numericamente, desprezíveis

nas zonas rurais, onde a mulher tem maiores encargos de família e participa em trabalhos mais pesados

No que diz respeito à composição por idade, as populações dos quadros rurais salientam-se pela proporção muito elevada das idades infantis e adolescentes, a qual depende em parte, diretamente, da natalidade muito elevada e em parte, indiretamente, dos desfalques que sofrem os grupos adultos pela emigração para as cidades. Nas populações dos quadros urbanos, pelo contrário, a proporção das idades infantis e adolescentes é baixa, em relação à média nacional, em parte pela influência direta da menor natalidade e em parte pela influência indireta da imigração de adultos. A proporção do grupo de 0 a 19 anos é apenas de 44,22% nos quadros urbanos, enquanto nos quadros rurais ela atinge 56,15%

Os grupos de idade mais válidos são fortemente representados nos quadros urbanos (33,72% de 20 a 39 anos e 16,54% de 40 a 59) e fracamente representados nos quadros rurais (27,85% de 20 a 39 anos e 12,26% de 40 a 59)

As idades senis, também, são mais representadas nos quadros urbanos (com 5,52% habitantes de 60 anos e mais, em comparação com 3,74% nos quadros rurais), em virtude da imigração, da menor mortalidade dos adultos, e da menor natalidade

Nos quadros suburbanos encontram-se proporções intermediárias às dos quadros urbanos e dos rurais, aproximando-se as condições dos primeiros ora daquelas dos segundos, ora daquelas dos últimos, como já foi observado. A proporção masculina (48,76%) é baixa, mas maior do que a dos quadros urbanos. A proporção das idades de 0 a 19 anos (49,95%), embora muito superior à dos quadros urbanos, fica muito inferior à dos quadros rurais. A proporção das idades de 20 a 39 anos (31,57%) está mais próxima daquela dos quadros urbanos; pelo contrário, as proporções das idades de 40 a 59 anos (14,14%) e de 60 anos e mais (4,34%) estão mais próximas daquelas dos quadros rurais

A discriminação do grande grupo de idade considerado por convenção economicamente ativo e dos dois grupos considerados economicamente passivos consta da tabela IX

O grupo de 15 a 59 anos compreende 61,07% da população dos quadros urbanos, nêle predominando o sexo feminino (com a parcela de 32,55 em comparação com 28,52 para o sexo masculino). Nos quadros rurais a proporção correspondente é muito menor, 50,65%, e para ela contribui o sexo masculino com uma parcela (25,84) maior do que a do sexo feminino (24,81)

O grupo de 60 anos e mais figura, também, com proporção maior nos quadros urbanos (5,52%, sendo de 2,34 a parcela masculina e de 3,18 a feminina) do que nos rurais (3,74%; parcela masculina 1,94, feminina 1,80).

A proporção do grupo de 0 a 14 anos, pelo contrário, é muito menor nos quadros urbanos (33,41%; parcela masculina, 16,47, feminina, 16,94) do que nos rurais (45,61%; parcela masculina, 23,23, feminina, 22,38)

As proporções nos quadros suburbanos são, em geral, intermediárias às dos quadros urbanos e dos rurais. O grupo de 15 a 59 anos compreende 56,31% da população, o de 60 anos e mais 4,34% e o de 0 a 14 anos 39,35%, predominando as mulheres — embora em medida menor do que nos quadros urbanos — nos dois grupos de adultos

Os fatores das características acima salientadas constam dos comentários anteriores

7 COMPOSIÇÃO POR IDADE DOS DIVERSOS GRUPOS DE CÔR

A COMPOSIÇÃO por idade dos três principais grupos de côr que integram a população do Brasil (brancos, pardos e pretos) não é muito diferente

São comuns a êsses grupos de côr as características da elevada proporção das idades infantis e adolescentes (que atinge seu máximo no grupo pardo, em virtude da sua mais elevada fecundidade e da contribuição que êle recebe dos demais grupos através da mestiçagem) e da baixa proporção das idades senis (menos acentuada no grupo preto, de menor fecundidade e que perde pela mestiçagem sem receber novos contingentes pela imigração)⁸

O grupo amarelo, composto quase exclusivamente de japoneses, imigrados em época recente, e de seus descendentes, apresenta uma proporção muito elevada de crianças e adolescentes e uma proporção moderada de velhos.⁹ Para elevar a primeira contribuem a alta fecundidade dos imigrados japoneses e a baixa mortalidade de seus descendentes nas idades infantis

Essas características são postas em evidência pelos dados da tabela X. Análises mais pormenorizadas serão expostas em outro estudo, relativo à composição da população do Brasil segundo a côr

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

FORAM postas em relêvo no presente trabalho as características da composição por idade da população do Brasil, como ressaltam pelas comparações internacionais

Foi mostrada, mediante comparações retrospectivas, a relativa estabilidade dessas características durante os sessenta anos decorridos entre o segundo e o sexto censo nacional

A influência dos movimentos migratórios internacionais foi estudada através das características diferenciais da composição por idade dos naturais do Brasil e dos naturais do exterior

A influência dos movimentos de migração interior e das diferenças de natalidade e de mortalidade entre as populações da cidade e

⁸ A maior freqüência dos erros de envelhecimento contribui para elevar a proporção aparente do grupo de 80 anos e mais entre os pretos

⁹ A relativa raridade dos erros de envelhecimento contribui para manter baixa a proporção do grupo de 80 anos e mais entre os amarelos

as do campo foi investigada mediante a discriminação da composição por idade nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais

Foram, ainda, expostas sumariamente as características da composição por idade dos diversos grupos de cor que integram a população do Brasil

TABELA I

Comparações internacionais da composição da população por grupos de idade *
Proporções por 10 000 habitantes

PAÍS	Ano	IDADE (Anos completos)				Total
		0 a 19	20 a 39	40 a 59	60 e mais	
1 Brasil	1950	5 248	2 973	1 354	425	10 000
2 Colômbia	1938	5 227	2 961	1 313	499	10 000
3 Peru	1940	5 158	2 853	1 350	639	10 000
4 Venezuela	1941	5 142	3 022	1 398	438	10 000
5 México	1940	5 136	2 967	1 385	512	10 000
6 Argentina	1914	4 910	3 329	1 359	402	10 000
7 Chile	1940	4 736	3 100	1 579	555	10 000
8 Canadá	1941	3 753	3 131	2 095	1 021	10 000
9 Estados Unidos	1950	3 428	3 067	2 293	1 212	10 000
10 Bulgária	1900	5 116	2 496	1 550	838	10 000
11 România	1899	5 030	2 837	1 605	528	10 000
12 Rússia Européia	1897	4 872	2 843	1 593	692	10 000
13 Iugoslávia	1951	4 167	2 896	2 072	865	10 000
14 Portugal	1949	3 900	3 140	1 970	990	10 000
15 Itália	1950	3 509	3 047	2 248	1 196	10 000
16 Alemanha Ocidental	1950	3 084	2 769	2 768	1 379	10 000
17 Suíça	1951	3 031	2 932	2 646	1 391	10 000
18 França	1950	2 913	2 763	2 659	1 665	10 000
19 Suécia	1949	2 910	3 032	2 583	1 475	10 000
20 Inglaterra e Gales	1950	2 841	2 875	2 698	1 586	10 000
21 Índia	1931	4 905	3 198	1 490	407	10 000
22 Japão	1950	4 570	2 900	1 758	772	10 000
23 Egito	1947	4 813	2 897	1 689	601	10 000
24 Austrália	1951	3 362	3 105	2 292	1 241	10 000

* As proporções para os países estrangeiros foram calculadas sobre os dados absolutos constantes das publicações abaixo especificadas:

2 a 5, 7 a 9, 13 a 22 *Demographic Yearbook*, Statistical Office of the United Nations (New York, 1948 a 1952)

6, 10 a 12 *Annuaire International de Statistique*

Institut International de Statistique (La Haye, 1916 a 1919)

TABELA II

Composição da população por sexo e grupos de idade, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950 *

a *Dados absolutos*

IDADE (Anos completos)	HOMENS		MULHERES		HOMENS E MULHERES	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
0 a 4	3 255 501	4 235 876	3 184 149	4 135 004	6 439 650	8 370 880
5 a 9	2 923 976	3 560 850	2 834 840	3 454 677	5 758 816	7 015 527
10 a 14	2 682 254	3 164 704	2 645 826	3 143 863	5 328 080	6 308 567
15 a 19	2 157 630	2 644 531	2 286 293	2 857 784	4 443 923	5 502 315
20 a 24	1 835 847	2 384 460	1 977 508	2 606 679	3 813 355	4 991 139
25 a 29	1 649 306	2 030 312	1 707 064	2 101 959	3 356 370	4 132 271
30 a 39	2 466 499	3 145 715	2 435 183	3 140 337	4 901 682	6 286 052
40 a 49	1 780 582	2 246 107	1 652 145	2 119 252	3 441 727	4 365 359
50 a 59	1 053 453	1 360 580	991 454	1 289 734	2 044 907	2 650 314
60 a 69	524 655	728 802	551 484	722 666	1 076 139	1 451 468
70 a 79	193 026	247 755	234 658	297 415	427 684	545 170
80 e mais	67 690	81 432	104 021	127 271	171 711	208 703
TOTAL	20 599 419	25 831 124	20 604 625	25 996 641	41 204 044	51 827 765

* Não estão incluídos nos dados desta tabela e das seguintes os habitantes de idade ignorada (53 877 homens e 62 755 mulheres em 1950).

Não estão incluídos, ainda, os habitantes de algumas áreas, dos quais não puderam ser apurados os caracteres individuais em consequência do extravio dos documentos censitários de coleta: em 1940, partes dos Municípios de Parintins (Amazonas) e Garça (São Paulo); em 1950, Município de Nova Era (Minas Gerais) e partes dos Municípios de Pirangi (São Paulo) e Lapa (Paraná)

TABELA III

Composição da população por sexo e grupos de idade, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950*

b. Proporções por 100 000 habitantes

IDADE (Anos completos)	HOMENS		MULHERES		HOMENS E MULHERES	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
0 a 4	7 901	8 173	7 728	7 978	15 629	16 151
5 a 9	7 096	6 870	6 880	6 666	13 976	13 536
10 a 14	6 510	6 106	6 421	6 066	12 931	12 172
15 a 19	5 236	5 103	5 549	5 514	10 785	10 617
20 a 24	4 455	4 601	4 800	5 029	9 255	9 630
25 a 29	4 003	3 917	4 143	4 056	8 146	7 973
30 a 39	5 986	6 070	5 910	6 059	11 896	12 129
40 a 49	4 343	4 334	4 010	4 089	8 353	8 423
50 a 59	2 557	2 625	2 406	2 489	4 963	5 114
60 a 69	1 274	1 406	1 338	1 394	2 612	2 800
70 a 79	469	478	569	574	1 038	1 052
80 e mais	164	157	252	246	416	403
TOTAL	49 994	49 840	50 006	50 160	100 000	100 000

* Veja-se a nota à tabela II

TABELA IV

Composição da população por sexo e grandes grupos de idade, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950*

Proporções por 100 000 habitantes

SEXO	Ano	IDADE (Anos completos)			Total
		0 a 14	15 a 59	60 e mais	
Homens	1940	21 507	26 580	1 907	49 994
	1950	21 149	26 650	2 041	49 840
Mulheres	1940	21 029	26 818	2 159	50 006
	1950	20 710	27 236	2 214	50 160
Homens e mulheres	1940	42 536	53 398	4 066	100 000
	1950	41 859	53 886	4 255	100 000

* Veja-se a nota à tabela II

TABELA V

Composição da população por sexo e grupos de idade, segundo grandes categorias da nacionalidade, em 1.º-VII-1950*

a. Dados absolutos

IDADE (Anos completos)	BRASILEIROS NATOS		ESTRANGEIROS E BRASILEIROS NATURALIZADOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4	4 231 426	4 130 687	4 372	4 237
5 a 9	3 555 949	3 449 792	4 845	4 831
10 a 14	3 157 794	3 137 390	6 846	6 420
15 a 19	2 631 817	2 846 350	12 666	11 376
20 a 24	2 358 391	2 584 292	26 009	22 338
25 a 29	1 988 946	2 068 061	41 330	33 857
30 a 39	3 041 607	3 061 301	104 033	78 977
40 a 49	2 084 281	2 008 465	161 766	110 725
50 a 59	1 216 370	1 182 006	144 172	107 078
60 a 69	614 946	629 464	113 829	93 165
70 a 79	201 548	252 469	46 194	44 927
80 e mais	69 014	112 226	12 408	15 033
TOTAL**	25 152 089	25 463 103	678 470	532 964

* Veja-se a nota à tabela II Além dos habitantes nela especificados, não estão incluídos nesta tabela e na seguinte os de nacionalidade ignorada

** Totais:

Brasileiros natos 50 615 192, Estrangeiros e brasileiros naturalizados 1 211 434; Homens 25 830 559, mulheres 25 996 067

TABELA VI

Composição da população por sexo e grupos de idade, segundo grandes categorias de nacionalidade, em 1.º-VII-1950 *

b. Proporções por 100 000 habitantes

IDADE (Anos completos)	BRASILEIROS NATOS		ESTRANGEIROS E BRASILEIROS NATURALIZADOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4	8 165	7 970	8	8
5 a 9	6 861	6 657	9	9
10 a 14	6 093	6 054	13	12
15 a 19	5 078	5 492	25	22
20 a 24	4 550	4 986	51	43
25 a 29	3 838	3 990	80	65
30 a 39	5 869	5 907	201	152
40 a 49	4 022	3 875	312	214
50 a 59	2 347	2 282	278	207
60 a 69	1 186	1 214	220	180
70 a 79	389	487	89	87
80 e mais	133	217	24	29
TOTAL**	48 531	131	1 310	1 028

* Veja-se a nota à tabela V.

** Totais: Brasileiros natos 97 662, Estrangeiros naturalizados 2 338; Homens 49 841, Mulheres 50 159

TABELA VII

Composição da população por sexo e grupos de idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, em 1.º-VII-1950 *

a. Dados absolutos

IDADE (Anos completos)	QUADROS URBANOS			QUADROS SUBURBANOS			QUADROS RURAIS		
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
0 a 4	817 182	805 945	1 623 127	455 533	450 540	906 073	2 963 161	2 878 519	5 841 680
5 a 9	667 193	672 342	1 339 535	358 812	354 824	713 636	2 534 845	2 427 511	4 962 356
10 a 14	644 328	711 549	1 355 877	331 353	334 898	666 251	2 189 023	2 097 416	4 286 439
15 a 19	623 448	775 010	1 398 458	298 478	317 449	615 927	1 722 605	1 765 325	3 487 930
20 a 24	628 255	758 067	1 386 322	272 708	310 431	583 139	1 483 497	1 538 181	3 021 678
25 a 29	546 097	618 691	1 164 788	293 334	257 884	491 218	1 250 881	1 225 384	2 476 265
30 a 39	850 216	951 629	1 807 845	368 980	390 757	759 737	1 920 519	1 797 951	3 718 470
40 a 49	637 732	674 904	1 312 636	254 551	260 963	515 514	1 353 824	1 183 385	2 537 209
50 a 59	395 220	430 361	825 581	147 499	158 439	305 938	817 861	700 934	1 518 795
60 a 69	209 990	257 524	467 514	77 775	89 413	167 193	441 037	375 724	816 761
70 a 79	72 425	111 239	183 664	25 696	35 891	61 587	149 634	150 285	299 919
80 e mais	20 013	42 641	62 654	8 346	15 224	23 570	53 073	69 406	122 479
TOTAL	61 118 099	6 809 902	12 928 001	2 833 065	2 976 718	5 809 783	16 879 960	16 210 021	33 089 981

* Veja-se a nota à tabela II.

TABELA VIII

Composição da população por sexo e grupos de idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, em 1.º-VII-1950 *

b. Proporções por 100 000 habitantes de cada classe de quadro

IDADE (Anos completos)	QUADROS URBANOS			QUADROS SUBURBANOS			QUADROS RURAIS		
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
0 a 4	6 321	6 234	12 555	7 841	7 755	15 596	8 955	8 609	17 654
5 a 9	5 161	5 201	10 362	6 176	6 107	12 283	7 661	7 336	14 997
10 a 14	4 984	5 504	10 488	5 703	5 764	11 467	6 615	6 339	12 954
15 a 19	4 822	5 995	10 817	5 138	5 464	10 602	5 206	5 335	10 541
20 a 24	4 860	5 833	10 723	4 694	5 343	10 037	4 483	4 649	9 132
25 a 29	4 224	4 786	9 010	4 016	4 439	8 455	3 780	3 703	7 483
30 a 39	6 623	7 361	13 984	6 351	6 726	13 077	5 804	5 433	11 237
40 a 49	4 933	5 220	10 153	4 381	4 492	8 873	4 091	3 577	7 668
50 a 9	3 057	3 329	6 386	2 539	2 727	5 266	2 472	2 118	4 590
60 a 69	1 624	1 992	3 616	1 339	1 539	2 878	1 333	1 135	2 468
70 a 79	560	861	1 421	442	618	1 060	452	454	906
80 e mais	155	330	485	144	262	406	160	210	370
TOTAL	47 324	52 676	100 000	48 764	51 236	100 000	51 012	48 988	100 000

* Veja-se a nota à tabela II.

TABELA IX

Composição da população por sexo e grandes grupos de idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, em 1.º-VII-1950 *

Proporções por 100 000 habitantes de cada classe de quadros

QUADROS ADMINISTRATIVOS	Sexo	IDADE (Anos completos)			Total
		0 a 14	15 a 59	60 e mais	
Urbanos	H	16 466	28 519	2 339	47 324
	M	16 939	32 554	3 183	52 676
	H e M	33 405	61 073	5 522	100 000
Suburbanos	H	19 720	27 119	1 925	48 764
	M	19 626	29 191	2 419	51 236
	H e M	39 346	56 310	4 344	100 000
Rurais	H	23 231	25 836	1 945	51 012
	M	22 374	24 815	1 799	48 988
	H e M	45 605	50 651	3 744	100 000

* Veja-se a nota à tabela II

TABELA X

Composição por grandes grupos de idade dos diversos grupos de côr em 1.º-VII-1950

Proporções por 10 000 componentes de cada grupo de côr

IDADE (Anos completos)	Branços	Pardos	Pretos	Amarelos
0 a 19	5 163	5 511	5 071	5 516
20 a 39	3 014	2 871	3 010	2 672
40 a 59	1 385	1 247	1 434	1 436
60 a 79	401	333	418	364
80 e mais	37	38	67	12
TOTAL	10 000	10 000	10 000	10 000

TABELA XI

Composição da população por grupos de idade, segundo os seis censos brasileiros

Proporções por 100 000 habitantes

IDADE (Anos completos)	1872	1890	1900	1920	1940	1950
0 a 9	22 178	29 355	32 445	29 992	29 605	29 687
10 a 19	21 373	21 783	22 681	24 237	23 716	22 789
20 a 29	21 318	17 746	17 478	17 435	17 401	17 603
30 a 39	12 506	12 625	11 841	11 646	11 896	12 129
40 a 49	8 921	8 638	7 837	7 855	8 353	8 423
50 a 59	6 073	5 137	4 483	4 748	4 963	5 114
60 a 69	3 819	3 009	2 061	2 620	2 612	2 800
70 a 79	2 003	1 117	802	1 008	1 038	1 052
80 a 89	1 110	426	264	304	323	319
90 a 99	568	120	83	83	74	65
100 e mais	131	44	25	22	19	19
TOTAL	100 000					

* Veja-se a nota à tabela II

As proporções calculadas de acordo com os censos anteriores a 1950 foram tiradas da tabela V do estudo citado na nota 4

DESENVOLVIMENTO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Dois fatores principais contribuíram, nestes últimos cinco anos, para o crescimento do número de escolas de nível superior do País: o vertiginoso aumento da população dos centros urbanos e a federalização de estabelecimentos estaduais e particulares. O primeiro desses fatores é uma conseqüência natural do deslocamento das populações rurais, em procura de melhores condições de vida nas cidades. É um fenômeno mundial e que, no Brasil, em face do abandono em que vive o "hinterland", assumiu proporções alarmantes. O segundo fator, ou seja a federalização quase que generalizada das escolas superiores existentes, veio, por sua vez, incentivar a organização e criação de novas escolas, tanto nas capitais como em cidades do interior, algumas mesmo em centros cujas condições não justificavam, de um modo geral, um empreendimento dessa natureza.

Assim, no decorrer do último quinquênio — 1949/53 — foram criadas em todo o País, no campo do ensino superior, 65 novas unidades escolares, ou seja, cerca de 17 por ano, em média. Em 1949, funcionaram no Brasil 238 dessas unidades, número que em 1950 foi aumen-

tado para 248 (mais dez), em 1951 para 264 (mais 16 que em 1950), em 1952 para 282 (mais 18 que em 1951) e, finalmente, em 1953 para 303, ou seja mais 21 que em 1952 e mais 65 que em 1949. Segundo informações recebidas e confirmadas pelo Serviço de Documentação da CAPES, deverão funcionar no ano letivo de 1954 mais 37 unidades escolares de nível superior.

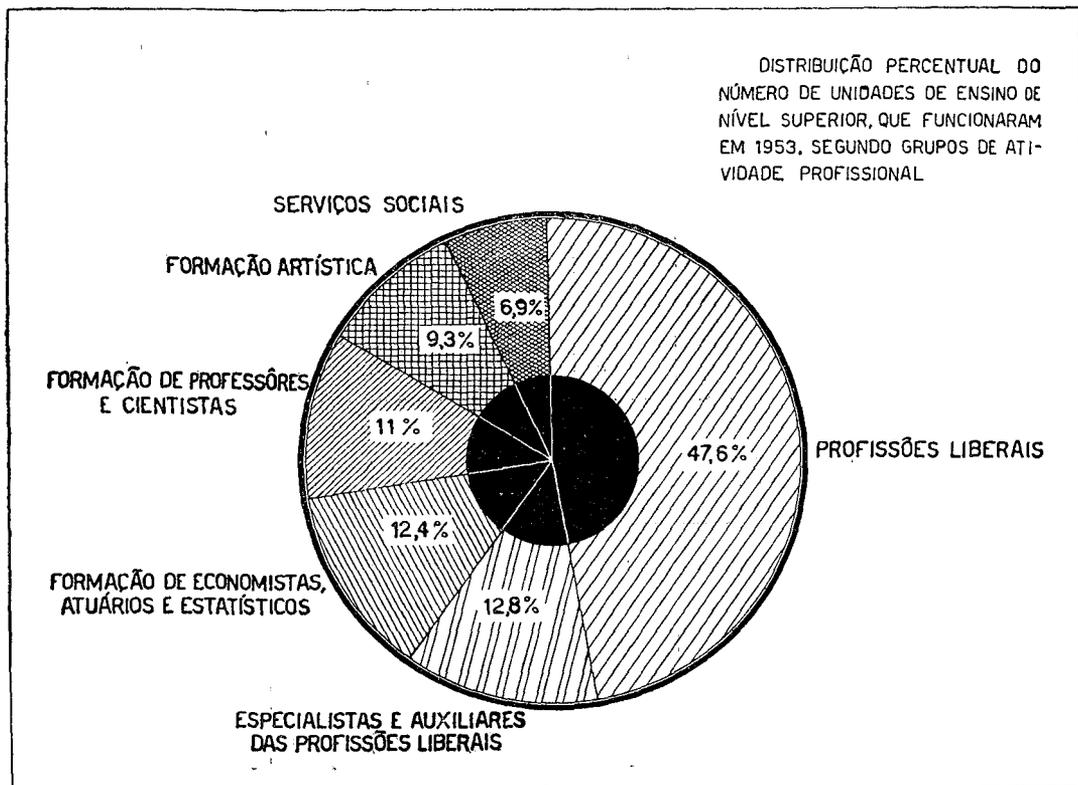
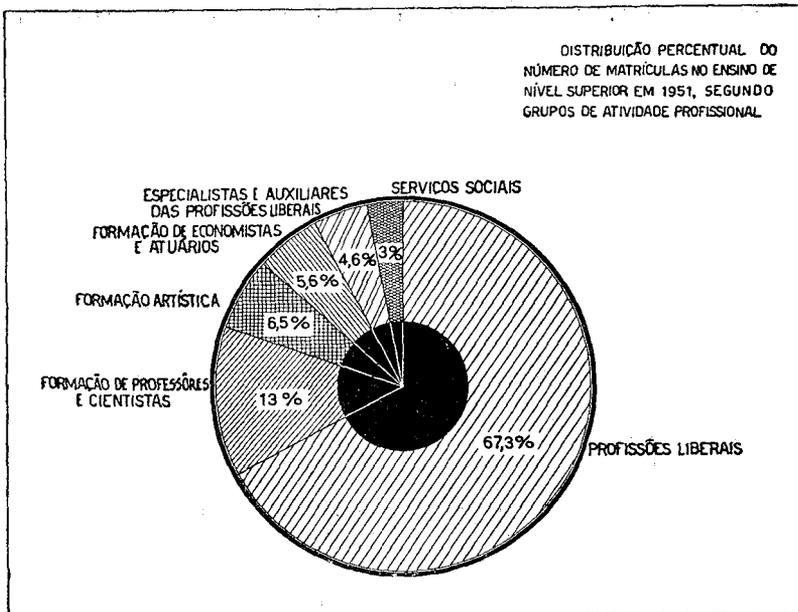
É interessante notar, ainda, que o aumento do número de escolas que formam o grupo das grandes profissões liberais — Direito, Medicina, Engenharia, Odontologia, Farmácia, Agronomia e Veterinária — com exceção de Direito e Medicina, foi relativamente pequeno. O maior acréscimo, de fato, verificou-se no primeiro desses ramos — Direito — com um total de 11 novas escolas durante o quinquênio observado, acompanhado de Medicina, com 8 novas unidades de ensino médico. Em seguida, aparecem Engenharia e Odontologia, com 3 escolas cada, Veterinária com 2 e Farmácia e Agronomia apenas com uma, criadas no mesmo período 1949/53, como bem o demonstra o quadro a seguir.

RAMOS	1949	1950	1951	1952	1953	Aumento % em relação a 1949
Direito	23	24	27	30	34	47,8%
Medicina	13	13	17	19	21	61,5%
Engenharia	15	15	15	16	19	26,6%
Odontologia	21	23	23	24	24	14,2%
Farmácia	20	20	20	21	21	5,0%
Agronomia	11	11	12	12	12	8,1%
Veterinária	6	7	7	8	8	33,3%
TOTAL	109	113	121	130	138	26,6%

O grupo das escolas que formam especialistas ou auxiliares das profissões liberais —

Saúde Pública, Enfermagem e Química Industrial — teve os seguintes acréscimos:

RAMOS	1949	1950	1951	1952	1953	Aumento % em relação a 1949
Saúde Pública	3	3	3	3	4	33,3%
Enfermagem	24	25	26	27	27	12,5%
Química Industrial	4	5	5	5	5	25,0%
TOTAL	31	33	34	35	36	16,1%



A formação de economistas, atuários e estatísticos teve suas oportunidades de ensino sensivelmente aumentadas, com a criação, no quinquênio 1949/53, de seis escolas de Ciências

Econômicas e Atuariais e uma de Estatística. Esta última, aliás, criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a primeira do gênero a funcionar no País

RAMOS	1949	1950	1951	1952	1953	Aumento % em relação a 1949
Ciências Econômicas e Atuariais	29	29	32	33	35	20,6%
Estatística	—	—	—	—	1	—

Um outro grupo de escolas pode ser formado pelas que preparam pessoal para serviços públicos e sociais, quais sejam:

RAMOS	1949	1950	1951	1952	1953	Aumento % em relação a 1949
Diplomacia	1	1	1	1	1	—
Sociologia e Política	1	1	1	1	1	—
Administração Pública	—	—	—	—	2	—
Serviço Social	6	8	8	8	8	33,3 %
Biblioteconomia	3	3	3	3	5	66,6 %
Museologia	1	1	1	1	1	—
Polícia	1	1	1	1	1	—
TOTAL	13	15	15	15	19	46,1 %

Como se vê, não apresentam grande progresso esses ramos de ensino, a não ser pela criação das duas escolas de Biblioteconomia e igual número de Administração Pública, sendo que estas últimas na Capital da República e em Belo Horizonte — a primeira mantida pela

Fundação Getúlio Vargas, e a segunda anexa à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais

Quanto aos cursos de formação artística, foi o seguinte, no quinquênio em estudo, o desenvolvimento verificado:

RAMOS	1949	1950	1951	1952	1953	Aumento % em relação a 1949
Arquitetura	7	8	8	8	7	0 %
Belas Artes	5	5	6	6	7	40 %
Música, Canto, Coreografia e Arte Dramática	12	12	13	13	13	8,3 %

Também neste grupo o progresso foi moderado, havendo mesmo um caso de retrocesso: — as duas Faculdades de Arquitetura que funcionavam em Pôrto Alegre foram fundidas num só estabelecimento de ensino, que passou a constituir a atual Escola de Arquitetura da Universidade do Rio G do Sul. Embora, numericamente, esse resultado pareça desfavorável, o certo é que a capital gaúcha, sem condições para manter duas boas escolas de Arquitetura, encontrou a solução ideal para assegurar, numa só, um melhor nível de eficiência.

Restam, finalmente, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, as quais vêm surgindo de ano para ano, e nem sempre em condições desejáveis. Criada a primeira dessas escolas em 1933, em 1949 já funcionavam no País 22 delas. E, nos anos que se seguiram, esse número aumentou sucessivamente para 24, em 1950, 25, em 1951, 30 em 1952 e 32 em 1953, sendo que mais 10 outras, ora em organização, provavelmente funcionarão em 1954.

O quadro que se segue contém os resultados gerais da situação do ensino de nível superior no País, quanto ao número de unidades escolares

Unidades escolares de nível superior — 1949/53

(Quadro geral)

RAMOS DE ENSINO	NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES QUE FUNCIONARAM EM					
	1949	1950	1951	1952	1953	Em organização
Ciências Econômicas	29	29	32	33	35	2
Enfermagem	24	25	26	27	27	—
Direito	23	24	27	30	34	5
Filosofia, Ciências e Letras	22	24	25	30	32	10
Odontologia	21	23	23	24	24	5
Farmácia	20	20	20	21	21	3
Engenharia	15	15	15	16	19	4
Medicina	13	13	17	19	21	2
Música, Canto, Coreografia e Arte Dramática	12	12	13	13	13	1
Agronomia	11	11	12	12	12	2
Arquitetura	7	8	8	8	7	—
Educação Física	7	6	7	8	8	—
Serviço Social	6	8	8	8	8	—
Veterinária	6	7	7	8	8	—
Belas Artes	5	5	6	6	7	2
Química	4	5	5	5	5	—
Jornalismo	3	3	3	4	5	—
Biblioteconomia	3	3	3	3	5	—
Saúde Pública	3	3	3	3	4	—
Sociologia e Política	1	1	1	1	2	1
Museologia	1	1	1	1	1	—
Diplomacia	1	1	1	1	1	—
Polícia	1	1	1	1	1	—
Administração Pública	—	—	—	—	2	—
Estatística	—	—	—	—	1	—
TOTAL	238	248	264	282	303	37

JOSÉ GUIMARÃES LOBO

Assistente-Técnico do CNE

A SERRA DOS AIMORÉS

As principais localidades da Zona divergem de um Estado para outro não só na sua classificação, como na sua denominação. Pode-se até estabelecer que qualquer desses lugares tem dois nomes, um como cidade, outro como vila, conforme se considera sob a jurisdição deste ou daquele Estado.

Mantena, por exemplo, assim é denominada por Minas Gerais. Entretanto, é Gabriel Emilio para o Espírito Santo. Como cidade, se chama Mantena, como Distrito, porém, passa a ser Gabriel Emilio. Para efeito censitário e porque é, incontestavelmente, o lugar mais adiantado da Zona, foi sempre considerado como cidade; daí a nossa resolução de denominá-la sempre — MANTENA.

O mesmo acontece com Barra de São Francisco. Esta é a denominação dada pelo Espírito Santo. Por Minas Gerais é simplesmente São Francisco. Pelo mesmo motivo exposto em relação a Mantena, preferimos sempre o uso da denominação capixaba, quando nos referimos a essa localidade. Ataléia, assim chamada por Minas, é a Jojeirana do Espírito Santo. Ametista, do Espírito Santo, é a Vargem Grande de Minas Gerais. Estas são as principais divergências no que tange a nomenclatura das localidades mais importantes.

Não existe convívio social na Região. A obsessão dos interesses materiais absorve todos os minutos da vida do homem. Vive-se, exclusivamente, para negócios. Só se cogita de ganhar dinheiro e de qualquer forma, é uma zona tipicamente de far-west.

Mantena, ou Gabriel Emilio, é a única localidade em que existe clube de danças. Há também um cinema. As projeções se fazem, quando há filmes, comumente, uma vez por semana. As reuniões dançantes não são também muito frequentes e se realizam ao som de um jazz. Entretanto, não há falta de dinheiro. Muito ao contrário, há grandes possibilidades financeiras em toda a Zona.

Existem pequenos teams de futebol. Esses se encontram em quase todos os povoados. É o contágio incontestável da bola, atingindo os mais longínquos e escondidos lugarejos. Aos domingos, os caminhões cheios de jogadores e torcedores vão de um para outro povoado, a fim de possibilitar o encontro dos teams regionais. O elemento feminino também já começa a se interessar por esses certames. É o ensejo mais freqüente para o encontro de moças e rapazes.

SITUAÇÃO CULTURAL

Não há uma biblioteca, um grêmio literário, uma banda de música, um jornal. Não existe um sinal de vida intelectual, afóra dois grupos escolares: um em Mantena e outro em Barra de São Francisco, inaugurado a

Incumbido da realização do recenseamento da Zona Litigiosa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em 1940, na qualidade de Delegado Especial do SNR, o Sr José Guimarães Lobo apresentou à direção do IBGE, findos os trabalhos a seu cargo, minucioso relatório, divulgado por aquele órgão na sua coleção "Documentos Censitários", como o sexto volume da série B. Dêsse relatório foi extraído, data venia, o excerto que ora reproduzimos, no qual se inserem observações pessoais sobre aspectos típicos da vida regional — observações do maior interesse para o estudo, sob o ângulo sociológico, daquela área do território nacional.

7-IX-1950, e algumas escolas perdidas pelo interior e dirigidas por pessoas não diplomadas.

ESTADO SANITÁRIO
E ASSISTÊNCIA MÉDICA

EM toda a Zona, de modo geral, não é bom o estado sanitário. Grasmam com caráter endêmico o paludismo, a bouba, a leishmaniose, úlceras diversas, inclusive as de Hansen, e outras doenças de fundo infeccioso, como tifo,

paratifo etc. Regiões há, nas margens do braço norte dos rios São Mateus, 15 de Novembro e 7 de Setembro, onde a malária se fixou e afugenta os mais fortes e destemidos com a sua permanente ameaça. Poucos são os que tentando afrontar a inclemência e os abalos das febres, conseguem vitória sobre seus tremores. Mesmo assim, não faltam heróis para esse combate desigual.

As histórias da ceifa de famílias inteiras, que por lá se internaram na mais corajosa das aventuras, não lhes tolihem o passo, nem os desalentam. Enfrentam a rusticidade e hostilidade do meio com sangue frio e até com estoicismo, ou, então, — o que me parece mais exato — não têm capacidade para se aperceberem do perigo real, em que pese à tradição dos fracassos e das decepções dos outros.

Nas cidades, como Mantena e Barra de São Francisco, as coisas já se passam de maneira diferente. Há Postos de Saúde e assistência médica. Esta, embora insuficiente, já representa um valioso auxílio para a população das circunvizinhanças, até um raio de 2 ou 3 léguas.

O Posto de Saúde de Barra de São Francisco, por exemplo, de 1946 a novembro de 1950, teve uma matrícula de 31 207 doentes. Na mesma repartição foram atendidos 7 930 casos de bouba; 6 412 de úlceras diversas; 7 868 de verminose; 2 617 de malária. Cumpre esclarecer que Barra de São Francisco fica bem afastada da zona de incidência da malária. Isso no que se refere a doenças que determinaram tratamento mais ou menos prolongado. Mas, contando todos os casos atendidos pelo Posto, chegamos à alta cifra de 107 829, conforme me informou o Dr José Merson Vieira, Chefe da repartição, mantida pelo Estado do Espírito Santo.

O Serviço de Malária muito tem feito no sentido de sanear a Zona, porém não creio que os resultados já possam ser considerados tão bons a ponto de modificar o aspecto da questão, pelo menos nos rios citados atrás.

São poucos os médicos e reduzidas as farmácias nas cidades mencionadas. Nos povoados mais centrais, nada mais existe além de pequenas casas de comércio que vendem também remédios. O que há com fartura são os célebres curandeiros com suas complicadas mezinhas, ora curando de fato, ora ajudando a morrer mais rapidamente.

As condições de higiene nessas regiões, mesmo nas três cidades, são muito precárias. Não há água encanada, não há esgotos, conseqüentemente. Não há sequer fossas sanitárias assépticas. Existem apenas fossas negras.

Poucas são as casas que possuem aparelho sanitário com descarga. Na cidade de Barra de São Francisco somente 3 casas os possuíam. Uma delas era a nossa Delegacia, porque o prédio foi acabado especialmente para nos receber, e o Capitão Josias Aguiar, que superintendeu esse acabamento, mandou que colocassem.

Em geral, as fossas, acima descritas, ficam nos fundos das casas, perto, portanto, das cisternas, de onde se tira água para tudo. A maioria dos habitantes se abastece, tanto para beber, como para serviços, da água de rio.

Tais hábitos, aliás, não são exclusivos e peculiares da Zona. Essa é a situação na maior parte dos povoados brasileiros. Não se tem noção de higiene, nem das conseqüências desastrosas desses processos.

Não existe, na Zona, um hospital ou uma casa de saúde, por mais modesta que seja. Os doentes têm que suportar longa e penosa viagem de 148 quilômetros, até Colatina, quando se acham necessitados desses socorros.

Em Ataléia (Joelrana), a única cidade no Norte da Zona, a situação não difere, apenas o ponto principal de recursos é que muda; em vez de Colatina, é Teófilo Ottoni.

MATADOURO

Não há matadouro para abatimento de gado vacum e suino, destinado ao consumo público. Essa operação, em geral, é feita em plena rua. Essa era a situação, quando cheguei à Barra de São Francisco. Antes de regressar de lá, porque eu me manifestasse várias vezes contra aquele processo, quer junto ao Prefeito, quer junto ao médico do Posto de Saúde, já se havia modificado a referida praxe. Agora se faz a matança do gado vacum fora de cidade. Não sei, porém, se em melhores ou piores condições de higiene. O abate de porcos continua sendo feito próximo à margem do rio Itaúnas, dentro da cidade.

RELIGIÃO

A MAIORIA da população é católica. Os protestantes já formam um grande contingente no seio da população regional. Chega a ser mesmo impressionante o seu desenvolvimento naquelas paragens. Possuem vários templos espalhados pelos campos, com pastores fixos e ambulantes, fazendo um trabalho constante de catequese. Esse trabalho tem dado resultado compensador, a ser apreciado pelo número de adeptos que vem fazendo.

Contraopondo-se ao esforço dos protestantes, existe o serviço do clero católico. Há três freguesias em toda a Zona e várias capelas. Entretanto, o elemento protestante me parece mais ativo e vigilante; daí, talvez, os seus rápidos e surpreendentes progressos. Há, também, a influir nesse caso o fato de ter existido colonização alemã na região. Em alguns lugares, a população é quase toda de descendentes de alemães protestantes.

Há colonos, descendentes de alemães em duas, três e quatro gerações, que ainda não falam o português, e, os que falam, o fazem muito mal. Na influência da colonização germânica, eu vejo, em parte, a explicação de tão apreciável contingente de protestante na Zona Litigiosa.

CUSTO-DA-VIDA

A VIDA na Zona Litigiosa é cara, difícil e penosa. A despesa dos transportes onera em muito os artigos importados de outras regiões. Para esses, parece razoável a elevação dos preços. Também palram muito alto os preços de material de construção. Com relação a artigos desta espécie, no que se refere a telhas, ferragens, cal, cimento etc., não é de estranhar o seu elevado custo, porque vêm de longe. Mas, com referência a madeiras, êle não se justifica, uma vez que se trata de

uma região onde superabunda o produto e em que um dos principais ramos de atividade é a sua extração. Ramo êsse que tem dado fortuna a muita gente.

Essa incoerência se verifica também com outros artigos produzidos na região. E produzidos em tal escala que constituem suas principais fontes de riqueza. Refiro-me, principalmente, ao café. Por exemplo, o seu custo no varêjo, em Barra de São Francisco, cerca de 18,00 o quilo, em grão, enquanto, em Colatina, centro muito maior e mais adiantado, era vendido a Cr\$ 15,00. Penso que, mesmo em relação ao Distrito Federal, êsse cotejo de preços daria um resultado impressionante, levada em conta a circunstância de estar Barra de São Francisco à beira dos cafézais.

O metro da lenha, em Colatina, custava Cr\$ 35,00. Entretanto, em Barra de São Francisco, muito mais próximo das matas, o mesmo artigo valia Cr\$ 50,00. E com que dificuldade se arranjava quem quisesse se dar ao trabalho de cortá-la e conduzi-la para o consumidor.

Há, perto da cidade de Barra de São Francisco, muitos sítios com fruteiras, principalmente bananeiras. Apesar disso, não há frutas na cidade. Apenas laranjas e limas, quando as safras são muito abundantes, são trazidas em costado de animais e vendidas pelas ruas. Agora essa fase, pode-se dizer que não há frutas em Barra de São Francisco. Para confirmar o que acabo de referir, citarei o caso seguinte: o Sr. Oliveira Gomes de Faria, morador na cidade, compra banana no mercado de Vitória para levar e revender em Barra de São Francisco. Não faz disso seu principal e único meio de vida, porém é evidente que tem lucros nesse negócio. Saliente-se que o comerciante em apreço compra o artigo em uma Capital, já de revendedores e o leva para revender, mais uma vez, onde existem muitos bananais nas margens dos cafézais. É que o morador da Zona, acostumado a ver muito dinheiro, obtido das elevadíssimas cotações atuais do café, julga de pouca ou nenhuma valia a vantagem que lhe pudesse resultar do trabalho de colher êsses frutos e levá-los ao mercado mais próximo. Assim, os deixa na propriedade para auxiliar a engorda dos porcos. Considera essa aplicação muito mais vantajosa. Enquanto isso, a população da cidade sofre a carência desses elementos tão necessários à sua alimentação.

Pouca verdura se consome naquelas regiões. Quase ninguém as planta. Por incrível que pareça, várias vezes, comi abóbora e tomates vindos de Vitória.

As carnes de boi, de porco e de galinha (esta está custando Cr\$ 20,00 por cabeça, na roça) com o feijão e o arroz são a base indetectível da alimentação dos de melhor nível de vida. O resto se limita ao feijão e arroz, sem carne de espécie alguma.

Devido à carestia do açúcar, é comum se encontrar, mesmo nas pequenas propriedades, engenhocas para extrair o caldo de cana a fim de adoçar o café, que passa a ser fervido naquele caldo.

Para um conhecedor da cultura dessa graminácea nos Estados produtores de açúcar, causa espécie ver, no meio dos cafézais, touceiras isoladas de cana. A sua ocorrência resulta do que descrevi pouco atrás: produzir caldo para adoçar o café, em substituição ao açúcar, cujo preço o torna pouco acessível.

Outro fato que vem reforçar a demonstração da verdade sobre o alto nível do custo-da-vida é o caso de não se encontrar troco para 5 ou 10 cruzeiros, porquanto poucos são os objetos que custam menos. A moeda divisória circula pouco. Nem mesmo as quitandas, vendinhas etc., as vêm passar com freqüência, por suas gavetas.

A lavagem de roupa é também cara. Há lavadeiras que cobram por peça de roupa interna o mesmo preço que as tinturarias do Distrito Federal. Quanto aos ternos, todas elas, engomando-os bem ou mal, cobram preço idêntico ao vigorante na Capital Federal.

Os fatos apontados são índices da carestia, dificuldades e privações a que estão sujeitos os moradores da Zona, sobretudo os que conhecem centros mais civilizados.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

O QUE se pode mencionar, na Zona, em matéria de mecanização de trabalhos agrícolas é tão insignificante que não merece atenção especial. Desta sorte, o presente capítulo val apenas ressaltar a ausência de emprego do equipamento mecânico nos trabalhos agrários.

Andei pelos centros mais adiantados da Zona e nunca vi um arado em funcionamento. É certo que já existem alguns, conforme se verificará pelos questionários agrícolas, mas em tão pequeno número e de tão rara aplicação, que o resultado do seu uso é praticamente nulo.

Todo trabalho agrícola ainda segue os processos rudimentares e pouco rendosos de 100 anos atrás. Os instrumentos agrícolas que ali se manejam são o machado e a foice para as derrubadas, e a enxada para o plantio, limpa e revolvimento de terras.

REGIME DE TRABALHO AGRÍCOLA

SALVO engano, penso poder afirmar que o trabalho de enxada é pago a dinheiro. Esse me parece o regime mais comum.

Ocorre, também, com muita frequência, uma outra espécie de pagamento do trabalho agrícola: o proprietário entrega uma certa área ao agricultor para cultivá-la à sua própria custa e usufruir os resultados dos seus esforços por cinco anos. No fim desse período, o lavrador terá que restituir à terra com um cafezal formado, frutificando, de conformidade com o que fora estabelecido entre eles.

Esses entendimentos tomam forma de contratos, lavrados em cartório, com todos os requisitos legais. Para os referidos casos, há uma outra modalidade. É a que o proprietário, durante os cinco anos, além da terra, ainda fornece dinheiro ao agricultor, na razão de Cr\$ 5,00, por pé de café. Os pagamentos são feitos quando os cafeeiros se encontram em boas condições de desenvolvimento. Depois dos 5 anos, a terra é restituída ao seu proprietário com o cafezal nela situado.

É comum se incluir no contrato a cláusula de que, depois do quinquênio, o contratista (assim é chamado o agricultor nas condições acima descritas) passará a ser meeiro. Transforma-se, assim, o regime de compensação por prestação de serviço em regime de meação. Ao meu ver, este último é apenas uma modalidade do primeiro.

Apesar disso, não faltam proprietários, que repudiam a cláusula da transformação do contrato em regime de meação, após os cinco anos de trabalho. Nessa hipótese, o lavrador, se, com os recursos acumulados durante aquele período, não conseguiu adquirir alguma outra terra para lavrar por sua própria conta, ou outro qualquer meio de subsistência, vê-se forçado, às vezes, a trabalhar a salário baixo, a fim de saldar os débitos contraídos.

FECUNDIDADE DA TERRA

É ADMIRÁVEL a fecundidade do solo, nas suas variadas explorações, feitas de conformidade com as observações e experiências a respeito das espécies de cultura que devem ser, preferencialmente, tentadas.

A parte Sul da Zona está sendo coberta de cafezais, lavoura, que pode ser considerada o lastro da economia regional. Juntamente com o cultivo do café, se faz o da mandioca, feijão, arroz, cana-de-açúcar, batata-doce etc.

A terra compensa com generosidade impressionante todo o esforço do homem que a rasga e planta. É assombroso o que se vê com relação à sua uberdade. Tive conhecimento e guardo documentação fotográfica de pé de mandioca de mais de 100 quilos, do qual uma só raiz pesou 38 quilos.

As bananeiras, com frequência, dão mais de dois cachos em um pé só. Há casos de 4 cachos em uma bananeira. Houve quem me afirmasse que esse fenômeno não é resultante da exuberância do solo e sim de uma espécie de rara produtividade. É a primeira vez que tive a oportunidade de registrar a ocorrência e não estou em condições de opinar a respeito.

As limeiras frutificam abundantemente, excedendo seus frutos o tamanho comum, sem perderem o seu característico e delicioso paladar. É um prazer saboreá-los, na época de junho a agosto.

A fecundidade animal corre parêntese com a do solo. As cabras dão, em geral, três crias, e, às vezes, quatro. As vacas, com frequência, têm partos de gêmeos e até de três bezerros, como se verifica em uma fotografia tirada por profissional merecedor de credibilidade. Até as éguas, embora com menos frequência, também presenteariam seus proprietários com dois filhos no mesmo parto.

Os fatos acima narrados, a respeito de plantas e de animais, verifica-se na região do Alto Rio Negro, zona explorada largamente há muito tempo. Não se trata de terra virgem no recôndito das matas. Justamente por essas circunstâncias é que as ocorrências citadas são mais surpreendentes.

RIQUEZA DA ZONA

AS principais riquezas naturais da Zona são as madeiras de lei e as pedras sempre-preciosas. Deixo de incluir aqui o café, apesar de sua grande importância como fator econômico, porque é ele o fruto do trabalho humano, em ambiente propício ao seu desenvolvimento. Nesse caso o fator natural concorrente, porém não único, é a fertilidade dos terrenos, já referida antes.

Em todos os quadrantes do território contestado há pedras sempre-preciosas. As lavras em funcionamento, porém, são poucas e os seus produtos, via de regra, seguem destino a Teófilo Otoni, conhecido e importante mercado de pedras.

A madeira existe por toda parte em grande quantidade e de muito boa qualidade. As de 1ª classe são o jacarandá cabiúna, ou violeta, jacarandatã, rosa e cipé, a peroba do camado, a sucupira branca e amarela, a maca-naíba, o gonçalo alves, o guaribu preto, o cedro de várias espécies, e várias outras menos importantes.

Qualificadas como de 2ª classe, podemos enumerar o jequitibá amarelo, o vermelho e rosa; a peroba rosa, o ipê, rosa, tabaco e tarumã, a sucupira preta e amarela, a sapucaia, o sapucaíu, a braúna preta e parda, o vinhático amarelo e testa-de-bol, o louro, o angelim-pedra e amargoso, a otítica, o gibatão, o roxinho, a pereira, a bicuíba. Existe ainda o que se chama madeira branca com as seguintes denominações: cerejeira, farinha-séca, boleira, caixaeta etc.

Pela estrada de rodagem, que liga Barra de São Francisco a Colatina, se escoam, permanentemente, essa riqueza. As carretas com seus enormes toros estão, constantemente, estragando o leito da estrada com suas 15, 18, 20 e mais toneladas de péso.

TRABALHOS DE RETIRADA E CARREGAMENTO DE MADEIRA

PARA a retirada de madeira do seio das matas, improvisam-se estradas por onde passam as carretas motorizadas. Mesmo assim, é imprescindível o auxílio de bois mansos e bem familiarizados com o serviço. Esses animais obedecem, com prontidão admirável e precisão absoluta, às vozes de comando dos carreiros. Formando filas de 4 a 6 juntas, puxam os toros do interior da mata até o tombador mais próximo, à beira da estrada.

Tombador é o lugar onde as carretas recebem a sua carga. Em geral é aproveitado um pequeno barranco, ou o beigo de um corte de um metro de altura, aproximadamente. Do nível da borda do corte, ou barranco, são lançadas levadas fortes de madeira, sobre as quais os trabalhadores, com alavancas, fazem rolar os toros a carregar. De qualquer grossura e péso que sejam, dentro em pouco, passam para cima do lastro das carretas. É interessante e admirável esse trabalho. Exige muita força, jeito e habilidade. As toras não vão para cima das carretas de uma só vez, principalmente quando o nível do lastro é superior ao do barranco. Nesse caso fazem o pequeno trajeto

em várias etapas, conforme o seu peso e tamanho. Cada vez que os trabalhadores que manejam as alavancas fazem uma pausa, é necessário calçar as toras para que elas não voltem e esmaguem os que as empurram. Usam para isso colocar um pedaço de madeira por baixo da tora, entre esta e a leva sobre que está sendo empurrada. Esse pedaço de madeira tem, no topo, a forma triangular para facilitar o trabalho. Mede uns 30 centímetros de comprimento e as faces laterais de 20 a 25. Chama-se — macuco. A operação de colocá-los debaixo da tora, na hora precisa, chama-se *fazer a letra*. Esse serviço tem sua técnica e exige muita cautela, a fim de prevenir desastres.

CONSTRUÇÕES

VIA de regra, as construções são modestas. Poucas casas têm platibandas e telhas. A cobertura mais comum é feita com pequenos retângulos de madeiras, ou *tabuinhas*. Sua colocação é fácil. São postas de baixo para cima acompanhando o acive do telhado.

Poucas são as casas inteiramente de alvenaria. A quase totalidade é de madeira e tijolo cru. Sua construção se processa da seguinte forma: os esteiros principais são enterrados cêica de 0,80 m a um metro. A parte a enterrar não sofre preparo algum. Da face da terra para cima são lavrados a machado e medem, nas suas faces, de 0,25 a 0,30 m. No nível do piso da casa, grossas vigas, também faceadas e medindo de 0,25 a 0,35 centímetros, vêm entroncar-se nos esteiros. Perto dos extremos dessas vigas, bem como em outros pontos intermediários, conforme exige a segurança e divisões do prédio a construir, são feitas cavas onde se vão encaixar outros esteiros menos importantes. Nos seus extremos superiores são fixadas, pelo mesmo processo, outras vigas paralelas às que estão colocadas na base. Assim se forma o arcabouço da construção. Os vãos existentes entre esses esteiros e vigas são, depois de feita a cobertura, preenchidos com tijolos assentados com massa de barro, areia e pouca cal. É uma variante rústica da técnica do cimento armado.

São soalhadas e elevadas um pouco do solo de modo a servir de abrigo a pequenos animais.

Sobre a divisão dos cômodos, observe-se que não há preocupações de se reservar um deles para sala de jantar. A parte determinada para cozinha é ampla e nela se fazem as refeições.

MOINHOS DE FUBÁ

Por toda parte são encontrados moinhos de fubá. Dêles se servem os colonos para trituração do milho que é usado nos angus e noutras aplicações culinárias. São esses moinhos instalações muito rudimentares, montadas em pequenos quartos de madeira, construídos sobre regatos ou correntes de água e a uns 2 metros acima do respectivo nível.

Em geral, junto aos moinhos de fubá ficam também os monjolos para pisar o café e descascar o arroz que é cultivado na propriedade para o consumo particular da casa.

ESTALEIRO

Os rios que cortam a Zona Litigiosa não são navegáveis, com exceção do rio São Mateus, e apenas em sua parte mais baixa. Trata-se de pequenos cursos d'água e que, por isso mesmo, são comumente denominados córregos.

É freqüente, contudo, se ouvir falar nos estaleiros da redondeza. Até mesmo na resposta ao quesito n.º 20 do C. D. — 1 01, ocorreu a indicação dos estaleiros. *Estaleiro* significa o local e a aparelhagem de que se servem para serrar os toros de madeira vindos da mata.

Esse trabalho é todo feito à força do braço humano. Quando é realizado à máquina, por mais insignificante que seja a instalação, chama-se, então, *separaria*.

O estaleiro é construído, via de regra, ao lado de um barranco para, assim, facilitar a colocação dos toros, que vão ser serrados, sobre seu estrado. Do contrário, são necessárias levias bem resistentes, sobre as quais são êles

rolados com sérias dificuldades, até atingir o referido estrado, à semelhança do que se processa no carregamento das carretas, como já foi descrito.

TROPAS

Como não há estradas de rodagem ligando o centro e o extremo norte da Zona com as cidades de Barra de São Francisco e Mantena, os transportes são feitos por animais, organizados em grupos de dez ou pouco mais. A esses grupos dão o nome de *tropa*. Os animais são adestrados, andam em fila a um, conduzidos por duas pessoas. O que marcha na frente leva muitos enfeites nos arreios e várias campanas penduradas em volta do pescoço. Laços de cores presos à testa e caindo para os lados. Esse é a *madrinha*.

A mercadoria, para evitar os estragos possíveis nos caminhos estreitos através das matas, é posta em sacos de couro cru e assim é, então, colocada sobre as cangalhas.

CÊRCAS

ABUNDÂNCIA de madeira chega a tal ponto que as cercas de arame farpado representam um verdadeiro desperdício. Os arames são esticados e presos em grossos esteiros. De 2 em 2, ou de 3 em 3, dêesses esteiros, já bastante reforçados, são colocados, à guisa de moirões, toros roliços, de 50 a 60 centímetros de diâmetro, para ajudar a suportar os fios de arame. Cada um dêesses moirões, em outro lugar, daria de 30 a 50 estacas. É um verdadeiro esbanjamento de madeira, sem resultado prático apreciável e que se pudesse justificar.

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO

Três Estados estão representados na população da Zona Litigiosa, como seus principais componentes: Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Este último, me parece, contribui com o contingente mais numeroso. Não creio, porém, que esta diferença numérica seja tão elevada que lhe assegure uma maioria absoluta. Além dêesses grupos principais e predominantes, há, ainda, os pequenos grupos de poloneses, alemães e italianos com os respectivos descendentes, já brasileiros, formando quase colônias.

Os dois primeiros, alemães e poloneses, muito se destacam do resto dos habitantes, tanto pelos hábitos, como pelo físico. Quanto aos italianos, observa-se uma ambientação mais fácil e uma assimilação mais completa por parte dos naturais.

Esses três elementos estrangeiros e seus descendentes atuam, principalmente, na bacia do braço sul do rio São Mateus. Mesmo assim, embora em pequena escala, já existe penetração para o norte, ultrapassando o divisor de águas que separa os dois braços do referido rio.

Há ainda pequenos contingentes de nordestinos, vindos dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e, principalmente, do Ceará.

Sobre a localização dos três contingentes mais numerosos, observa-se que se acham situados da seguinte forma:

a) baianos — vivem sobretudo ao Norte e Nordeste, abrangendo a região do Barreado e Itáunas, bem como parte da bacia do braço norte do rio São Mateus, nos seus afluentes da margem esquerda;

b) mineiros — ocupam a parte Oeste e Nordeste da Zona, incluindo as bacias do Santa Cruz, Paraju, Muritiba, Itabira, Peixe Branco, o Alto Mantena, ou São Mateus, com seus afluentes até a barra do Vargem Grande;

c) capichabas — povoam o Sul da Zona, abrangendo as bacias dos rios Novo, São José, São Francisco, dos afluentes do São Mateus do Sul, nas duas margens, abaixo da barra do Vargem Grande, dos rios 15 de Novembro, 2 de Setembro e dos afluentes da margem direita do braço norte do São Mateus, abaixo do Ribeirãozinho.

O contingente de baianos é o de menos expressão numérica. Entretanto, é bem expressivo e influente.

1. População presente, na data dos recenseamentos gerais de 1940 e 1950, segundo algumas das principais características individuais

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE			
	Numeros absolutos		% sobre o total	
	1940	1950	1940	1950
Segundo o sexo				
Homens	34 724	82 309	51,83	51,42
Mulheres	32 270	77 763	48,17	48,58
Segundo a idade				
Menos de 1 ano	2 577	7 291	3,85	4,55
1 ano	2 432	5 675	3,63	3,55
2 anos	2 804	5 891	4,19	3,68
3 anos	2 701	6 009	4,03	3,75
4 anos	2 635	5 535	3,93	3,46
5 a 9 anos	11 415	25 464	17,05	15,91
10 a 14 anos	9 312	21 967	13,90	13,72
15 a 19 anos	6 962	18 314	10,39	11,44
20 a 24 anos	6 109	14 992	9,12	9,37
25 a 29 anos	5 007	12 167	7,47	7,60
30 a 39 anos	6 917	16 965	10,32	10,60
40 a 49 anos	4 382	10 658	6,54	6,66
50 a 59 anos	2 260	5 349	3,37	3,34
60 a 69 anos	920	2 493	1,37	1,56
70 a 79 anos	285	700	0,43	0,44
80 anos e mais	144	378	0,21	0,23
Idade ignorada	132	224	0,20	0,14
Segundo a cor				
Branços	52 100	81 778	77,77	51,09
Prêtos	14 567	16 986	21,74	10,61
Amarelos	1	10	0,00	0,01
Pardos	235	61 175	0,35	38,22
Sem declaração de cor	91	123	0,14	0,07
Segundo o estado conjugal (1)				
Solteiros	19 495	24 215	58,87	29,44
Casados	11 788	53 258	35,59	64,76
Desquitados e divorciados	44	18	0,13	0,02
Viúvos	1 744	4 652	5,27	5,66
Sem declaração de estado conjugal	47	97	0,14	0,12
Segundo a religião				
Católicos romanos	61 155	140 980	91,29	88,08
Protestantes	4 170	14 583	6,22	9,11
Espíritas	308	1 267	0,46	0,79
Ortodoxos	—	—	—	—
Israelitas	3	2	0,00	0,00
Outras religiões	641	2 546	0,96	1,59
Sem religião e sem declaração de religião	717	694	1,07	0,43
Segundo a nacionalidade				
Brasileiros natos	66 754	159 862	99,64	99,87
Brasileiros naturalizados	20	76	0,03	0,05
Estrangeiros	206	134	0,31	0,08
Sem declaração de nacionalidade	14	—	0,02	—
Segundo a instrução (2)				
Sabem ler e escrever	7 040	23 748	13,07	18,31
Não sabem ler e escrever	46 673	105 818	86,68	81,61
Sem declaração de instrução	132	105	0,25	0,08
TOTAL	66 994	160 072	100,00	100,00

(1) 15 anos e mais

(2) 5 anos e mais

2 População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a cor — 1.º-VII-1950

GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	SEGUNDO A CÔR									
		Branços		Prétos		Amarelos		Pardos		Sem declaração de cor	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	30 401	8 346	8 054	1 404	1 355	1	—	5 776	5 435	14	16
5 a 9 anos	25 464	6 428	6 290	1 355	1 314	1	1	5 311	4 746	10	8
10 a 14 anos	21 967	5 479	5 421	1 270	1 167	1	—	4 398	4 213	10	8
15 a 19 anos	18 314	4 310	4 843	1 002	998	1	1	3 463	3 683	6	7
20 a 24 anos	14 992	3 704	4 069	791	769	1	—	2 821	2 823	5	7
25 a 29 anos	12 167	3 228	3 045	674	661	—	—	2 353	2 196	5	5
30 a 39 anos	16 965	4 618	4 144	940	870	—	—	3 345	3 037	7	4
40 a 49 anos	10 658	2 968	2 317	738	531	—	1	2 289	1 809	2	3
50 a 59 anos	5 349	1 508	1 171	369	241	—	—	1 213	843	4	—
60 a 69 anos	2 493	725	538	204	129	—	—	556	340	1	—
70 a 79 anos	700	186	151	49	47	—	—	147	119	—	1
80 anos e mais	378	65	76	35	41	—	—	66	95	—	—
Idade ignorada	224	38	56	16	16	—	—	52	46	—	—
TOTAL	170 072	41 603	40 175	8 847	8 139	5	5	31 790	29 395	64	59

3 Pessoas presentes, de 15 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo o estado conjugal — 1.º-VII-1950

GRUPOS DE IDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 15 ANOS E MAIS										
	Total	SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL									
		Solteiros		Casados		Desquitados e divorciados		Viúvos		Sem declaração de estado conjugal	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15 a 19 anos	18 314	8 471	6 188	304	3 317	—	—	3	15	4	12
20 a 24 anos	14 992	4 031	1 742	3 206	6 824	—	3	28	90	7	11
25 a 29 anos	12 167	1 289	557	4 896	5 177	1	3	70	154	4	16
30 a 39 anos	16 965	691	417	7 996	7 059	1	2	210	568	12	9
40 a 49 anos	10 658	236	167	5 446	3 645	1	2	305	842	9	5
50 a 59 anos	5 349	101	70	2 680	1 463	1	—	309	721	3	1
60 a 69 anos	2 493	38	53	1 235	393	1	1	211	559	1	1
70 a 79 anos	700	12	17	280	70	—	—	90	229	—	2
80 anos e mais	378	7	11	97	29	1	1	61	171	—	—
Idade ignorada	224	42	25	59	82	—	—	5	11	—	—
TOTAL	82 240	14 968	9 247	26 199	27 559	6	12	1 232	3 360	40	57

4 População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a religião — 1.º-VII-1950

a) Homens

GRUPOS DE IDADES	POPULAÇÃO PRESENTE									
	Total	Segundo a religião								
		Católicos romanos	Protestantes	Espíritas	Orto-doxos	Israelitas	Budistas	Mao-metanos	Outras religiões	Sem religião
0 a 4 anos	15 541	13 684	1 475	107	—	—	—	234	35	6
5 a 9 anos	13 105	11 589	1 190	97	—	—	—	197	28	4
10 a 14 anos	11 158	9 821	1 019	81	—	—	—	195	38	4
15 a 19 anos	8 782	7 722	783	74	—	—	—	143	54	6
20 a 24 anos	7 322	6 550	558	52	—	—	—	100	52	10
25 a 29 anos	6 260	5 608	474	42	—	—	—	79	52	5
30 a 39 anos	8 910	7 845	803	68	—	—	—	129	49	16
40 a 49 anos	5 997	5 262	507	61	—	—	—	112	49	6
50 a 59 anos	3 094	2 700	264	47	—	—	—	65	16	2
60 a 69 anos	1 486	1 297	134	17	—	1	—	27	7	3
70 a 79 anos	382	333	37	7	—	—	—	4	—	1
80 anos e mais	166	141	18	—	—	—	—	7	—	—
Idade ignorada	106	91	10	—	—	—	—	5	—	—
TOTAL	82 309	72 643	7 272	653	—	1	—	1 297	380	63

4. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a religião —
1.º-VII-1950

b) Mulheres

GRUPOS DE IDADES	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	Segundo a religião									
		Católicos romanos	Protestantes	Espíritas	Ortodoxos	Israelitas	Budistas	Mao-metanos	Outras religiões	Sem religião	Sem declaração de religião
0 a 4 anos	14 860	13 035	1 431	107	—	1	—	—	238	43	5
5 a 9 anos	12 359	10 860	1 195	91	—	—	—	—	182	28	3
10 a 14 anos	10 809	9 473	1 036	91	—	—	—	—	187	17	5
15 a 19 anos	9 532	8 423	859	75	—	—	—	—	145	29	1
20 a 24 anos	7 670	6 812	660	52	—	—	—	—	120	24	2
25 a 29 anos	5 907	5 249	522	39	—	—	—	—	63	24	5
30 a 39 anos	8 055	7 015	783	78	—	—	—	—	146	27	6
40 a 49 anos	4 661	4 065	431	53	—	—	—	—	96	13	3
50 a 59 anos	2 255	1 968	224	19	—	—	—	—	36	8	—
60 a 69 anos	1 007	865	114	5	—	—	—	—	19	2	2
70 a 79 anos	318	273	35	2	—	—	—	—	6	2	—
80 anos e mais	212	186	18	2	—	—	—	—	4	2	—
Idade ignorada	118	113	3	—	—	—	—	—	2	—	—
TOTAL	77 763	68 337	7 311	614	—	1	—	—	1 249	219	32

4. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a religião —
1.º-VII-1950

c) Total

GRUPOS DE IDADES	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	Segundo a religião									
		Católicos romanos	Protestantes	Espíritas	Ortodoxos	Israelitas	Budistas	Mao-metanos	Outras religiões	Sem religião	Sem declaração de religião
0 a 4 anos	30 401	26 719	2 906	214	—	1	—	—	472	78	11
5 a 9 anos	25 464	22 449	2 385	188	—	—	—	—	379	56	7
10 a 14 anos	21 967	19 294	2 055	172	—	—	—	—	382	55	9
15 a 19 anos	18 314	16 145	1 642	149	—	—	—	—	288	83	7
20 a 24 anos	14 992	13 362	1 218	104	—	—	—	—	220	76	12
25 a 29 anos	12 167	10 857	996	81	—	—	—	—	147	76	10
30 a 39 anos	16 965	14 860	1 586	146	—	—	—	—	275	76	22
40 a 49 anos	10 658	9 327	938	114	—	—	—	—	208	62	9
50 a 59 anos	5 349	4 668	488	66	—	—	—	—	101	24	2
60 a 69 anos	2 493	2 162	248	22	—	1	—	—	46	9	5
70 a 79 anos	700	606	72	9	—	—	—	—	10	2	1
80 anos e mais	378	327	36	2	—	—	—	—	11	2	—
Idade ignorada	224	204	13	—	—	—	—	—	7	—	—
TOTAL GERAL	160 072	140 980	14 583	1 267	—	2	—	—	2 546	599	95

5. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a nacionalidade — 1.º-VII-1950

GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Total	SEGUNDO A NACIONALIDADE							
		Brasileiros natos		Brasileiros naturalizados		Estrangeiros		Sem declaração de nacionalidade	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	30 401	15 541	14 860	—	—	—	—	—	—
5 a 9 anos	25 464	13 105	12 359	—	—	—	—	—	—
10 a 14 anos	21 967	11 158	10 809	—	—	—	—	—	—
15 a 19 anos	18 314	8 780	9 530	1	—	1	2	—	—
20 a 24 anos	14 992	7 315	7 659	1	1	6	10	—	—
25 a 29 anos	12 167	6 254	5 900	1	1	5	6	—	—
30 a 39 anos	16 965	8 895	8 041	4	3	11	11	—	—
40 a 49 anos	10 658	5 962	4 646	8	6	27	9	—	—
50 a 59 anos	5 349	3 072	2 241	11	6	11	8	—	—
60 a 69 anos	2 493	1 461	992	14	8	11	7	—	—
70 a 79 anos	790	374	312	4	3	4	3	—	—
80 anos e mais	378	162	211	3	1	1	—	—	—
Idade ignorada	224	105	118	—	—	1	—	—	—
TOTAL	160 072	82 184	77 678	47	29	78	56	—	—

6. Pessoas presentes, de 5 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo a instrução — 1.º-VII-1950

GRUPOS DE IDADES	PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS E MAIS									
	Total Geral	SEGUNDO A INSTRUÇÃO								
		Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever			Sem declaração de instrução		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
5 a 9 anos	25 464	637	333	304	24 822	12 768	12 054	5	4	1
5 anos	5 217	10	6	4	5 206	2 675	2 531	1	—	1
6 anos	5 198	38	19	19	5 160	2 637	2 523	—	—	—
7 anos	5 416	128	60	68	5 287	2 658	2 629	1	1	—
8 anos	5 073	162	98	64	4 909	2 603	2 306	2	2	—
9 anos	4 560	299	150	149	4 260	2 195	2 065	1	1	—
10 a 14 anos	21 967	2 904	1 647	1 257	19 047	9 500	9 547	16	11	5
10 anos	4 995	396	228	168	4 597	2 337	2 260	2	1	1
11 anos	4 322	519	285	234	3 799	1 880	1 919	4	2	2
12 anos	4 856	687	383	274	4 193	2 107	2 086	6	4	2
13 anos	3 928	664	374	290	3 263	1 591	1 672	1	1	—
14 anos	3 866	668	377	291	3 195	1 585	1 610	3	3	—
15 a 19 anos	18 314	3 823	2 172	1 651	14 476	6 604	7 872	15	6	9
20 a 24 anos	14 992	3 703	2 418	1 285	11 270	4 899	6 371	19	5	14
25 a 29 anos	12 167	3 002	2 138	864	9 157	4 118	5 039	8	4	4
30 a 39 anos	16 965	4 702	3 350	1 152	12 250	3 355	6 895	13	5	8
40 a 49 anos	10 658	2 793	2 297	496	7 853	3 697	4 156	12	3	9
50 a 59 anos	5 349	1 354	1 164	190	3 988	1 928	2 060	7	2	5
60 a 69 anos	2 493	582	506	76	1 904	977	927	7	3	4
70 a 79 anos	700	146	131	15	552	250	302	2	1	1
80 anos e mais	378	49	40	9	328	126	202	1	—	1
Idade ignorada	224	53	39	14	171	67	104	—	—	—
TOTAL	129 671	23 748	16 435	7 313	105 818	50 289	55 529	105	44	61

7. Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo os ramos de atividade — 1.º-VII-1950

a) Homens

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS											
	Total	Segundo os grupos de idades										
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada
Agricultura, pecuária e silvicultura	39 656	3 517	7 272	6 350	5 402	7 557	5 191	2 698	1 242	260	93	74
Indústrias extrativas	246	3	14	41	50	80	36	16	4	—	1	1
Indústrias de transformação	1 804	57	259	289	258	429	288	150	59	10	3	7
Comércio de mercadorias	1 350	34	219	246	205	363	177	64	31	6	—	5
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	7	—	1	1	1	1	1	2	—	—	—	—
Prestação de serviços	697	31	104	109	96	177	104	45	20	8	2	1
Transportes, comunicações e armazenagem	531	20	101	99	98	128	60	21	3	—	—	1
Profissões liberais	67	1	5	11	17	16	11	5	1	—	—	—
Atividades sociais	90	—	5	10	7	19	17	15	10	4	2	1
Administração pública, Legislativo, Justiça	113	—	4	17	17	33	27	10	3	1	—	1
Defesa Nacional e Segurança pública	142	—	1	32	47	31	27	4	—	—	—	—
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	5 335	4 689	558	38	13	10	6	8	2	5	4	2
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	29	3	3	6	3	6	3	4	—	1	—	—
Condições inativas	3 596	2 803	236	73	46	60	54	52	111	87	61	13
TOTAL	53 663	11 158	8 782	7 322	6 260	8 910	5 997	3 094	1 486	382	166	106

7. Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo os ramos de atividade — 1.º-VII-1950

b) Mulheres

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS											
	Total	Segundo os grupos de idades										
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada
Agricultura, pecuária e silvicultura	826	144	205	97	37	102	118	76	41	4	1	1
Indústrias extrativas	3	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—
Indústrias de transformação	6	1	1	2	1	—	1	—	—	—	—	—
Comércio de mercadorias	11	1	8	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Prestação de serviços	478	62	170	91	51	41	26	18	15	2	—	2
Transportes, comunicações e armazenagem	4	—	—	2	—	2	—	—	—	—	—	—
Profissões liberais	3	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—
Atividades sociais	82	—	18	25	11	24	4	—	—	—	—	—
Administração pública, Legislativo, Justiça	3	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Defesa Nacional e Segurança pública	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	46 412	8 609	8 985	7 399	5 787	7 850	4 481	2 078	818	204	102	99
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	3	1	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Condições inativas	2 713	1 990	142	51	19	33	31	81	133	108	109	16
TOTAL	50 544	10 809	9 532	7 670	5 907	8 055	4 661	2 255	1 007	318	212	118

7. Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo os ramos de atividade — 1.º-VII-1950

c) Total

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS											
	Total	Segundo os grupos de idades										
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada
Agricultura, pecuária e silvicultura	40 482	3 661	7 477	6 447	5 439	7 659	5 309	2 774	1 283	264	94	75
Indústrias extrativas	249	4	14	41	50	82	36	16	4	—	1	1
Indústrias de transformação	1 810	53	260	291	259	420	284	150	59	10	3	7
Comércio de mercadorias	1 361	35	227	247	206	363	177	64	31	6	—	5
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	7	—	1	1	1	1	1	2	—	—	—	—
Prestação de serviços	1 175	93	274	200	147	218	130	63	35	10	2	3
Transportes, comunicações e armazenagem	535	20	101	101	98	130	60	21	3	—	—	1
Profissões liberais	70	1	5	12	17	16	11	7	1	—	—	—
Atividades sociais	172	—	23	35	18	43	21	15	10	4	2	1
Administração pública, Legislativo, Justiça	116	—	6	18	17	33	27	10	3	1	—	1
Defesa Nacional e Segurança pública	142	—	1	32	47	31	27	4	—	—	—	—
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	51 747	13 298	9 543	7 437	5 800	7 860	4 487	2 086	820	209	106	101
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	32	4	4	6	3	7	3	4	—	1	—	—
Condições inativas	6 309	4 793	378	124	65	93	85	133	244	195	170	29
TOTAL GERAL	104 207	21 967	18 314	14 992	12 167	16 965	10 658	5 349	2 493	700	378	224

8. Brasileiros natos presentes, por sexo e grupos de idades, segundo as Unidades da Federação de nascimento — 1.º-VII-1950

a) Homens

UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO	BRASILEIROS NATOS PRESENTES											
	Total	Segundo os grupos de idades										
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos e mais
Guaporé	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas	2	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará	3	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maranhão	2	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—
Piauí	5	—	—	2	—	—	—	2	—	—	1	—
Ceará	32	—	1	2	1	2	7	2	9	6	1	—
Rio Grande do Norte	8	—	—	—	—	—	—	3	2	1	—	—
Paraíba	8	—	—	—	1	—	—	2	2	—	1	—
Pernambuco	39	—	1	2	3	—	3	9	14	6	1	—
Alagoas	24	—	—	1	—	2	2	7	9	3	—	—
Fernando de Noronha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe	26	—	—	2	—	1	3	7	5	4	1	3
Bahia	1 777	120	156	156	153	190	219	318	233	123	70	32
Minas Gerais	46 765	3 015	5 133	6 617	6 303	5 541	4 838	6 829	4 553	2 349	1 125	391
(Serra dos Aimorés)	21 180	11 130	6 222	2 682	857	191	43	28	8	3	5	3
Espírito Santo	10 519	1 231	1 496	1 546	1 301	1 188	975	1 361	820	384	118	54
Rio de Janeiro	1 650	32	77	136	157	183	157	301	288	176	95	46
Distrito Federal	21	3	2	3	1	3	1	4	—	4	—	—
São Paulo	49	2	1	1	1	3	3	9	15	8	3	3
Paraná	6	3	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Catarina	2	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Rio Grande do Sul	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	4	—	—	—	—	—	2	—	1	—	—	—
Goiás	2	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—
TOTAL (1)	82 184	15 541	13 105	11 158	8 780	7 315	6 254	8 895	5 962	3 072	1 461	536

(1) Incluídos os brasileiros natos (59 homens) que não declararam a Unidade da Federação de nascimento, ou que nasceram no Exterior ou a bordo

8. Brasileiros natos presentes, por sexo e grupos de idades, segundo as Unidades da Federação de nascimento — 1.º-VII-1950

b) Mulheres

UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO	BRASILEIROS NATOS PRESENTES												
	Total	Segundo os grupos de idades											Idade igno- rada
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos e mais	
Guaporé	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Matanhão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Piauí	2	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Ceará	17	1	1	1	—	—	—	4	2	3	1	4	—
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Paraíba	2	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—
Pernambuco	14	2	2	—	—	3	3	—	—	2	1	—	—
Alagoas	7	—	—	—	1	1	—	2	3	—	—	—	—
Fernando de Noronha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe	12	—	3	—	—	2	4	—	2	—	1	—	—
Bahia	1 470	151	182	151	163	161	157	217	133	77	47	28	3
Minas Gerais	44 533	2 841	4 690	6 452	6 907	5 995	4 682	6 347	3 631	1 751	750	398	89
(Serra dos Aimorés)	20 167	10 656	5 887	2 561	787	174	30	28	8	6	10	8	12
Espírito Santo	9 950	1 159	1 511	1 503	1 476	1 145	877	1 178	655	272	123	42	9
Rio de Janeiro	1 397	35	69	131	186	167	139	254	193	126	54	39	4
Distrito Federal	11	5	1	1	—	—	1	1	1	—	1	—	—
São Paulo	29	1	—	—	1	3	1	5	11	1	2	4	—
Paraná	3	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Santa Catarina	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Grande do Sul	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Goias	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (1)	77 678	14 860	12 359	10 809	9 530	7 659	5 900	8 041	4 646	2 241	992	523	118

(1) Incluídos os brasileiros natos (60 mulheres) que não declararam a Unidade da Federação de nascimento, ou que nasceram no Exterior ou a bordo

8. Brasileiros natos presentes, por sexo e grupos de idades, segundo as Unidades da Federação de nascimento — 1.º-VII-1950

c) Total

UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO	BRASILEIROS NATOS PRESENTES												
	Total	Segundo os grupos de idades											Idade igno- rada
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos e mais	
Guaporé	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas	3	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará	3	—	—	—	—	1	1	1	—	—	—	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maranhão	2	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—
Piauí	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ceará	49	1	2	3	1	2	11	4	12	7	5	—	—
Rio Grande do Norte	8	—	—	—	—	—	1	3	2	1	1	—	—
Paraíba	10	—	—	—	1	1	—	2	2	—	3	1	—
Pernambuco	53	2	3	2	3	3	6	10	14	8	2	—	—
Alagoas	31	—	—	1	1	3	2	9	12	3	—	—	—
Fernando de Noronha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe	38	—	5	2	—	3	7	7	7	4	2	3	—
Bahia	3 247	271	338	307	316	351	376	535	366	200	117	60	10
Minas Gerais	91 298	5 856	9 823	13 069	13 210	11 536	9 520	13 176	8 184	4 100	1 875	789	160
(Serra dos Aimorés)	41 347	21 786	12 109	5 243	1 644	365	73	56	16	9	15	11	20
Espírito Santo	20 469	2 390	3 007	3 049	2 777	2 333	1 852	2 539	1 475	656	271	96	24
Rio de Janeiro	3 047	67	146	267	343	350	296	555	481	302	149	85	6
Distrito Federal	22	8	3	4	1	3	2	5	1	4	1	—	—
São Paulo	78	3	1	1	2	6	4	14	26	9	5	7	—
Paraná	9	4	4	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Santa Catarina	2	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Rio Grande do Sul	2	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	5	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Goias	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—
TOTAL GERAL(1)	159 862	30 401	25 464	21 967	18 310	14 974	12 154	16 936	10 608	5 313	2 453	1 059	223

(1) Incluídos os brasileiros natos (59 homens e 60 mulheres) que não declararam a Unidade da Federação de nascimento, ou que nasceram no Exterior ou a bordo

Capital aplicado, pessoal ocupado e força motriz, em 1.º-I-1950, e operários, despesas e valor da produção dos estabelecimentos no ano de 1949

SERRA DOS AIMORÉS	EM 1.º-I-1950						ANO DE 1949					
	Estabelecimentos	Capital aplicado (Cr\$ 1 000)	Pessoal ocupado			Força motriz (c v)	Operários ocupados (média mensal) (4)	Salários e vencimentos pagos		Despesas de consumo (5)	Valor da produção (6)	
			Total	Administração (1)	Empregados (2)			Operários (3)	Total			Operários
TOTAL	65	3 883	130	60	11	59	411	117	430	350	12 302	20 067

- (1) Compreendendo proprietários, sócios e diretores com atividades nos estabelecimentos.
 (2) Compreendendo chefes de serviços e outros empregados não ligados diretamente à produção
 (3) Inclusive mestres e contramestres
 (4) Calculada de acordo com a duração do trabalho efetivo do estabelecimento
 (5) Consumo de matérias-primas, material de embalagem, combustíveis, lubrificantes e energia elétrica adquirida
 (6) Inclusive receita proveniente de "Serviços industriais prestados a terceiros"
NOTA — Dados preliminares, sujeitos a retificação

Comércio varejista — 1.º-I-1950

GÊNERO DE COMÉRCIO	EM 1.º-I-1950				ANO DE 1949	
	Estabelecimentos	Pessoal ocupado			Salários e vencimentos pagos	Venda de mercadorias
		Total	Administração(1)	Empregados		
Ferragens e material de construção	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Máquinas e aparelhos, material elétrico	—	—	—	—	—	—
Veículos e acessórios	—	—	—	—	—	—
Móveis, artigos da habitação e de uso doméstico	—	—	—	—	—	—
Papel, impressos e artigos de escritório	—	—	—	—	—	—
Preparados farmacêuticos, artigos de perfumaria, tintas e vernizes	21	36	21	15	49	1 452
Combustíveis e lubrificantes	—	—	—	—	—	—
Tecidos, artigos do vestuário e artigos de armarinho	98	216	104	112	576	18 738
Produtos alimentícios, bebidas e estimulantes	71	100	69	31	59	4 913
Mercadorias em geral, inclusive produtos alimentícios	20	38	20	18	90	3 994
Mercadorias em geral, exclusive produtos alimentícios	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros gêneros	—	—	—	—	—	—
TOTAL	218	412	222	190	872	31 727

- (1) Compreendendo proprietários, sócios e diretores com atividade nos estabelecimentos
 (*) Resultado omitido a fim de evitar individualização de informações — Os dados omitidos acham-se incluídos nos totais
NOTA — Dados preliminares, sujeitos a retificação

Serviços de alojamento e de alimentação e serviços de higiene pessoal — 1.º-I-1950

CLASSES E GRUPOS DE SERVIÇOS	EM 1.º-I-1950				ANO DE 1949			
	Estabelecimentos	Capital aplicado (Cr\$ 1 000)	Pessoal ocupado		Salários e vencimentos pagos	Outras despesas	Receita	
			Total	Administração*				Empregados
Serviços de alojamento e de alimentação.	49	899	106	49	57	81	116	1 990
Hotéis e pensões.	10	542	46	10	36	37	54	664
Restaurantes, cafés, bares e outros serviços de alimentação	39	357	60	39	21	44	62	1 326
Serviços de higiene pessoal	6	64	9	6	3	13	7	157
Salões de barbeiro e cabeleireiro	6	64	9	6	3	13	7	157
Outros serviços de higiene pessoal	—	—	—	—	—	—	—	—

- (*) Compreendendo proprietários, sócios e diretores com atividades nos estabelecimentos
NOTA — Dados preliminares, sujeitos a retificação

Serviços de confecção, conservação e reparação — 1.º-I-1950

GRUPOS DE SERVIÇOS	EM 1.º-I-1950						ANO DE 1949			
	Estabelecimentos	Capital aplicado (Cr\$ 1 000)	Pessoal ocupado			Fôrça motriz (c v)	Salários e vencimentos pagos		Despesas de consumo (4)	Receita
			Total	Administração	Operários		Total (3)	Operários		
			(1)	(2)						
Cr \$ 1 000										
Artefatos de metal	10	193	24	13	11	—	41	41	217	647
Artigos do vestuário e artefatos de tecidos	10	109	33	11	22	—	38	38	292	666
TOTAL	20	302	57	24	33	—	79	79	509	1 313

(1) Inclusive chefes de serviço e outros empregados não ligados diretamente à execução dos serviços

(2) Compreendendo proprietários, sócios e diretores com atividade nos estabelecimentos

(3) Inclusive vencimentos de chefes de serviço e de outros empregados não ligados diretamente à execução dos serviços

(4) Consumo de matérias-primas, combustíveis, lubrificantes e energia elétrica

NOTA — Dados preliminares, sujeitos a retificação

PUBLICAÇÕES DO LABORATÓRIO DE ESTATÍSTICA

A "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada"

I Estatística Demográfica

- 1 O aproveitamento das apurações do censo demográfico de 1940 para a determinação das correntes de migração interior (1948)
- 2 Os cegos no Brasil, segundo o censo demográfico de 1º de setembro de 1940 (1948)
- 3 Os surdos-mudos no Brasil, segundo o censo demográfico de 1º de setembro de 1940 (1948)
- 4 Estimativas da taxa de natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as principais capitais (1948)
- 5 Estudos sobre a fecundidade e a prolicidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de cor (1949)
- 6 A prolicidade da mulher, segundo a idade inicial da atividade reprodutiva, no Brasil (1949)
- 7 Aplicação comparativa de diferentes critérios para as estimativas da população do Brasil no período entre os recenseamentos de 1940 e 1950 (1949)
- 8 Características demográficas do Estado da Bahia (1949)
- 9 Estudos sobre a fecundidade da mulher no Brasil, segundo o estado conjugal (1949)
- 10 Pesquisas sobre a natalidade no Brasil (1950)
- 11 Estudos sobre a composição da população do Brasil segundo a cor (1950)
- 12 Pesquisas sobre os diversos grupos de cor nas populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal (1951)
- 13 Pesquisas sobre o desenvolvimento da população do Brasil (1951)
- 14 Estudos sobre a natalidade e a mortalidade no Brasil (1952)
- 15 Estudos sobre a natalidade em algumas grandes cidades do Brasil (1952)
- 16 Pesquisas sobre a natalidade no Brasil, 2ª série (1953)
- 17 Pesquisas sobre as populações urbanas, suburbanas e rurais do Brasil (1953)

II Estatística Biométrica

- 1 Análise comparativa de diversos critérios aplicáveis no estudo biométrico do desenvolvimento de caracteres coletivamente típicos em função da idade (1948)

III Estatística Cultural

- 1 Estudos sobre a alfabetização e a instrução da população do Brasil, conforme as apurações do censo demográfico de 1940 (1948; 2ª edição, 1950)
- 2 Estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil (1950)
- 3 Estudos sobre a alfabetização da população do Brasil, conforme as apurações do censo demográfico de 1950 — 1ª série (1952)

- 4 Estudos sobre a alfabetização da população do Brasil, conforme as apurações do censo demográfico de 1950 — 2ª série (1952)
- 5 Estudos sobre a alfabetização da população do Brasil, conforme as apurações do censo demográfico de 1950 — 3ª série (1953)
- 6 Estudos sobre a alfabetização da população do Brasil, conforme as apurações do censo demográfico de 1950 — 4ª série (1953)

IV Estatística Agrícola

- 1 Brasil (1950)
 - A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
 - A produção agrícola nos anos de 1945 a 1949
- 2 Minas Gerais (1950)
 - A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
 - A produção agrícola nos anos de 1945 a 1949
 - A produção extrativa vegetal e florestal, nos anos de 1945 a 1948
- 3 Pernambuco (1950)
 - A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
 - A produção agrícola nos anos de 1945 a 1949
 - A produção extrativa vegetal e florestal, nos anos de 1945 a 1948
- 4 Amazonas (1950)
 - A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
 - A produção agrícola nos anos de 1945 a 1949
 - A produção extrativa vegetal e florestal, nos anos de 1945 a 1948
 - A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
 - A produção agrícola nos anos de 1945 a 1949
 - A produção extrativa vegetal e florestal, nos anos de 1945 a 1948
- 6 São Paulo (1951)
 - A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
 - A produção agrícola nos anos de 1945 a 1949
 - A produção extrativa vegetal e florestal nos anos de 1945 a 1949
- 7 Rio de Janeiro (1951)
 - A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
 - A produção agrícola nos anos de 1945 a 1949
 - A produção extrativa vegetal e florestal, nos anos de 1945 a 1948
- 8 Mato Grosso (1951)
 - A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
 - A produção agrícola nos anos de 1945 a 1949
 - A produção extrativa vegetal e florestal nos anos de 1945 a 1949

- 9 Piauí (1951)
— A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
— A produção agrícola nos anos de 1945 a 1949
— A produção extrativa vegetal e florestal nos anos de 1945 a 1949
- 10 Brasil (1951)
— Comparação entre os dados preliminares e os definitivos sobre a produção agrícola de 1949
— A produção agrícola nos anos de 1948 a 1949
- 11 Rio Grande do Sul (1951)
— A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
— A produção agrícola nos anos de 1945 a 1949
— A produção extrativa vegetal e florestal nos anos de 1945 a 1949
- 12 Alagoas (1951)
— A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
— A produção agrícola nos anos de 1945 a 1949
— A produção extrativa vegetal e florestal nos anos de 1945 a 1949
- 13 Bahia (1952)
— A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
— A produção agrícola nos anos de 1945 a 1951
— A produção extrativa vegetal e florestal nos anos de 1945 a 1950
- 14 Paraná (1952)
— A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
— A produção agrícola nos anos de 1945 a 1951
— A produção extrativa vegetal e florestal nos anos de 1945 a 1950
- 15 Ceará (1952)
— A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
— A produção agrícola nos anos de 1945 a 1951.
— A produção extrativa vegetal e florestal nos anos de 1945 a 1950
- 16 Maranhão (1952)
— A estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940
— A produção agrícola nos anos de 1945 a 1951
— A produção extrativa vegetal e florestal nos anos de 1945 a 1950
- 17 Ensaio de descrição estatística de uma zona fisiográfica (Zona Cacaueira do Estado da Bahia) pelos dados do recenseamento (1952).

V Estatística Comercial

1. Números índices dos preços e das quantidades no comércio exterior e de cabotagem — 1ª série (1951)
2. Números índices dos preços e das quantidades no comércio exterior e de cabotagem — 2ª série (1952)
3. Números índices dos preços e das quantidades no comércio exterior e de cabotagem — 3ª série (1953)

B Estudos divulgados em edição mimeográfica até 31 de dezembro de 1953

N B — Alguns desses estudos foram ou estão sendo publicados em coletâneas das séries "Estatística Demográfica" (E D), "Estatística Cultural" (E C), "Estatística Agrícola" (E. A.) e "Estatística Comercial" (E. CO.) ou nas revistas do Instituto, REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA (R. B. E.), "Boletim Estatístico" (B. E.) e REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS (R. B. M.). Para os já publicados, está especificado, ao lado da indicação abreviada, o número de ordem da publicação na respectiva série

I ESTUDOS COMPLEMENTARES DAS ANÁLISES DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1940

1. Línguas faladas no lar pela população do Estado de Mato Grosso (E C, 2)

- 2 A população do Distrito Federal segundo a cor (E D, 11)
3 A fecundidade masculina, na população do Brasil, segundo a idade, a atividade principal e a posição na ocupação (R B E, 42; E D, 10)
4 A distribuição dos naturais do estrangeiro segundo os ramos de atividade principal e a posição na ocupação
5 Os cegos no Rio Grande do Norte, por Municípios e Zonas Fisiográficas
6 Línguas estrangeiras e aborígenes faladas no lar no Estado de Santa Catarina (R B M., 11)
7 Dados sobre a população da Baía do São Francisco
8 Estrangeiros e brasileiros naturalizados presentes no Distrito Federal e residentes no Brasil, discriminados segundo a época em que fixaram residência neste País
9 Línguas estrangeiras e aborígenes faladas no lar, no Distrito Federal
10 Os brasileiros naturalizados, segundo o país de origem (B E., 31)
11 As declarações da data do nascimento, segundo as Unidades da Federação
11^a As declarações da data do nascimento, segundo as Unidades da Federação
12 Atividades e posição na ocupação, nos diversos grupos de cor da população do Brasil (E D, 11; R B E, 44)
13 Atividade principal e posição na ocupação, nos diversos grupos de cor da população do Distrito Federal (E D, 12)
14 Dados sobre a assistência médica na Bahia (R. B. M. 12)
15 A população do Município de São Paulo segundo a cor (E D., 12)
16 Dados sobre a assistência médica no Es-

II ESTUDOS COMPLEMENTARES DAS "APLICAÇÕES DO CENSO DEMOGRÁFICO"

- 1 Natalidade e mortalidade infantil no Estado de Santa Catarina (E D, 10)

III ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

- 1 A mortalidade no Distrito Federal de 1940 a 1950 (B E, 34; E D, 13)
2 Estimativa preliminar da distribuição por sexo e idade da população presente em 1.º-IX-950, no Brasil
3 A natalidade no Distrito Federal de 1939 a 1950 (B E, 35; E D, 13)
4 Natalidade e mortalidade no Município de São Paulo de 1939 a 1949 (E D., 15)
5 A mortalidade nos Municípios de dez Capitais estaduais nos anos de 1939 a 1950
6 O aumento da população do Brasil no decênio sucessivo ao censo de 1940 (E D, 13)
7 Tábuas de sobrevivência para o Distrito Federal, conforme a mortalidade do ano de 1950 (E D, 14)
8 A mortalidade infantil no Distrito Federal nos anos de 1939 a 1950 (E D, 14)
9 As aglomerações urbanas, no Brasil, segundo o censo de 1950 (R B E., 48)
10 A alfabetização no Estado do Espírito Santo, segundo o censo de 1950 (E C, 3)
11 As formas da declaração da idade no censo de 1950, no Distrito Federal.
12 A composição da população do Distrito Federal por grupos de cor, segundo o censo de 1.º-VII-950.
13 A alfabetização no Distrito Federal, segundo o censo de 1950 (E C., 3).
14 A alfabetização no Estado do Rio de Janeiro, segundo o censo de 1950 (E C, 3)
15 A alfabetização no Estado do Rio Grande do Norte, segundo o censo de 1950 (E C, 3)
16 A alfabetização no Estado de Sergipe, segundo o censo de 1950 (E. C, 3)
17 Estimativas da população das Unidades da Federação nos anos de 1941 a 1953
18 O desenvolvimento da população preta e parda do Brasil (E D, 14)
19 A contribuição das diversas Unidades da Federação e Regiões Fisiográficas, para a população do Rio Grande do Norte
20 A composição da população de Sergipe por grupos de cor, segundo o censo de 1.º-VII-950

- 21 A alfabetização no Estado da Paraíba, segundo o censo de 1950 (E C , 4; R B M , 18)
- 22 A composição da população adulta do Distrito Federal segundo o estado conjugal, nos censos demográficos de 1872 a 1950 (B E , 39)
- 23 A alfabetização no Estado do Rio Grande do Sul, segundo o censo de 1950 (E C , 4)
- 24 Tábuas de sobrevivência para o Distrito Federal, segundo a mortalidade do triênio 1949-51 (E D , 18)
- 25 A alfabetização no Ceará, segundo o censo de 1950 (E C , 4)
- 26 As formas de declaração de idade no censo de 1950, no Estado da Paraíba
- 27 Ligeiras considerações sobre a mortalidade infantil no Brasil (B E , 41; E D , 18)
- 28 A natalidade, a fecundidade feminina e a mortalidade infantil no Município de Fortaleza (E D , 16)
- 29 Ajustamento das tábuas de sobrevivência por sexo, calculadas segundo a mortalidade observada no Distrito Federal no triênio 1949-51 (E D , 18)
- 30 A alfabetização no Estado do Maranhão, segundo o censo de 1950 (E C , 4)
- 31 A alfabetização no Estado de Mato Grosso, segundo o censo de 1950 (E C , 4)
- 32 A natalidade, a fecundidade feminina e a mortalidade infantil no Município de Recife (E D , 16)
- 33 A composição da população do Ceará por grupos de cor, segundo o censo de 1950
- 34 A fecundidade feminina na população urbana e na rural, segundo o censo de 1950 (B E , 41)
- 35 Variações aparentes e variações reais, de 1940 a 1950, na composição segundo a cor, da população do Nordeste
- 36 A alfabetização no Território do Acre, segundo o censo de 1950 (E C , 5)
- 37 A alfabetização no Estado do Piauí, segundo o censo de 1950 (E C , 5)
- 38 A alfabetização no Estado de Pernambuco, segundo o censo de 1950 (E C , 5)
- 39 Variações aparentes e variações reais, de 1940 a 1950, na composição segundo a cor, da população do Centro-Oeste.
- 40 A alfabetização no Estado de Alagoas, segundo o censo de 1950 (E C , 5)
- 41 A alfabetização no Estado do Pará, segundo o censo de 1950 (E C , 5)
- 42 A alfabetização no Nordeste, segundo o censo de 1950 (E C , 5)
- 43 A alfabetização no Território do Amapá, segundo o censo de 1950 (E C , 6)
- 44 A alfabetização no Território do Guaporé, segundo o censo de 1950 (E C , 6)
- 45 A natalidade, a fecundidade feminina e a mortalidade infantil no Município de Salvador (E D , 16)
- 46 A composição por sexo e grupos de idade, da população da região do Nordeste, segundo os censos de 1940 e de 1950
- 47 A alfabetização no Estado da Bahia, segundo o censo de 1950 (E C , 6)
- 48 A composição da população do Espírito Santo por grupos de cor, segundo o censo de 1^o-VII-1950
- 49 O desenvolvimento da população da Bahia nos últimos cem anos e a sua distribuição territorial em 1950
- 49^a A distribuição da população da Bahia por Zonas Fisiográficas e Municípios, segundo os censos de 1940 e de 1950
- 50 A composição por sexo e idade da população da Bahia, segundo os censos de 1940 e de 1950
- 51 As formas da declaração da idade, no censo de 1950, no Estado do Piauí
- 52 A composição por sexo e grupos de idade das populações urbanas, suburbanas e rurais dos Estados do Nordeste, segundo o censo de 1950
- 53 A natalidade e a mortalidade infantil, segundo as Zonas Fisiográficas e os Municípios, no Estado do Rio Grande do Sul (E D , 16)
- 54 A alfabetização no Estado de Goiás, segundo o censo de 1950 (E C , 6)
- 55 A contribuição das diversas Unidades da Federação e Regiões Fisiográficas para a população da Bahia
- 56 Análises dos dados sobre a mortalidade no Estado do Rio Grande do Sul (E D , 16)
- 57 As atividades da população da Bahia, segundo os censos demográficos de 1940 e de 1950
- 58 A alfabetização no Estado de Santa Catarina, segundo o censo de 1950 (E C , 6)
- 59 A composição da população do Estado do Rio Grande do Norte por grupos de cor, segundo o censo de 1^o-VII-1950
- 60 A composição por sexo e grupos de idade da população da região Norte, segundo os censos de 1940 e de 1950.
- 61 Cálculos complementares sobre a mortalidade infantil no Brasil (E D , 18)
- 62 Ensaio de determinação do nível da mortalidade no Brasil pela comparação entre os censos de 1940 e de 1950
- 62^a Cálculos complementares acerca da mortalidade da população natural do Brasil
- 63 Elementos de informações sobre as migrações interiores deduzidos do censo demográfico (B E , 43)
- 64 A mortalidade da população baiana
- 64^a Cálculos complementares acerca da mortalidade da população baiana
- 65 Análise comparativa dos dados sobre a população natural do Distrito Federal nos censos de 1940 e de 1950
- 66 Tábuas de sobrevivência para o Estado de São Paulo, segundo a mortalidade do período 1939-41 (E D , 18)
- 67 A alfabetização no Estado do Amazonas, segundo o censo de 1950 (E C , 7)
- 68 Estimativas da natalidade na Bahia, segundo as Zonas Fisiográficas e os Municípios (E D , 16)
- 69 A fecundidade da mulher na Bahia, segundo as Zonas Fisiográficas e os Municípios (E D , 16)
- 70 A composição por sexo e grupos de idade da população da Região Leste, segundo os censos de 1940 e de 1950
- 71 A composição por sexo e grupos de idade das populações urbanas, suburbanas e rurais dos Estados e Territórios da Região Norte, segundo o censo de 1950
- 72 A mortalidade da população natural do Rio Grande do Sul
- 73 A composição por sexo e grupos de idade das populações urbanas, suburbanas e rurais das Unidades da Federação da Região Leste, segundo o censo de 1950
- 74 A mortalidade pelas doenças infecciosas e parasitárias no Distrito Federal, no período 1949-51
- 75 A alfabetização no Território do Rio Branco, segundo o censo de 1950 (E C , 7)
- 76 A alfabetização no Estado do Paraná, segundo o censo de 1950 (E C , 7)
- 77 A mortalidade da população natural do Estado do Rio de Janeiro
- 78 A mortalidade da população mineira
- 79 A composição por sexo e grupos de idade da população do Brasil, segundo o censo de 1950
- 80 A composição por sexo e idade da população natural da Bahia, segundo o censo de 1950
- 81 Italianos no Paraná
- 82 A composição por sexo e grupos de idade da população da Região Sul, segundo os censos de 1940 e de 1950
- 83 A composição por sexo e grupos de idade das populações urbanas, suburbanas e rurais dos Estados do Sul, segundo o censo de 1950
- 84 As variações da população urbana, suburbana e rural do Brasil entre 1940 e 1950 (E D , 17)
- 85 O aumento da população das grandes cidades do Brasil entre 1940 e 1950 (E D , 17)
- 86 O número médio das pessoas por família no Brasil, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação
- 87 A alfabetização no Brasil, segundo o censo de 1950 (E C , 7)

- 88 A composição por sexo e grupos de idade da população da Região Centro-Oeste, segundo os censos de 1940 e de 1950
- 89 A composição por sexo e grupos de idade das populações urbanas, suburbanas e rurais dos Estados da Região Centro-Oeste, segundo o censo de 1950
- 90 A composição por sexo e grupos de idade das populações urbanas, suburbanas e rurais das diversas Regiões Fisiográficas do Brasil, segundo o censo de 1950
- IV ESTUDOS SÓBRE AS DIMENSÕES DA EMPRESA E DO ESTABELECIMENTO NAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS**
- 1 Considerações introdutórias
 - 2 Indústria siderúrgica.
 - 3 Indústria extrativa do carvão-de-pedra
 - 4 Indústria salineira do Rio Grande do Norte (R B E , 46).
 - 5 Indústria salineira de Sergipe
 - 6 Indústria salineira do Ceará
 - 7 Indústria salineira do Estado do Rio de Janeiro
 - 8 Indústria têxtil de Minas Gerais
 - 9 Indústria açucareira de Pernambuco (R B E , 50)
- V NÚMEROS ÍNDICES**
- (Estudos do Eng SÉRGIO MAGALHÃES)
- 1 Os preços do agricultor no período 1939-1946 (R B E , 35)
 - 2 Números-índices dos valores médios unitários das principais mercadorias exportadas e importadas no período 1935-1947 (R B E , 36)
 - 3 Números-índices dos valores médios unitários das principais mercadorias no comércio de cabotagem no período 1935-1947 (R B E , 37)
 - 4 Números-índices dos preços do produtor dos produtos de origem animal, no período 1935-1947 (R B E , 38)
 - 5 Número-índices dos preços do produtor dos produtos da indústria extrativa vegetal no período 1935-1947 (R B E , 39)
 - 6 Números-índices dos preços do produtor dos produtos da indústria extrativa mineral no período 1935-1947 (R B E , 39)
 - 7 Nota a respeito dos números índices sintéticos dos valores médios unitários das mercadorias exportadas e importadas (R B E , 39)
 - 8 Números-índices dos valores médios unitários das mercadorias exportadas e importadas nos anos de 1947 e 1948 (B E , 26)
 - 9 Números-índices dos valores médios unitários das principais mercadorias no comércio de cabotagem nos anos de 1947 e 1948 (B E , 27)
 - 10 Números-índices das quantidades das principais mercadorias exportadas e importadas no período 1935-1948 (R B E , 41, 42)
 - 11 Números-índices das quantidades das principais mercadorias do comércio de cabotagem, para o período 1935-1948 (R B E , 42)
 - 12 Números-índices dos preços do agricultor nos anos de 1946 a 1948 (B E , 30)
 - 13 Números-índices das quantidades dos principais produtos agrícolas, para o período 1935-1948 (R B E , 42)
 - 14 Números-índices dos preços do produtor na indústria extrativa mineral nos anos de 1946 a 1948 (B E , 30)
 - 15 Números-índices das quantidades dos principais produtos da indústria extrativa mineral, para o período 1935-1948 (R B E , 42)
 - 16 Números-índices dos preços do produtor na indústria extrativa vegetal nos anos de 1946 a 1948 (B E , 30)
 - 17 Números-índices das quantidades dos principais produtos da indústria extrativa vegetal, para o período 1935-1948 (R B E , 42)
 - 18 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários das principais mercadorias exportadas e importadas no ano de 1949 (R B E , 47)
 - 19 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários das principais mercadorias no comércio de cabotagem no ano de 1949 (B E , 31, R B E , 47)
- VI ESTUDOS SÓBRE AS QUANTIDADES E OS PREÇOS DAS MERCADORIAS PRODUZIDAS OU NEGOCIADAS**
- 1 Resumo dos estudos preliminares sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas (E CO , 1).
 - 2 Números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários de 24 mercadorias exportadas no período 1935-1949 (R B E , 43; E CO , 1)
 - 2^a Nota sobre o campo de aplicação das séries dos números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários de 24 mercadorias exportadas no período 1935-1949 (E CO , 1).
 - 3 Números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas no período 1935-1949 (R B E , 44; E CO , 1)
 - 4 Variações de preços e de quantidades no comércio de exportação, de 1901 a 1949 (E CO , 1)
 - 5 Números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários de 33 mercadorias do comércio de cabotagem no período 1935-1949 (R B E , 47; E CO , 1)
 - 6 Ensaio de cálculo de números-índices das quantidades e da importação (E CO , 1)
 - 7 Ensaio de cálculo de números-índices das quantidades para a totalidade do comércio de cabotagem, nos anos de 1935 a 1949 (E CO , 1)
 - 8 Números-índices sintéticos mensais das quantidades e dos valores médios unitários de 24 mercadorias exportadas de janeiro de 1948 a dezembro de 1950 (E CO , 1)
 - 9 Números-índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos agrícolas no ano de 1949 (R B E , 47)
 - 10 Números-índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos da indústria extrativa mineral nos anos de 1948 a 1949 (R B E , 47)
 - 11 Números-índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos da indústria extrativa vegetal para os anos de 1946 e 1949 (R B E , 48)
 - 12 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas nos anos de 1946 a 1950 (R B E , 48; E CO , 2)
 - 13 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 24 mercadorias exportadas nos anos de 1946 a 1950 (R B E , 48; E CO , 2)
 - 14 Números-índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos de origem animal nos anos de 1946 a 1949 (R B E , 48)
 - 15 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 30 mercadorias do comércio de cabotagem nos anos de 1946 a 1950 (R B E , 48; E CO , 2)
 - 16 Números-índices mensais das quantidades e dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas nos meses de janeiro de 1948 a dezembro de 1950 (E CO , 2).
 - 16^a Números-índices mensais dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas nos anos de 1948 a 1950 (E CO , 2)
 - 17 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 24 mercadorias exportadas nos meses de janeiro de 1949 a junho de 1951 (E CO , 2)
 - 18 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas nos meses de janeiro de 1949 a junho de 1951 (E CO , 2)
 - 19 Números-índices das quantidades e dos preços do agricultor de 19 produtos agrícolas nos anos de 1948 a 1950
 - 20 Números-índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos de origem animal nos anos de 1947 a 1950

- 21 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 24 principais mercadorias exportadas nos anos de 1947 a 1951
- 22 Números-índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos da indústria extrativa vegetal nos anos de 1940 a 1950
- 23 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas nos anos de 1940 a 1951
- 24 Números-índices mensais das quantidades e dos valores médios unitários de 24 mercadorias exportadas, para o período de janeiro de 1949 a dezembro de 1951
- 25 Números-índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos da indústria extrativa mineral nos anos de 1940 a 1951
- 26 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 30 mercadorias do comércio de cabotagem nos anos de 1940 a 1951
- 27 Números-índices mensais das quantidades e dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas nos meses de janeiro de 1949 a dezembro de 1951
- 28 Números-índices das quantidades e dos preços do agricultor de 19 produtos agrícolas nos anos de 1940 a 1951
- 29 Números-índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos de origem animal nos anos de 1940 a 1951
- 30 Números-índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos da indústria extrativa vegetal nos anos de 1940 a 1951
- 31 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 24 principais mercadorias exportadas nos anos de 1940 a 1952 (E CO , 4)
- 32 Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas nos anos de 1940 a 1952 (E CO , 4)
- 33 Números-índice mensais das quantidades e dos valores médios unitários de 24 mercadorias exportadas, para o período de janeiro de 1950 a dezembro de 1952 (E CO , 4)
- 34 Números-índices mensais das quantidades e dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas, para o período de janeiro de 1950 a dezembro de 1952 (E CO , 4)
- 35 Números-índices das quantidades e dos preços do produtor de 9 produtos da indústria extrativa mineral, nos anos de 1940 a 1951
- 36 Números-índices das quantidades e dos preços do agricultor de 19 produtos agrícolas nos anos de 1940 a 1952 *

VII ESTUDOS SOBRE O CENSO INDUSTRIAL DE 1950

- 1 Ensaio de cálculos do valor médio da transformação industrial por pessoa ocupada nas indústrias de transformação (B E , 42)
- 2 Ensaio de cálculos do número médio por estabelecimento das pessoas ocupadas e da proporção entre força motriz e operários, nas indústrias de transformação
- 3 Características das indústrias de transformação em alguns Estados

VIII ESTUDOS SOBRE A CRIMINALIDADE NO BRASIL

- 1 A criminalidade nos diversos grupos de cor da população do Distrito Federal
- 2 A criminalidade na população do Distrito Federal, segundo a idade

IX OUTROS ESTUDOS

Estimativa da população do Vale do São Francisco, segundo o censo de 1º-VII-1950

Dados sobre a população do Brasil, segundo o censo de 1950

Desenvolvimento da população das Capitais

Tabelas sinóticas de números-índices das quantidades e dos preços

X COMUNICADOS SOBRE OS INQUÉRITOS ECONÔMICOS

A) Comunicados referentes a 22 Centros Econômicos

186	1º Bimestre de 1948
188	2º Bimestre de 1948
189	3º Bimestre de 1948
196	4º Bimestre de 1948
198	5º Bimestre de 1948
199	6º Bimestre de 1948
200	Ano de 1948 (B E , 29)
206	1º Semestre de 1949
210	Ano de 1949 (B E , 33)
212	2º Semestre de 1949
220	Ano de 1950 (B E , 38)
229	Ano de 1951

5 Paraíba (1951)

B) Comunicados referentes ao Distrito Federal

184	3º Bimestre de 1948
187	4º Bimestre de 1948
191	5º Bimestre de 1948
194	6º Bimestre e ano de 1948 (B E , 27)
201	1º Trimestre de 1949
203	2º Trimestre de 1949
205	3º Trimestre de 1949
208	4º Trimestre e ano de 1949 (B E , 32)
211	1º Trimestre de 1950
214	2º Trimestre de 1950
216	3º Trimestre de 1950
218	4º Trimestre e ano de 1950 (B E , 37)
221	1º Trimestre de 1951
223	2º Trimestre de 1951
226	3º Trimestre de 1951
228	4º Trimestre e ano de 1951

C) Comunicados referentes ao Centro Econômico de São Paulo

185	1º Bimestre de 1948
190	2º Bimestre de 1948
192	3º Bimestre de 1948
193	4º Bimestre de 1948
195	5º Bimestre de 1948
197	6º Bimestre e ano de 1948 (B E , 28)
202	1º Trimestre de 1949
204	2º Trimestre de 1949
207	3º Trimestre de 1949
209	4º Trimestre e ano de 1949 (B E , 33)
213	1º Trimestre de 1950
215	2º Trimestre de 1950
217	3º Trimestre de 1950
219	4º Trimestre e ano de 1950 (B E , 37)
222	1º Trimestre de 1951
224	2º Trimestre de 1951
225	3º Trimestre de 1951
227	4º Trimestre e ano de 1951

* No folheto "Números índices das quantidades e dos preços da produção agrícola do Brasil (1935-51)", publicado em edição tipográfica, foram resumidos os métodos e os resultados das pesquisas do Laboratório sobre esse assunto, com cálculos preliminares também para o ano de 1952

RESOLUÇÕES DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

Resolução n.º 433, de 22 de janeiro de 1954

Dispõe sobre o emprego do auxílio financeiro concedido pelo Conselho aos órgãos centrais regionais

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto na Resolução número 567, de 8 de julho de 1943, da Assembléia-Geral do Conselho, que autorizou a suplementação, com a importância de quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 4 000 000,00), do quantitativo destinado aos órgãos regionais a que se refere a Resolução número 338, de 30 de dezembro de 1949, desta Junta;

considerando que o auxílio atribuído ao Conselho na Lei Orçamentária da União para o exercício de 1954 permite se concretize a suplementação prevista;

considerando, ainda, o que dispôs a Assembléia-Geral, na Resolução citada, relativamente aos fins e ao emprego dos novos recursos financeiros destinados, a título de auxílio, aos órgãos centrais regionais,

RESOLVE:

Art 1º — A distribuição do auxílio atribuído pelo Governo Federal aos órgãos regionais do Conselho, na forma do art 13 do Decreto-lei número 4181, de 16 de março de 1942, devidamente suplementado *ex-vi* da Resolução número 567, da Assembléia-Geral, será feita de conformidade com a seguinte tabela:

<i>Unidades da Federação</i>	<i>Importância (Em cruzeiros)</i>
Guaporé	85 000
Acre	147 000
Amazonas	184 000
Río Branco	85 000
Pará	215 000
Amapá	85 000
Maranhão	232 000
Piauí	206 000
Ceará	282 000
Río Grande do Norte	203 000
Paraíba	243 000
Pernambuco	320 000
Alagoas	215 000
Sergipe	189 000
Bahia	396 000
Minas Gerais	568 000
Espírito Santo	206 000
Río de Janeiro	271 000
Distrito Federal	265 000
São Paulo	593 000
Paraná	232 000
Santa Catarina	229 000
Río Grande do Sul	359 000
Mato Grosso	184 000
Goiás	206 000
TOTAL	6 200 000

Art 2º — A diferença entre o auxílio que vinha sendo atribuído a cada órgão regional e o quantitativo constante da tabela supra será destinada aos seguintes fins:

a) levantamento regular da estatística judiciária;

b) aperfeiçoamento e atualização da estatística do ensino primário;

c) aperfeiçoamento das estatísticas agropecuárias;

d) levantamento e elaboração das estatísticas do comércio interestadual por vias internas e de cabotagem

Art 3º — A aplicação do auxílio de que trata o artigo 1º será estabelecida, cada ano, em Resolução da Junta Executiva Regional, com base na proposta das repartições interessadas e atendidos os seguintes critérios:

I — A admissão de pessoal por conta dos recursos do auxílio deve ser feita a título precário, mediante contratos bilaterais, firmados anualmente e que se extingam a 31 de dezembro, dos quais serão remetidos cópias à Secretaria-Geral;

II — Não deve exceder de um terço sobre o total das despesas com pessoal o quantitativo ao pagamento aos servidores do quadro permanente das repartições beneficiadas, ou admitidas por conta do auxílio, de gratificação por trabalho de caráter extraordinário, em regime de tarefa, ou por antecipações e prorrogações de expediente, em casos de força maior e no interesse do serviço;

III — São vedados os pagamentos, à conta do auxílio, de despesas de representação e semelhantes, bem como de transporte ou alimentação e pousada (diárias)

Art 4º — Não serão permitidas transferências de verbas, senão mediante Resolução da Junta Regional

Art 5º — Ficam revigorados os critérios estabelecidos nos artigos 5.º, 6.º, 7.º e 8.º da Resolução número 314, de 29 de julho de 1948, desta Junta, relativos à aplicação do auxílio pelos órgãos regionais e respectivas prestações de contas

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário

Resolução n.º 434, de 29 de janeiro de 1954

Concede auxílio especial para ocorrer às despesas com o funcionamento, em Vitória, Estado do Espírito Santo, de um curso livre de Estatística, de nível intermediário

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando os entendimentos havidos entre a direção da Escola Brasileira de Estatística e a Junta Executiva Regional de Estatística no Estado do Espírito Santo, para a realização, na Capital daquela Unidade da Federação, em 1954, sob os auspícios do Conselho Nacional de Estatística e do Governo do referido Estado, de um curso livre de Estatística, de nível intermediário;

considerando o particular interesse de que se reveste a realização do aludido curso, para o aperfeiçoamento dos servidores do sistema regional do Conselho;

considerando o oferecimento do Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo, que concederá sala de aula, material escolar e serviços de mimeógrafos para o curso

em apêço e se propõe a adotar outras providências para o êxito da iniciativa, e ainda o fato de o Departamento carecer de recursos para a remuneração dos professores e do encarregado da secretaria do curso;

considerando que a iniciativa da criação do referido curso merece todo o acatamento e o apoio do órgão central do sistema estatístico nacional,

RESOLVE:

Art 1.º — E' concedido ao Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo um auxílio especial de cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150 000,00), para ocorrer às despesas com a remuneração dos professores e do encarregado da secretaria do curso livre de Estatística, de nível intermediário, a funcionar em Vitória, no ano letivo de 1954, sob os auspícios d'êste Conselho e do Governo daquela Unidade da Federação

Art 2.º — Os recursos necessários à concessão do auxílio de que trata o artigo precedente serão obtidos mediante destaque das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal, e entregues, globalmente, ao Departamento Estadual de Estatística, antes mencionado, o qual apresentará oportunamente ao órgão competente a comprovação da aplicação dos referidos recursos

Resolução n.º 435, de 5 de fevereiro de 1954

Abre crédito especial para pagamento de pessoal extranumerário

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, encerrado o exercício financeiro de 1953, ficaram dependendo de pagamento alguns servidores extranumerários tafeiros e contratados, cujos vencimentos ou salários montam a Cr\$ 21 048,20;

considerando que os respectivos documentos da despesa, referindo-se a encargos daquele exercício, não devem correr à conta das cotações normais do orçamento vigente;

considerando, no entanto, que precisam de ser devidamente pagos os serviços prestados pelos servidores em causa,

RESOLVE:

Art 1.º — E' aberto, no orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o crédito especial de vinte e um mil, quarenta e oito cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 21 048,20), para pagamento de pessoal extranumerário no final do exercício de 1953

Art 2.º — Os recursos necessários ao crédito a que se refere o artigo anterior, serão obtidos mediante destaque das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal

Resolução n.º 436, de 26 de fevereiro de 1954

Autoriza a Secretaria-Geral a contribuir financeiramente para a construção de galpão em terreno do Serviço Gráfico do Instituto

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o início da construção da garagem do Conselho Nacional de Estatística, de que trata a Resolução n.º 429, de 20 de novembro de 1953, depende da transferência, para dependência do Serviço Gráfico do Instituto, das instalações existentes no terreno situado à rua Francisco Bicalho, n.º 101, nesta Capital, utilizadas pelo Inter-American Geodesic Survey para guarda e conservação de suas viaturas;

considerando que, em decorrência de entendimentos havidos entre o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia, deverá ser construído, às expensas

de ambos os Conselhos, e em terreno de propriedade do Serviço Gráfico, um galpão suficientemente amplo, para onde possam ser transferidas as aludidas instalações;

considerando, finalmente, a necessidade de o Conselho contar, o mais breve possível, com garagem própria, a construir-se à rua Francisco Bicalho, n.º 101,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística autorizada a contribuir, para construção, em dependência do Serviço Gráfico do Instituto, de um galpão destinado a abrigar as viaturas do Inter-American Geodesic Survey, com a importância de Cr\$ 10 000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros)

Art. 2.º — Os recursos necessários a ocorrer à despesa referida no artigo anterior serão obtidos mediante destaque das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal

Resolução n.º 437, de 5 de março de 1954

Propugna a inclusão do Esperanto entre os idiomas oficialmente adotados na XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, a realizar-se no Brasil em 1955

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, pela Resolução n.º 82, de 18 de junho de 1938, da Assembléia-Geral d'êste Conselho, foi o Esperanto adotado como língua auxiliar das atividades e publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

considerando que essa decisão veio a ser completada pela inclusão do estudo daquele idioma entre as matérias do Curso de Aperfeiçoamento instituído para os servidores do sistema estatístico nacional;

considerando que tais fatos tiveram sua gênese em iniciativa pioneira, da antiga Diretoria-Geral de Estatística, que, em 1908 (1.º Centenário da abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional), sob a direção de Bulhões Carvalho e por sugestão de Medeiros e Albuquerque, editou o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional daquele ano com os títulos em Português, Francês e Esperanto e, ainda, uma brochura especial em que a análise dos quadros estatísticos era apresentada na língua neutra auxiliar;

considerando que diferentes órgãos estatísticos do país têm utilizado o Esperanto, com seguro êxito, como instrumento de mais ampla divulgação no estrangeiro de informações estatísticas sobre o Brasil, cabendo salientar as meritórias realizações do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, na década 1920-1930;

considerando que o Conselho Nacional de Estatística vem obtendo os melhores resultados com a utilização do Esperanto como língua auxiliar, quer na correspondência com o Exterior, quer na edição de publicações especiais, como sejam "Brazilaj Statistikaj Resumetoj" e "Statistika Resumo pri Brazilo", e da série, com ilustrações, dedicada às capitais brasileiras ("Urbo Salvador", "Urbo São Paulo", "Urbo Curitiba", "Urbo Belo Horizonte", "Urbo Recife" e "Urbo Vitória");

considerando que igual êxito se pode assinalar quanto à outra ala do I.B.G.E., o Conselho Nacional de Geografia, tanto com a edição do volume, fartamente ilustrado, "Tipoj kaj Aspektoj de Brazilo", como, ainda, com a divulgação de resumos, em Esperanto, dos principais artigos inseridos em seu órgão oficial, a "Revista Brasileira de Geografia";

considerando que a experiência brasileira, demonstra, assim, a alta valia do emprêgo do Esperanto, pelos órgãos estatísticos, com o objetivo de facilitar o intercâmbio de informações entre os povos, sem as naturais dificuldades decorrentes do desconhecimento, de

uns em relação aos outros, dos respectivos idiomas oficiais;

considerando, também, que, pelo caráter neutro de sua origem e formação, pela simplicidade de seu mecanismo, que tanto lhe facilita a aprendizagem, mesmo a partir do ensino primário, o Esperanto possui, reconhecidamente, condições básicas essenciais para exercer, como nenhuma outra língua artificial, o papel de idioma auxiliar mundial, apto a favorecer, pela permuta de experiências e idéias, o mútuo entendimento entre os homens em todos os domínios de relações, a perfeita harmonização da sociedade internacional e a larga difusão da cultura popular;

considerando, ainda, que a realização, no Brasil, em 1955, da XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, representa excelente oportunidade para que se dê mais um passo, à luz da experiência brasileira no campo da estatística, no sentido da consecução desse elevado ideal de aproximação e intercâmbio espiritual entre os povos, sem discriminar raças, continentes, religiões, poderio, formas políticas ou riqueza;

considerando, finalmente, os significativos pronunciamentos que tiveram, a esse respeito, a Sociedade Brasileira de Estatística, a I Convenção Fluminense de Esperanto, o XIV Congresso Brasileiro de Esperanto (realizado em Curitiba) e a Liga Brasileira de Esperanto,

RESOLVE:

Art 1.º — A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística formula encarecido apêlo à diretoria do Instituto Internacional de Estatística, no sentido da inclusão do Esperanto entre os idiomas adotados como línguas oficiais na XXIX Sessão do mesmo Instituto, a realizar-se no Brasil em 1955

Art 2.º — A Presidência do Conselho dará conhecimento da presente Resolução à diretoria do I.I.E e solicitará ao Ministério das Relações Exteriores que promova as gestões julgadas necessárias, a fim de que o apoio que o Governo do Brasil tem constantemente dispensado à propagação internacional do Espe-

ranto encontre oportunidade de manifestar-se mais uma vez, se assim fôr julgado conveniente, favorecendo decisivamente o alvitre ora formulado, sob a inspiração de um alto objetivo de cooperação e entendimento entre as Nações, através da estatística, em benefício da paz, da solidariedade e do progresso no seio da Família Humana

Resolução n.º 438, de 12 de março de 1954

Autoriza o Presidente do Instituto a encaminhar, ao órgão competente, a Proposta Orçamentária para o exercício de 1955

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que no interregno das sessões da Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Estatística compete a esta Junta deliberar sobre matéria orçamentária;

considerando as determinações da Presidência da República em referência à elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 1955,

RESOLVE:

Artigo único — Fica o Presidente do Instituto autorizado a encaminhar, ao Órgão competente, a Proposta Orçamentária do Conselho Nacional de Estatística, para o exercício financeiro de 1955, elaborada pela Secretaria-Geral do citado Conselho, no total de Cr\$ 153 375 000,00 (cento e cinquenta e três milhões, trezentos e setenta e cinco mil cruzeiros), assim distribuídos:

Secretaria-Geral, Administração geral do Instituto e Serviço Gráfico	127 770 000,00
Serviço Nacional de Recenseamento	18 250 000,00
Escola Brasileira de Estatística	7 355 000,00

AMOSTRAGEM NA REVISÃO DE SAFRAS, EM SÃO PAULO

A Divisão de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura, do Estado de São Paulo, vai divulgar a primeira previsão de safra dos principais produtos agrícolas daquela Unidade, elaborada pelo método de amostragem. Essa estimativa, que também será a primeira do ano agrícola de 1953-1954, abrangerá o algodão, o arroz e o milho, quanto às áreas cultivadas, e o café (em particular, o número de pés em produção). Ao mesmo tempo, será publicada a previsão sobre outros produtos, com base em avaliações feitas pelo chamado método de "estimação subjetiva".

Até o ano passado, as previsões de safra eram feitas na Secretaria da Agricultura exclusivamente pela "estimação subjetiva". O agrônomo regional calculava a produção dos municípios de sua região agrícola com base apenas em seu conhecimento pessoal da situação.

Emboia a divulgação de previsões assim elaboradas representasse e ainda represente um serviço útil para a orientação dos lavradores, do comércio, da indústria, dos consumidores em geral, a experiência colhida na Secretaria da Agricultura e em outros órgãos oficiais veio demonstrar que a "estimação subjetiva" se ressentia da falta de segurança. Essa conclusão se comprovou através das divergências verificadas entre as estimativas feitas pelos serviços oficiais que se utilizam de tal processo, como a Secretaria da Agricultura e o IBGE.

Diante dessa situação, cogitou a Divisão de Economia Rural de introduzir o método da amostragem, tendo iniciado em 1950 as suas primeiras experiências nesse sentido, com a colaboração técnica do prof. W. L. Stevens, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo, ficando o respectivo serviço sob a responsabilidade do Engenheiro Agrônomo Salomão Schattan.

O método de amostragem, como já o expuseam colaboradores desta REVISTA, consiste essencialmente na investigação das características de um todo através das características correspondentes de uma sua parte, que é a "amostra". Esse método é hoje considerado imprescindível nos vários ramos da pesquisa científica. Na agricultura, é indicado, entre outros fins, para a elaboração de estimativas de safras.

O ponto de partida para a sua implantação em São Paulo foi a organização do cadas-

tro das propriedades agrícolas, que se efetuou com base nos lançamentos do imposto territorial, fornecidos pela Secretaria da Fazenda. Foram assim cadastradas 300.000 propriedades. Posteriormente, na segunda fase de trabalho, confeccionaram-se listas dessas propriedades, por Municípios, das quais constam o nome do proprietário, a localização e a área. Depois, as propriedades de cada região agrícola do Estado foram classificadas em cinco grupos, conforme a área, a saber: 1º grupo, de 3 a 9 hectares; 2º, de 10 a 29; 3º, de 30 a 99; 4º, de 100 a 299; 5º, de 300 a 999; 6º, de 1.000 a 2.999; e 7º, de 3.000 a 10.000.

Para a elaboração da estimativa de safra são tiradas ao acaso, de cada um desses grupos (ou subgrupos), duas fichas de propriedades, isso para todas as regiões agrícolas. As propriedades sorteadas são visitadas por agrônomos regionais que, em entrevistas pessoais com os proprietários, preenchem questionários relativos à área cultivada e à produção. Os questionários retornam à Divisão de Economia Rural onde, com base nessa "amostra", que agora, abrange 1.360 propriedades agrícolas (representativas das 3.000 cadastradas), são feitos os cálculos de área cultivada e produção para todo o Estado. Ao mesmo tempo, são calculadas as margens de erro a que estão sujeitas tais estimativas.

O método de amostragem apresentará os resultados globais do levantamento das safras paulistas, enquanto até agora vinham sendo divulgados os resultados parciais de cada setor agrícola. A esse respeito, a Divisão de Economia Rural considerou inicialmente que a precisão das estatísticas obtidas por amostragem depende do número de elementos na "amostra". Para fazer estimativas parciais de setores, regiões ou Municípios, seria necessário aumentar substancialmente o número de elementos da "amostra", o que foi considerado impraticável no momento.

Sabe-se, ainda, que o novo método não permite a divulgação de estatísticas relativas a produtos considerados de menor importância para a economia paulista — amendoim, mamona, mandioca etc. — porque sua produção se obtém em zonas restritas e distintas do Estado. Assim, para a estimativa das safras desses produtos haveria necessidade de ampliar a amostra, o que implicaria na dificuldade apontada.



ABERTURA DO ANO LETIVO DA EBE — No dia 15 de março realizou-se, no auditório do CNE, o ato inaugural do ano letivo da Escola Brasileira de Estatística, com a presença, não só dos respectivos professores e alunos, como de dirigentes e funcionários do IBGE. Ao alto, a mesa que presidiu à solenidade: o Sr. Moacir Malheiros Fernandes Silva, vice-presidente do IBGE, entre os profs. Maurício Filchtiner, Secretário-Geral do CNE, e Antônio Garcia Miranda Neto, que proferiu a aula inaugural. Em baixo, um aspecto da assistência.



LEVANTAMENTO FITOSSANITÁRIO EM PERNAMBUCO

E ESPECIALMENTE convidado pela Secretaria de Agricultura de Pernambuco, o Prof. Lourival Câmara, diretor da Escola Brasileira de Estatística, viajou, em fins de janeiro, com destino ao Recife, onde se demorou alguns dias, a fim de colaborar na organização de um pla-

no de pesquisas que visam a determinar, qualitativa e quantitativamente, as pragas e moléstias que infestam a lavoura canavieira da região. No plano foi incluído, como ponto de partida, um levantamento fitossanitário de toda a área coberta pela cana-de-açúcar. E para

a sua elaboração foi considerado indispensável o pronunciamento de técnicos nacionais e estrangeiros, entre eles o antigo Secretário-Geral do CNE, especialista em problemas de amostragem

Em Pernambuco o Prof Louival Câmara esteve em permanente contacto com as autoridades interessadas na realização da pesquisa, mantendo consecutivas reuniões com os demais técnicos, debatendo todas as questões no seio da Comissão de Combate às Pragas da Cana-de-Açúcar de Pernambuco

Falando a um órgão da imprensa do Recife o Prof Lourival Câmara teve oportunidade de acentuar o acêto da iniciativa tomada pelo governo pernambucano:

— "Ao invés de um plano empírico de ação, fundamentado em indicações ou informações subjetivas, e que, se executado, poderia trazer temíveis malefícios à economia regional, a Comissão decidiu, com acêto, orientar cientificamente as suas atividades, iniciando-as com o levantamento estatístico das pragas existentes, isto é, determinando as áreas geográficas e a intensidade da respectiva incidência, para, a seguir, medir o volume e o valor comercial dos prejuízos que essas pragas e essas moléstias ocasionam à lavoura canavieira de Pernambuco"

Em seguida, o diretor da EBE acentuou que no mundo moderno não se admitem improvisações nem desorientações na solução dos grandes e graves problemas de interesse coletivo "O que se faz mister, como base de decisão, é o conhecimento estatístico do fenómeno que se vai estudar, ou da anomalia que se quer combater"

Relativamente ao plano do levantamento fitossanitário, declarou: "Adotar-se-ão, no levantamento, princípios científicos de amostra-

gem estatística Far-se-á, aliás, um plano sobremaneira complexo, mas de baixo custo econômico e com vistas à obtenção de resultados que ofereçam de 95 a 99% de segurança técnica. Executar-se-á um plano de amostragem poli-etápica ("multistage sampling"), ainda, ao que parece, não empregado no Brasil Tem-se, portanto, uma obra de pioneirismo, que, em virtude desse caráter, assume extraordinária responsabilidade A pesquisa abrangerá todas as regiões ecológicas da Zona da Mata O plano, como o disse, obedece a preceitos rígidos da ciência estatística, daí, por sem dúvida, o interesse que há de despertar nos círculos estatísticos nacionais Os resultados conseguidos, seja os de laboratório, seja os de campo, podem ser bastante úteis a outros Estados e a outras pesquisas, idênticas ou semelhantes Encontrar-se-iam diversificados meios de apurar as condições fitossanitárias da cultura canavieira de Pernambuco, desde as simples conjecturas e os primários palpites — uns e outros excessivamente perigosos e repudiados pela técnica e pela Ciência — até aos conjuntos de observações pessoais, não menos perigosos e feitos ao acaso ou intencionalmente O levantamento estatístico é imprescindível no caso, admitindo dois caminhos: ou examinando-se uma a uma, todas as touceiras, de todas as propriedades, de todas as zonas ecológicas, de todo o Estado — o que como se nota de imediato, é inexequível, à vista de razões de custo econômico e de tempo, sobretudo — ou elaborando-se um plano científico de investigação à base de amostras, como se faz nos Estados Unidos, no Canadá, na Itália Deu-se preferência a este último: assim, com o mínimo de tempo, com o menor dispêndio de dinheiro e com a segurança de 95 ou 99% nos resultados, atender-se-á à Comissão, em benefício da economia pernambucana"

ATIVIDADES DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

§ de janeiro, reunião censitária — O Sr Ovídio de Andrade Júnior fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) já se encontrava em condições de ser apresentada à Casa, para a necessária aprovação, a relação de publicações do Recenseamento de 1950; b) achava-se no prelo o volume relativo aos resultados do censo demográfico de São Paulo

★ Sessão ordinária — O Sr Secretário-Geral comunicou que estabelecia entendimentos com autoridades do governo do Rio Grande do Sul com o objetivo de normalizar as estatísticas educacionais, tendo ficado assentado o retorno do prof Ernesto Pelanda à direção da Diretoria de Estatística Cultural, da qual se encontrava afastado há algum tempo Adiantou que prometeria a concessão de uma bolsa de estudo para o curso intermediário da Escola Brasileira de Estatística para um elemento da mesma Diretoria Foi aprovado então um voto

de congratulações com o governador e o Secretário da Educação do Rio Grande do Sul pelo interesse manifestado no sentido do desenvolvimento e melhoria das estatísticas culturais do Estado

O Sr Secretário-Geral fez ainda as seguintes comunicações: a) por ato do governo do Rio Grande do Sul, os estatísticos do sistema regional tiveram sua carteira equiparada às das profissões liberais, com os mesmos níveis de vencimentos conferidos a médicos, engenheiros e advogados do serviço público do Estado; b) a Faculdade de Filosofia da Universidade do mesmo Estado dará início, este ano, a um curso de estatística de nível intermediário, com um programa semelhante ao da Escola Brasileira de Estatística; c) fôra determinada a publicação de um volume especial com os resultados censitários referentes à população de São Paulo, como contribuição do Conselho às comemorações culturais do IV Centenário Por

último, congratulou-se com os seus pares pela realização da primeira reunião do ano, formulando votos pelo êxito das atividades da estatística brasileira em 1954. Enalteceu, nessa oportunidade, a orientação dada ao Instituto pelo desembargador Florêncio de Abreu, graças à qual se tornaram possíveis iniciativas de largo alcance, como a criação da Escola Brasileira de Estatística e a reestruturação da Secretaria-Geral.

O Sr Mário Peçanha de Carvalho discorreu sobre vários tópicos do relatório que, como Chefe da Delegação do Conselho aos festejos do Centenário do Paraná, entregara ao Presidente do IBGE. Em seguida, informou que participara de um programa de televisão em que haviam sido debatidos aspectos da estatística de suicídios.

Foram aprovados votos de congratulações com o governo do Rio Grande do Sul, por haver concedido aos estatísticos do Estado níveis de vencimentos compatíveis com a dignidade da profissão, e com o Departamento de Estatística de São Paulo por haver entregue ao governador do Estado, ainda em 1953, os resultados da estatística do ensino primário geral relativos ao mesmo ano.

Foram distribuídos entre os presentes exemplares dos trabalhos intitulados "Índice de preços ao consumidor", do prof Lourival Câmara, e "O aumento da população das grandes cidades do Brasil em 1940 e 1950" e "As variações da população urbana, suburbana e rural do Brasil entre 1940 e 1950", do Laboratório de Estatística.

15 de janeiro, reunião censitária — O Sr Vídio de Andrade Júnior fez várias comunicações sobre o andamento dos trabalhos da Divisão Técnica e o Sr José Ruben Mantovani informou que já se encontrava na Secretaria-Geral a prestação de contas relativa ao quarto trimestre de 1953, estando em preparo o balanço econômico-financeiro do SNR concernente ao exercício findo.

A Junta aprovou um voto de pesar pelo falecimento de um irmão do Sr Afonso Almiro e, bem assim, o plano das publicações do SNR.

★ *Sessão extraordinária* — A Casa aprovou os seguintes votos: a) de congratulações com o Desembargador Florêncio de Abreu pela passagem do seu aniversário natalício, no dia 13; b) de agradecimento à Diretoria das Rotas Aéreas pela cooperação que tem assegurado ao Serviço de Estatística da Produção; e c) de agradecimento, ainda, ao jornalista Daniel Caitano, pela reportagem que publicou num vespertino carioca sobre as atividades do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, com honrosas referências à obra da estatística brasileira.

Foi autorizada a Secretaria-Geral a assinar contrato com uma firma especializada para a construção da garagem do Conselho.

O Sr Secretário-Geral transmitiu à Casa informações sobre os entendimentos que vinham sendo estabelecidos com as autoridades competentes no sentido de ser regularizada a situação da Escola Brasileira de Estatística, como instituição oficial de ensino no plano universitário.



ABERTURA DO ANO LETIVO DA EBE — O prof. Miranda Neto, titular da cadeira de Estatística Descritiva, do 1.º ano universitário, deu a aula inaugural do curso de 1954, a qual versou sobre a universalidade da Estatística. Em baixo, o aluno Hedberto Pinella da Silva, que falou em nome do corpo discente, discorrendo sobre a importância da formação de novos quadros de profissionais brasileiros para as atividades estatísticas.



Foam distribuídos entre os presentes exemplares do n° 44 do "Boletim Estatístico" e do trabalho "A alfabetização do Brasil, segundo o censo de 1950"

22 de janeiro, reunião censitária — A Junta tomou as seguintes deliberações: a) autorizou o SNR a indenizar a Prefeitura de Caicó (RGN), relativamente a despesas feitas com trabalhos pré-censitários; b) aprovou a concessão da quota de presença ao Sr Secretário-Geral nas reuniões censitárias.

★ *Sessão ordinária* — A Junta aprovou um voto de regozijo cívico pelas comemorações da Restauração Pernambucana

O Sr Secretário-Geral fez uma comunicação sobre os resultados de uma viagem de inspeção a Estados do Nordeste, realizada pelo prof João Carlos de Almeida

Foi registrado em ata o aparecimento das publicações "Óleos e gorduras vegetais e subprodutos" e "Produção Extrativa Vegetal", do Serviço de Estatística da Produção, e "Crimes e Contravenções — 1949", do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Esta última publicação deu lugar a uma série de comentários dos presentes sobre o problema da atualização daquelas estatísticas

Foam tomadas as seguintes deliberações:

a) aprovada a Resolução n° 433, concernente aos auxílios destinados aos órgãos regionais do sistema, no corrente exercício; b) homologadas resoluções das Juntas Regionais de Minas Gerais, Maranhão e Piauí; c) aprovadas as prestações de contas dos DEE do Piauí e do Rio de Janeiro; e d) aprovado o plano de calçamento de ruas do conjunto do Serviço Gráfico

29 de janeiro, reunião censitária — O Sr Secretário-Geral comunicou que havia sido adquirido um grupo gerador de energia elétrica para o SNR

O Sr Ovídio de Andrade Júnior informou que fôa entregue à Inspetoria Regional de São Paulo parte da tiragem do volume com os resultados definitivos do censo demográfico realizado naquele Estado

Foi aprovado um voto de congratulações com o governador Munhoz da Rocha e com o Embaixador Sebastião Sampaio pelo êxito do Congresso Internacional do Café

Participou dos trabalhos da Junta, pela primeira vez, o sr Leônidas Castelo da Costa, na qualidade de representante dos órgãos filiados

★ *Sessão extraordinária* — O Sr Alberto Martins comunicou haver sido reeleito vice-presidente do Instituto Internacional de Estatística o Sr M A Teixeira de Freitas, antigo Secretário-Geral do IBGE, que recebera convite para participar da reunião da diretoria, a realizar-se em Haia, nos primeiros dias de abril. A Junta designou uma comissão para formular um apêlo àquele membro do Conselho para que aceite o convite

O Sr Raul Lima fez uma comunicação sobre os entendimentos que estabelecera em São Paulo, relativamente ao inquérito sobre produção algodoeira

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) multou várias firmas, por infração à lei relativa aos inquéritos econômicos; b) homologou uma resolução da Junta Regional do Amazonas; e c) baixou a Resolução n° 434

O Sr Secretário-Geral apresentou à Casa o relatório do Laboratório de Estatística, concernente às atividades desenvolvidas em 1953. Em seguida, comunicou que, a convite do governo pernambucano, estivera no Recife o prof Louvival Câmara, diretor da Escola Brasileira de Estatística, a fim de colaborar na execução de um plano de levantamento estatístico especial da produção da cana-de-açúcar, cuja cultura fôra afetada por pragas

Foi distribuído o trabalho "A mortalidade da população natural do Estado do Rio de Janeiro", do Laboratório de Estatística

5 de fevereiro, reunião censitária — O Sr Raul Lima comunicou haver recebido uma consulta da FAO sobre se seria possível ao SNR realizar tabulações especiais dos resultados do censo agropecuário. Encaminhou essa consulta à Divisão Técnica do SNR para o necessário exame

★ *Sessão ordinária* — O Sr Secretário-Geral comunicou que a comissão anteriormente designada pela Junta transmitira ao Sr M A Teixeira de Freitas o apêlo para que participasse da próxima reunião da diretoria do Instituto Internacional de Estatística, havendo o antigo Secretário-Geral do IBGE aquiescido a êsse apêlo. Depois de se haverem pronunciado a respeito vários conselheiros, a Junta deliberou autorizar a Secretaria-Geral a custear tôdas as despesas da viagem do Sr M A Teixeira de Freitas e de um assistente

Em seguida, foi objeto de observações o relatório do Laboratório de Estatística, concernente a 1953, o qual foi aprovado. A Casa recomendou que a Secretaria-Geral fizesse incluir no plano de trabalhos daquele órgão alguns estudos referentes à estatística da produção agrícola

O Sr Raul Lima fez entrega de uma minuta de acôrdo a ser feito entre a FAO e o governo brasileiro, relativamente à instalação de um centro de treinamento em estatísticas agrícolas pelo método de amostragem. Informou, por outro lado, que o Instituto Interamericano de Estatística manifestara interesse por um trabalho sobre as experiências da aplicação da amostragem em nosso País

A Casa tomou as seguintes deliberações: a) baixou a Resolução n° 435; b) aprovou a prestação de contas do DEE do Espírito Santo; c) homologou uma resolução da Junta Regional do Território do Amapá; d) multou várias firmas por infração à lei dos inquéritos econômicos

Foam distribuídos exemplares do trabalho "Números-índices das quantidades e dos preços do agricultor de 19 produtos agrícolas nos anos de 1940 a 1952", do Serviço de Estatística da Produção

12 de fevereiro, reunião censitária — O Sr Ovídio de Andrade Junior fez várias comunicações, entre as quais a de que a publicação dos resultados censitários terminaria em 1955

Em seguida, convidou os membros da Junta para uma visita ao SNR

★ *Sessão extraordinária* — A Junta aprovou um voto de congratulações com o Sr. Rubens Pôrto por haver concluído o Curso da Escola Superior de Guerra e pelo seu retorno às atividades do Conselho; e votos de pesar pelo falecimento de Monsenhor Rosalvo Costa Rêgo e senador Melo Viana

O Sr Afonso Almiro fez uma exposição sobre as críticas feitas por um jornal ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira, relativamente à inclusão, em suas estatísticas, dos ágios pagos nas licitações cambiais e prêmios obtidos nas exportações. Essa exposição foi aprovada pela Junta

O Sr Secretário-Geral transmitiu à Casa informações sobre o inquérito lançado pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo, relativo à produção e consumo de algodão. A Junta recomendou que o Departamento de Estatística da Bolsa deverá elaborar instruções e tomar as demais providências necessárias ao bom êxito do levantamento, utilizando, entretanto, a rede de coleta do Conselho

Foi homologada uma resolução da Junta Regional da Paraíba

O Sr Secretário-Geral manifestou o seu regozijo pelo lançamento de mais um número do "Boletim Estatístico", do Serviço de Estatística Econômica e Financeira

Foram distribuídos exemplares dos trabalhos "A Mortalidade da População Mineira" e "A Composição por sexo e grupos de idade da população da região sul, segundo os censos de 1940 e 1950", do Laboratório de Estatística

19 de fevereiro, reunião censitária — O Sr Raul Lima comunicou haver recebido da Europa, da parte do Almirante Ribeiro Espindola, alguns recortes de jornais, referentes a assuntos censitários, e os transmitiu ao Diretor da Divisão Técnica do SNR. A Junta autorizou o representante do Ministério da Agricultura a agradecer ao antigo Presidente do IBGE a gentileza da remessa

Ficou deliberado que a Secretaria-Geral tomaria as providências cabíveis no sentido da publicação de um volume especial com dados estatísticos e resultados censitários sobre transportes ferroviários, como contribuição às comemorações culturais do centenário da introdução das estradas de ferro no Brasil

★ *Sessão ordinária* — Tendo em vista um ofício dirigido ao Instituto pelo Presidente da Liga Brasileira de Esperanto, a Junta resolveu autorizar o Sr M A Teixeira de Freitas a defender, perante a diretoria do Instituto Internacional de Estatística, na reunião de Haia, em abril, a tese da inclusão do esperanto entre as línguas oficiais da sessão que se deverá realizar no Brasil no próximo ano

O Sr Secretário-Geral fez uma comunicação sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Especial da Junta, incumbida do estudo dos inquéritos econômicos; solicitou e obteve autorização para pagar as despesas para desocupação do terreno onde vai ser construída a garagem do Conselho, bem como para a construção de

um galpão no Serviço Gráfico; informou que designara 9 servidores para colaborar com a Comissão de Reclassificação de Cargos do Serviço Público, na realização do levantamento dos níveis de salários em várias Capitais.

Foram homologadas Resoluções das Juntas Regionais de Sergipe e do Pará.

26 de fevereiro, reunião censitária — O Sr. Ovídio de Andrade Júnior fez várias comunicações, entre elas a de que foram verificadas algumas divergências na apuração de dados do censo agrícola realizado em São Paulo e na dos da estatística permanente

★ *Sessão extraordinária* — O Sr Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) a Junta Regional de São Paulo aprovava uma Resolução na qual foram consignadas observações sobre o plano de coleta das estatísticas educacionais; essa Resolução, por deliberação da Casa, foi submetida ao exame do representante do Serviço de Estatística da Educação e Cultura; b) o Diretor do DEE de Santa Catarina formulara uma consulta sobre se poderia aplicar na manutenção de um curso de estatística parte do auxílio financeiro concedido pelo IBGE; a Casa decidiu que não seria conveniente a medida, por ter o auxílio aplicação específica, podendo ser objeto de exame a concessão de um auxílio especial para aquele fim; c) o prof Giorgio Mortara, Diretor do Laboratório de Estatística, lhe dirigira uma carta, a respeito das sugestões que a Junta fizera em sessão anterior, quanto ao preparo de estudos com base em dados da estatística agropecuária permanente

A Casa tomou as seguintes deliberações: a) aprovou um voto de pesar pelo falecimento do embaixador José Bonifácio; b) aprovou as prestações de contas dos DEE de Alagoas e Rio Grande do Sul, relativas ao auxílio de 1953; c) baixou a Resolução n° 436

Foi distribuído na Casa o trabalho "A Composição por sexo e grupos de idade das populações urbanas, suburbanas e rurais dos Estados do Sul, segundo o censo de 1950"

5 de março, reunião censitária — O Sr José Ruben Mantovani fez uma série de pequenas comunicações sobre o andamento dos trabalhos do SNR

★ *Sessão ordinária* — O Sr Presidente comunicou que se encontrava presente o Sr M A Teixeira de Freitas, idealizador, fundador e antigo Secretário-Geral do IBGE, que viera agradecer à Junta as providências tomadas no sentido de seu comparecimento à reunião da Diretoria do Instituto Internacional de Estatística, em Haia. Após a saudação do Desembargador Florêncio de Abreu, fizeram-se ouvir sobre a personalidade e a obra do Sr M A Teixeira de Freitas, os Srs Secretário-Geral e Moacir Malheiros Fernandes Silva. Em homenagem ao seu Conselheiro Permanente, a Casa aprovou a Resolução n° 437

Em seguida, o Sr M A Teixeira de Freitas transmitiu à Junta as expressões do seu reconhecimento pela acolhida que lhe dispensava e pelas homenagens prestadas, formulando uma

série de considerações sobre as peculiaridades do sistema estatístico brasileiro

Na segunda parte da sessão, o Sr Secretário-Geral comunicou que haviam sido tomadas providências no sentido de serem pagas as diferenças de vencimentos dos servidores em cargos em comissões e funções gratificadas, na forma da lei sancionada pelo Sr Presidente da República. A Casa aprovou as providências encaminhadas. Ainda o Sr Secretário-Geral manifestou o seu regozijo pelo aparecimento de mais um número do "Movimento Bancário Brasileiro", trabalho do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, e do volume "Alguns Aspectos da Vida Cultural Brasileira", do Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

O Sr Raul Lima comunicou que, dando cumprimento a uma Resolução da Assembléa Geral, relativa a estágio de funcionários dos órgãos regionais no SEP e outras providências que visam à uniformidade dos trabalhos de crítica e apuração da estatística agrícola, determina a ida de um técnico de seu Serviço a Estados do Norte a fim de estabelecer contactos com os diretores dos respectivos Departamentos de Estatística.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) encaminhou à Comissão de Tomada de Contas, para o devido exame, a prestação de contas do Conselho, referente ao exercício de 1953; b) impôs multas a firmas comerciais, por infração à lei que dispõe sobre os inquéritos econômicos.

Foram distribuídos exemplares do trabalho "Números-índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos de origem animal nos anos de 1940 a 1952".

12 de março, reunião censitária — O Tenente-Coronel Hely Franco Belmino da Silva comunicou que, em virtude de lhe haver sido concedida a reforma que solicitara, fôra designado o seu substituto na Junta, o Tenente-Coronel Nelson Mesquita de Miranda, presente à reunião. A Casa registrou os seus agradecimentos ao ilustre militar, pela colaboração que sempre lhe prestara.

O Sr Ovídio de Andrade Júnior fez distribuir entre os presentes exemplares do volume especial dos resultados definitivos do censo demográfico de São Paulo, solicitando a atenção dos conselheiros para a nota introdutória. Em seguida, teceu considerações sobre o inconveniente das constantes alterações na caracterização das zonas fisiográficas do País, o que impossibilita a comparabilidade dos resultados censitários. Por último, consultou sobre se o SNR poderia divulgar os dados referentes às populações dos quadros urbano e suburbano sob a designação única de urbano, na conformidade do critério adotado pela ONU. A Casa autorizou a adoção desse critério, ficando asentado que o Diretor da Divisão Técnica do SNR apresentaria posteriormente uma exposição sobre a matéria.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) baixou a Resolução Censitária n° 45; b) aprovou as contas do SNR, relativas ao exercício de 1953.

★ *Sessão extraordinária* — O Sr Secretário-Geral comunicou que fôra baixado o ato que dava cumprimento à disposição orçamentária do corrente exercício, concernente à previsão de recursos para ocorrer ao pagamento de gratificação de representação aos membros da Junta, arbitrando o *quantum* dessa gratificação, *ad referendum* da Assembléa Geral.

O Sr Raul Lima fez algumas observações sobre as providências tomadas no sentido da implantação gradativa da técnica de amostragem nos levantamentos das estatísticas agrícolas, tendo em vista o disposto na Resolução n° 572 da Assembléa Geral. Sobre o assunto, o Sr Secretário-Geral prestou vários esclarecimentos.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) baixou a Resolução n° 438; b) recomendou a formulação de um apêlo ao Sr Ministro do Trabalho para que recomende a determinados órgãos do Ministério colaborem com o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho no levantamento do cadastro pertinente às atividades de empresas industriais e comerciais.

Foram distribuídos exemplares dos trabalhos "Melhoramentos Urbanos — 1951", do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, e "A Composição por sexo e grupos de idade da população do Brasil, segundo o censo de 1950".

19 de março, reunião censitária — O Sr Ovídio de Andrade Júnior fez uma série de comunicações sobre trabalhos do SNR e teceu comentários em torno das conclusões de um trabalho do Laboratório de Estatística — "A fecundidade feminina no Estado de São Paulo".

O Sr Raul Lima fez algumas observações a respeito do trabalho do mesmo órgão — "Estudo sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas (Produção agrícola), números-índices sintéticos para 1953".

★ *Sessão ordinária* — O Sr Secretário-Geral fez uma exposição sobre entendimentos verificados com autoridades militares relativamente à prestação de informações estatísticas por parte de órgãos militares ou administrados por militares. Em seguida, manifestou regozijo pelo aparecimento do Relatório do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou um voto de congratulações com o sr Manuel Diegues Júnior, pela sua nomeação para o cargo de Diretor do Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura; b) aprovou um voto de agradecimento à direção da "Revista de Finanças Públicas", editada pelo Ministério da Fazenda, pela divulgação dada a estatísticas brasileiras e, bem assim, a um comentário sobre o "Anuário Estatístico do Brasil — 1953"; c) impôs multas a firmas comerciais, por infração à lei que dispõe sobre os inquéritos econômicos; d) homologou as Resoluções números 77, da Junta Regional de São Paulo, e 182, da do Espírito Santo.

Foram distribuídos exemplares do trabalho "A fecundidade feminina no Estado de São Paulo", do Laboratório de Estatística.

26 de março, reunião censitária — O Sr Ovídio de Andrade Júnior fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) fora encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral uma apuração relativa à população em condições de participar das eleições; b) seria distribuído na sessão próxima o relatório das atividades da Divisão Técnica em 1953

Foram distribuídos dois quadros relativos à produção das principais culturas permanentes e temporárias no Estado do Paraná em 1939 e 1949

★ Sessão extraordinária — O Sr Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) em sua Mensagem ao Congresso Nacional, o Sr Presidente da República incluiu dois capítulos sobre o IBGE, fazendo referências ao "Anuário Estatístico do Brasil — 1953" e à reeleição do Sr M A Teixeira de Freitas para a Vice-Presidência do Instituto Internacional de Estatística; b) o Sr Presidente da República aprovou o estudo realizado por uma Comissão de técnicos sobre as Resoluções números 403 e 404, concernentes à reorganização dos serviços da Secretaria Geral; c) foram transmitidas instruções especiais aos diretores dos departamentos regionais de estatística no sentido de, na aplicação dos auxílios, ser observado o disposto na Resolução n.º 433

Foram aprovados um voto de agradecimento ao Sr Presidente da República, pelas pági-

nas com que distinguiu o IBGE em sua Mensagem, e de louvor ao Sr Secretário-Geral e seus auxiliares imediatos, pelo trabalho levado a efeito para completo esclarecimento do caso das Resoluções números 403 e 404

O Sr Raul Lima informou que, por deliberação tomada pela Comissão Revisora de Estatística Municipal de São Paulo, os questionários da estatística agrícola passariam a ser criticados e apurados pelas Agências-Modelos antes de ser remetidos ao SEP, manifestando o receio de algum atraso na alteração dos processos anteriormente observados. A Secretaria-Geral ficou de tomar as necessárias providências sobre o assunto

O Sr Alberto Martins comunicou que, com a transferência da Seção de Estatísticas Médico-Sanitárias para o Ministério da Saúde, ficara sem pessoal suficiente para apurar a estatística médico-social referente a 1953, não convindo que se verificasse solução de continuidade. Ficou assentado que a Secretaria-Geral, em caráter supletivo e até que entre em funcionamento o Serviço de Estatística da Saúde, faria aquela apuração

A Junta aplicou multa, por infração à lei que dispõe sobre inquéritos econômicos, a uma firma de Fortaleza

Foi distribuída a publicação "Salário-Mínimo — Plano Nacional", do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho

A ESTATÍSTICA EM FACE DO JUDICIÁRIO

O DIÁRIO OFICIAL do Estado da Bahia publicou, no dia 8 de janeiro, o seguinte despacho da Corregedoria Geral dos Serviços da Justiça, referente a assuntos de estatística, cujos termos são significativos para os serviços estatísticos em geral e o IBGE em particular:

"Proc N.º 228 — Cl. — D Do Dr Juiz de Direito da Fazenda Estadual respondendo o Ofício desta Corregedoria referente aos dados Estatísticos solicitados pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal

Responda-se ao digno Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Estadual que é certo que o titular desta Corregedoria está vivamente interessado em organizar um serviço completo de estatística, já encetando as providências iniciais, como é geralmente sabido

Para esta consecução vem este Órgão, felizmente, contando com a melhor cooperação de muitos operosos Juizes da primeira instância, em cujo número se inscreve o titular da Pretoria na jurisdição plena da Vara da Fazenda Estadual, embora seja forçoso reconhecer que há, ainda, alguns elementos cuja incompreensão torna exigível maior atitude compulsória, sempre ladeada de nossa parte com a finalidade de estimular o amor à causa pública

Enquanto este Órgão inicia o serviço, que entende da maior utilidade, o IBGE tem já instalada a sua máquina, em plena execução do serviço especializado. Possui a laboriosa re-

partição um corpo de técnicos dedicados, inspirados no espírito público, de modo que se tornam credores de toda deferência, além do dever da cooperação que nos cumpre dever de brasilidade

Bem se compreende que o Doutor Juiz de Direito em exercício tem toda razão quando afirma que já tendo sido organizado o serviço de estatística na Corregedoria, seria normal que os dados coletados por esta fossem fornecidos ao IBGE. No entanto, os dados selecionados pela repartição federal são mais complexos que os reunidos por este Órgão. Por outro lado, o critério deve ser único. No interior o IBGE tem maior facilidade. Os Agentes Estatísticos são incansáveis auxiliares coletadores de dados e vão na fonte onde eles nascem e vivem, de modo que esse critério, se alterado, seria, fatalmente, para piorar o serviço. Mesmo aqui na Capital, onde os trabalhos judiciários são extraordinariamente maiores do que as possibilidades dos seus servidores, facilmente poderá ocorrer que motivos de força maior venham dificultar a remessa oportuna de dados, ao passo que o próprio Agente Estatístico indo coletar esses dados pessoalmente nos cartórios reduzirá as proporções negativas do serviço

Por enquanto, este Órgão conta com um funcionário destacado para esse serviço. A nossa repartição é pequeníssima, já operando milagres no desenvolvimento das suas atividades, graças à melhor compreensão dos que na mesma se integram, os quais não levam em linha

de conta as horas extraordinárias que trabalham, nem necessitam de formalidades excepcionais para que eles próprios sintam a necessidade de funcionar em horas aquém ou além das do expediente

Como quer que seja não temos pessoal para uma organização mais perfeita, embora esse fato não abata o nosso ânimo na iniciativa que em boa hora tomamos, pois teremos o que apresentar em nosso relatório próximo, ao findar o

biênio e a nossa missão de Corregedor, com um demonstrativo apreciável

Por essas razões, esperamos a cooperação de todos os Juizes, Pretores e Seiventuários de Justiça com os nossos trabalhos de estatística e tantos quantos conosco cooperem, atuem junto àquele grande Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que tão inestimáveis serviços tem prestado ao País em geral e a esta Corregedoria, em particular "

CONFERÊNCIA SÔBRE POPULAÇÃO MUNDIAL

EM setembro realizar-se-á em Gênova uma Conferência sôbre População Mundial. Essa conferência, que foi objeto de uma resolução da UNESCO, aprovada em 10 de junho de 1952, será levada a efeito sob os auspícios das Nações Unidas, em colaboração com a União Internacional para o Estudo Científico da População e órgãos especializados interessados. Ficou decidido pelo Conselho que a reunião "será dedicada, unicamente, à troca de idéias e experiências em assuntos demográficos, entre técnicos dos diversos setores"

A Comissão Organizadora, encarregada de auxiliar o Secretário-Geral no planejamento de um programa para a Conferência, será constituída de representantes da ONU, de órgãos especializados e da União Internacional para o Estudo Científico da População. Na primeira reunião, realizada em novembro de 1952, em Gênova, a Comissão elegeu Presidente o Sr. P. K. Whelpton, da ONU, e Secretário o sr. P. Depoid, da ULECP. Por indicação da Comissão, foi estabelecida uma Subcomissão Organizadora, da qual é Secretário o sr. F. Lorimer.

A Comissão encarregada dos preparativos organizou uma relação preliminar de temas de interesse geral, para debate. Esse temário aparece aqui com uma série de exemplos de temas adicionais, de interesse especial, que podem ser discutidos por pequenos grupos técnicos na Conferência.

Os convites individuais serão formulados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas a técnicos indicados pelo Governo, por entidades científicas não governamentais e órgãos especializados. Os convites para apresentação de teses em sessões especiais, e para participação nos debates, em plenário, serão fornecidos pelo organizador de cada sessão, a ser designado pelo Secretário-Geral, de acordo com a Comissão Organizadora. Cada pessoa que participar da Conferência poderá apresentar um comunicado científico, com o limite máximo de 4000 palavras, sôbre assunto de relevância para a população. A extensão máxima dos trabalhos a serem apresentados a convite dos organizadores das diversas sessões será de 8000 palavras.

Os pedidos de informações sôbre o programa e as facilidades para a participação individual podem ser encaminhados ao Secretário da Sub-Comissão Organizadora: Professor Frank Lorimer, American University, Washington 16, D. C., Estados Unidos da América.

TEMÁRIO PRELIMINAR DE INTERESSE GERAL PARA DISCUSSÃO NAS SESSÕES

A *Tendências da mortalidade, fecundidade e modificações da população*

1 *Tendência da mortalidade nas áreas subdesenvolvidas*

Tendências e extensão de declínios de mortalidade nos diversos países subdesenvolvidos; modificações recentes e em perspectiva, na mortalidade por várias causas e para os diversos grupos de idade; efeitos obtidos com a execução de programas de saúde pública, desenvolvimento econômico e outros fatores.

2 *Tendências da fecundidade nas áreas subdesenvolvidas*

Níveis e extensão de modificações recentes da fecundidade nos diversos países subdesenvolvidos; diferenças na fecundidade de vários grupos sociais e econômicos, populações urbanas e rurais, etc., causas dessas diferenças e modificações recentes; influência do desenvolvimento econômico, urbanização, e modificações na perspectiva social com base nas taxas de fecundidade; perspectivas futuras das tendências da fecundidade.

3 *Tendências da mortalidade em áreas mais desenvolvidas*

(Temas para discussão paralela ao A-1)

4 *Tendências da fecundidade em áreas mais desenvolvidas*

Níveis e modificações recentes da fecundidade nas diversas áreas mais desenvolvidas, com referência especial ao incremento das taxas brutas de natalidade antes e durante a segunda Guerra Mundial e declínios subsequentes; fatores que determinaram modificações recentes, destacando-se principalmente as causas de variações nas taxas de nupcialidade e de prolelações da função procriadora; tendências da fecundidade e taxas brutas de natalidade.

5 *Métodos de projeções da população*

6 *Perspectivas para as modificações futuras da população*

B *Aspectos demográficos do desenvolvimento econômico e social de países subdesenvolvidos*

Efeitos das modificações de população, nos diversos tipos de países subdesenvolvidos, sôbre as necessidades e possibilidades de produção de gêneros alimentícios e outras utilidades essenciais e serviços sociais (inclusive escolas); sôbre o trabalho disponível e respectivas relações com as oportunidades de emprego; sôbre a produtividade; sôbre os problemas de desenvolvimento, conservação e utilização de recursos; sôbre a formação de capital e investimentos; sôbre padrões de vida, etc.

C *Migração e distribuição de população*1 *Migrações internacionais de pós-guerra em relação com a distribuição e composição da população mundial*

Movimentos recentes internacionais da população nas diversas partes do mundo; tipos mais importantes de movimentos, com especial referência à diferença entre os movimentos de refugiados e outros; fatores que afetam esses movimentos; perspectivas de movimentos futuros; sua influência sobre o incremento e composição da população nos países de imigração e emigração, e sobre o padrão da distribuição da população mundial em relação às oportunidades econômicas; sua influência no desenvolvimento econômico, social e cultural dos países

2 *Distribuição da população e migração interna nos países subdesenvolvidos*

Quadros da distribuição da população nos diversos países subdesenvolvidos e sua relação com problemas econômicos e sociais; com especial referência à distribuição urbano-rural, e às variações da densidade da população agrícola; correntes de migração interna nesses países e sua influência sobre a composição da população e aumento das áreas de imigração e emigração; fatores econômicos e sociais que determinam tais migrações; sua influência sobre desenvolvimentos econômicos e sociais; causas de discordâncias entre os movimentos atuais e os que poderiam ser mais vantajosos, sob os pontos de vista econômicos e sociais; migração interna em perspectiva

3 *Distribuição da população e migração interna nos países mais desenvolvidos*

(Temário para discussão paralela ao C-2)

4 *Assimilação social e cultural de migrantes*D *Envelhecimento da população*1 *Fatores e tendências do envelhecimento da população nas áreas de fecundidade e mortalidade em declínio*

Modificações ocorridas na distribuição, por idade da população, nos países onde as taxas de fecundidade e mortalidade tenham declinado, através de longos períodos, no passado; o que representam os fatores fecundidade, mortalidade e migração nessas modificações; modificações futuras, em perspectiva

2 *Consequências sociais e econômicas do envelhecimento da população*

Efeitos materiais e psicológicos sobre a dependência, na velhice, força produtiva, emprego, produtividade, consumo e necessidades para serviços sociais; sobre o quadro de doenças da comunidade; sobre as tensões sociais e sobre o estado de espírito do povo, dedicando-se atenção especial às idades economicamente ativas e passivas e suas modificações

E *Aspectos sociais e biológicos das modificações demográficas*1 *Aspectos sociais*

Modificações nos hábitos nupciais, na endogamia, nos casamentos entre classes diferentes; relações entre as reduções da fecundidade e o papel que as mulheres estão passando a representar na sociedade; inclusive modificações quanto à participação das mulheres nos empregos e na política; efeitos das modificações da fecundidade na composição da família e nos padrões de consanguinidade

2 *Aspectos biológicos gerais*

Redistribuição de genes na população, como consequência de modificações nos hábitos nupciais e migração; possível efeito dessas modificações sobre morbidade e mortalidade

3 *A relação entre fecundidade e inteligência*

Problemas encontrados no estudo dessa relação e possíveis linhas de pesquisa (discussão entre demógrafos, geneticistas e psicólogos sociais)

F *Aspectos demográficos da primeira e da segunda Guerra Mundial*

Efeitos indiretos decorrentes de influências sobre a fecundidade e sobre a incidência de doenças epidêmicas e das de carência, bem assim efeitos diretos da morte de militares e civis; deslocamentos da população; problemas relativos à mensuração dos efeitos

G *Legislação, programas administrativos e serviços de importância para a população*

Relatórios sobre legislação, programas e serviços administrativos, nos vários países, principalmente os relativos a pensões de família, outros auxílios econômicos para famílias grandes, cuidados pré-natais e post-natais, práticas anti-concepcionais, esterilização, aborto e determinados aspectos do casamento e do divórcio; seus efeitos sobre as tendências da população.

H *Programas necessários de inquéritos demográficos e problemas de treinamento de pessoal adequado*1 *Principais quesitos que requeiram estudo mais profundo e métodos para obtenção de informações importantes*2 *Problemas de treinamento de pessoal em técnicas de análise demográfica*

EXEMPLOS DE TEMAS DE ESPECIAL INTERESSE QUE PODEM SER DISCUTIDOS POR PEQUENOS GRUPOS TÉCNICOS

A *Métodos de observação dos fenômenos demográficos*

1 Mensuração de tendências demográficas (fecundidade, mortalidade, nupcialidade, migração, etc.) por meio de dados censitários, na falta de adequadas estatísticas vitais e registros de migração

2. Estudos de campo como meio de obtenção de informações sobre fecundidade, mortalidade, e outros aspectos das tendências da população, e respectiva relação com fatores sociais e econômicos; aplicação da amostragem em estudos dessa natureza

3 Métodos de estudo demográfico de povos semi-alfabetizados

4. Métodos de avaliação da qualidade das estatísticas demográficas, com especial referência aos resultados dos censos de 1950 e 1951

5 Conceitos e definições para serem usados na coleta de estatísticas demográficas

B *Métodos de análise e aplicações de dados demográficos*

1. Aperfeiçoamento de medidas, como sejam taxas de reprodução, taxas de fecundidade por gerações, taxas de mortalidade infantil, potencial de vida, etc.

2 Métodos de comparação entre o censo e as estatísticas vitais das populações, de diferentes composições por idade

3 Aplicações da Estatística demográfica no planejamento e execução dos planos de desenvolvimento econômico

4. Métodos de análise de morbidade profissional e mortalidade

PEQUENAS NOTÍCIAS

REALIZAR-SE-Á no dia 5 de abril, em Genebra, a 8ª Sessão da Comissão Estatística do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (UNESCO). A agenda provisória dessa reunião é a seguinte: 1 — Eleição da mesa diretora; 2 — Adoção da agenda; 3 — Levantamento geral dos progressos na estatística internacional; 4 — Estatística do comércio externo; 5 — Estatística dos preços por atacado; 6 — Estatística das indústrias básicas; 7 — Levantamento dos métodos usados na construção de preços e índices quantitativos; 8 — Programa de trabalho na estatística social; 9 — Relatório sobre a Definição e Medição Internacionais de Padrões-de-Vida; 10 — Convenção Internacional relativa à Estatística Econômica (1928); 11 — Relatórios sobre trabalhos em andamento: a) balanço de pagamento; b) estatísticas monetárias e bancárias; c) classificação de ocupações; d) contabilidade nacional; e) estatística de formação de capitais; f) atividades do censo demográfico; g) estatísticas do custo-de-vida; h) estatísticas da habitação; i) outras; 12 — Estatísticas de distribuição; 13 — Prioridades no programa de trabalho da Comissão; 14 — Outros assuntos; 15 — Relatório da 8ª Sessão do Conselho Econômico e Social

★ Foi eleita a Diretoria da Sociedade Catarinense de Estatística para o exercício de 1954, a qual ficou assim constituída: Presidente, Sr Giovanni Faraco; 1º Vice-Presidente, Sra Célia Brognoli; 2º Vice-Presidente, Sra Célia Bucchi; Secretário-Geral, Sr Frederico Silva Neto; 1º Secretário, Sra Odete Pena; 2º Secretário, Sra Maria Helena Dias; 1º Tesoureiro, Sra Zoê Diamantara; 2º Tesoureiro, Sr Édson Melo; Orador, Sr Roberto Valdir Schmidt. Comissão Fiscal: Martha Springmann, Maria de Lourdes Lehmkuhl, Rosina Neves; Comissão Social: Olga Voigt Lima, Manuel B Feijó, Célia Brognoli, Célia Bucchi, Ilsa Damiani e Asbelina Dias Mourão; Comissão de Redação: Srs Alcino Caldeira Filho, Osvaldo Melo Filho, Hend Miguel e Roberto Valdir Schmidt. Por disposição estatutária, exerce a Presidência de Honra o Sr Roberto Lacerda, presidente da Junta Executiva Regional de Estatística e diretor do D E E. A nova Diretoria já foi empossada.

★ No dia 3 de fevereiro assumiu o cargo de Inspetor Regional de Estatística Municipal de Pernambuco, o Sr Laércio Coutinho de Barros. O ato contou com a presença do Dr Paulo Pimentel, Diretor do Departamento Estadual de Estatística, e de grande número de funcionários dos órgãos estatísticos daquela Capital. Falando na ocasião, o novo Inspetor Regional aludiu à obra do I B G E em todos os setores da estatística nacional, bem como ao papel da Escola Brasileira de Estatística, da qual é ex-aluno. O Dr Paulo Pimentel também usou da palavra, traçando ligeiro histórico do desenvolvimento do sistema estatístico brasileiro.

★ O Serviço de Recenseamento (Washington) calculou em 161 331 000 habitantes a população dos Estados Unidos a 1 de fevereiro do corrente ano, inclusive os membros das Forças Armadas que se acham em ultramar. O cálculo apresenta o aumento de 1,7% sobre a população estimada em 1 de fevereiro do ano passado, e de 6,7% sobre a de abril de 1950, quando se realizou o último Recenseamento.

O número de nascimentos estabeleceu um "record" em 1953, atingindo quase a cifra de quatro milhões, enquanto que a mortalidade se manteve na porcentagem mais baixa registrada em 1952, seja 9,6% de falecimentos por 1 000 habitantes.

★ Tem presentemente a Itália 47 213 000 habitantes, segundo dados estatísticos obtidos no começo deste ano. O país contava 46 968 000 habitantes no começo de 1953 e 42 919 000 no começo de 1937.

A taxa de mortalidade foi em 1953 de 17,5 por mil, quando em 1908 era de 33,7, não deixando de diminuir a partir desse ano. O acréscimo demográfico da Itália em 1953 foi devido principalmente à redução da mortalidade nesse ano. O número de óbitos se elevou a 468 651 e o de nascimentos a 822 599 em mais de 47 milhões de habitantes, quando em 1910, para uma população de 34 547 000 habitantes, houve 682 459 óbitos e 1 144 410 nascimentos.

★ Está marcado para o mês de maio o Recenseamento Geral da França. A operação compreenderá todos os dados — número de indivíduos, idade, estado civil, sexo, ocupação, etc.

Segundo estimativas oficiais, a França tem 42 995 000, contra 40 150 000 que foi a população recenseada, segundo o último censo realizado em 1º de janeiro de 1946.

Nas estimativas que acabam de ser divulgadas, verificam-se números favoráveis e outros desfavoráveis: baixaram os casamentos e nascimentos, mas este último capítulo, muito embora assinalado pelo número 800 000 em 1953 contra 820 000 em 1952, marcou um nível quase igual ao de antes da guerra, sob o efeito do restabelecimento da natalidade, o que mostra que a fecundidade das famílias se vem mostrando desde 1951 mais ou menos estável. Os óbitos se apresentam em nível muito inferior ao de antes da guerra, tendo sido fato marcante nesse capítulo a baixa regular e importante da mortalidade infantil.

★ No dia 24 de março o Conselho Nacional de Geografia comemorou o 18º aniversário de sua fundação. As 9 hs 30 foi celebrada missa em ação de graças, na Igreja de Santa Luzia, à qual compareceu grande número dos funcionários daquele órgão. Em seguida, realizou-se, na sede do CNG, uma sessão especial, em que foi dada posse aos membros da Comissão de Promoções, com mandato até 1956. Nessa oportunidade usou da palavra, para definir os obje-

jetivos e responsabilidades da Comissão, o Tenente-Coronel De Paranhos Antunes, Secretário-Geral da entidade.

★ Pelo navio "Ana C", viajou para a Europa, no dia 13 de março, o Sr M A Teixeira de Freitas, antigo Secretário-Geral do IBGE, presidente honorário do Instituto Interamericano de Estatística e presidente da Sociedade Brasileira de Estatística. Em Haia, participará da reunião do Instituto Internacional de

Estatística, do qual é um dos vice-presidentes. O Sr M A Teixeira de Freitas, que viajou em companhia de sua esposa, Sra Rosalina Teixeira de Freitas, terá como assistentes, naquela reunião, os Srs Germano Jardim e Antônio P. T. de Freitas. Durante a permanência do "Ana C" no porto de Salvador, foram os viajantes homenageados pelos chefes e servidores do Departamento Estadual de Estatística e da Inspetoria Regional de Estatística Municipal.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE

Desembargador FLORENCIO DE ABREU

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável de iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de Governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1 Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2 "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: a *Assembleia-Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembleia-Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J.E.C. (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembleia-Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Finanças (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2 "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C. N. E., através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2 "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou sejam a *Assembleia-Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúne-se ordinariamente uma vez por mês).

3 "ÓRGÃOS OPINATIVOS", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
(Repartições Centrais em 31-III-1954)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL.

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Diretor interino — *RUIRENS D'ALMADA HORTA PORTO*

Serviço de Estatística Económica e Financeira — Ministério da Fazenda

Diretor — *AFONSO ALMIRO RIBEIRO DA COSTA JÚNIOR*

Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura

Diretor — *RAUL DO RÊGO LIMA*

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Diretor — *MÁRIO MAIA*

Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Ministério da Educação e Saúde

Diretor — *ALBERTO MARTINS*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

Território do Acre.....	— Departamento de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Napoleão Azevedo Maia</i>
Território do Amapá	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Clóvis Pena Teixeira</i>
Território do Guaporé.....	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Carlos Augusto de Mendonça</i>
Território do Rio Branco.....	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Joaquim Neves Roberto</i>
Amazonas... ..	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Leopoldo Peres Sobrinho</i>
Pará.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Orion Klautau</i>
Maranhão.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Hipátia Damasceno Ferreira</i>
Piauí.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José Lopes dos Santos</i>
Ceará.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Tomás Gomes da Silva</i>
Rio Grande do Norte.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Antônio Alves de Oliveira</i>
Paraíba.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Hildebrando Menezes</i>
Pernambuco.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Paulo Acidí Pimentel</i>
Alagoas.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José de Carvalho Veras</i>
Sergipe	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José Hermenegildo da Cruz</i>
Bahia.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Felipe Nery do Espírito Santo</i>
Minas Gerais.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Romeu Jacob</i>
Espírito Santo	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Antônio Lugen</i>
Rio de Janeiro.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Aldemar Alegria</i>
Distrito Federal.	— Departamento de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Sebastião do Nascimento</i>
São Paulo.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Djalma Forjas</i>
Paraná... ..	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Alcides Vieira Arcoverde</i>
Santa Catarina..	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Roberto Lacerda</i>
Rio Grande do Sul.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Alfredo R. Fernandes Chaves</i>
Goiás.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Geraldo Campos</i>
Mato Grosso.....	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Herminda Pituluga de Moura</i>

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 1 900 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.